



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida: Contornos e
Tendências das Comunidades Sustentáveis em Portugal**

Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Mestre Vanessa Sousa, Assistente Convidada, Universidade do Algarve

Outubro, 2015



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida: Contornos e
Tendências das Comunidades Sustentáveis em Portugal

Carla Filipa Sequeira Valente Nogueira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Mestre Vanessa Sousa, Assistente Convidada, Universidade do Algarve

Outubro, 2015

AGRADECIMENTOS

Não há caminho que se construa sozinho, e este trabalho é, na sua essência, o resultado de um conjunto de esforços que, cada um à sua maneira, colocaram uma pedra fundamental na edificação do resultado final. O nosso trabalho é o reflexo daquilo que somos, por isso, o meu primeiro agradecimento é tecido à minha vida no seu geral, a todas as experiências que vivi, a todos os contextos em que cresci e a todas as pessoas que conheci, porque tudo foi fundamental para me ter conduzido a este presente e conseqüentemente, a este trabalho.

Um agradecimento ao ISCTE, nomeadamente, à equipa administrativa e científica do Mestrado em Economia Social e Solidária, pela forma como o mesmo se encontra estruturado e pelo auxílio na resolução de todos os problemas que surgiram. Neste momento, dedico um especial agradecimento ao diretor do mestrado, o Professor José Manuel Henriques, pela capacidade de colocar sementes no interior dos seus alunos, pela capacidade de perseverança da espera para as ver crescer, e por todos os momentos de profunda reflexão que promoveu nas suas aulas. Ao Professor Rogério Roque Amaro, pelas experiências que partilhou, pela paixão contagiante com que transmite os seus conhecimentos e por ensinar que a economia solidária é muito mais do que uma utopia, e como um dia disse numa aula: “A abolição da escravatura também foi, em tempos, uma utopia...”.

A todos os projetos que dedicaram um pouco do seu tempo a participar neste estudo. Sem vocês, todos sem exceção, nada disto teria sido possível. Um agradecimento especial ao Vale da Lama, ao Vale da Sarvinda e à Biovilla, por me terem recebido e aos seus membros, por terem participado nas longas entrevistas que administrei, mas acima de tudo, por me terem feito sentir em casa, por todos os conhecimentos que transmitiram, por alargarem a minha visão e aumentarem a minha motivação e pela resiliência em perseguirem um modo de vida que nem sempre é fácil mas que pode representar o início da aplicação de novos modelos de desenvolvimento. Vocês foram uma lufada de ar fresco em todo este processo e uma bandeira de esperança no futuro.

Ao Hugo Pinto por ter acreditado em mim e por me ter dado a oportunidade de entrar no mundo da investigação científica e por, mesmo que indiretamente, ter tornado este mestrado possível.

À Vanessa Sousa, professora inspiradora, que me deu a conhecer a economia social e solidária, que me fez sentir na pele o sentido da solidariedade e que um dia me disse: “Um dia quando puderes, faz o mesmo por outro alguém... é assim que me podes agradecer.”. A

professora inspiradora que se viria a tornar a minha orientadora porque fazer este caminho ao lado de outra pessoa, não faria, para mim, qualquer sentido. Obrigada por todas as vezes que me “abriu a mente”, por me forçar a ir sempre mais além, por me ensinar a querer mais, a fazer melhor, a acreditar num futuro melhor, a acreditar que, de facto, é possível e acima de tudo, por ter sido uma amiga quando precisei que o fosse. Espero que tenha correspondido às expectativas, porque se tal aconteceu, metade do esforço já foi compensado.

A todos os meus amigos e colegas que sempre me motivaram e apoiaram. Um agradecimento especial à minha querida Mariana Santos que entrou nesta aventura comigo e sem a qual isto tudo teria sido muito mais complicado. À Seraphina por ser o porto de partilha das angústias. Ao Ricardo, à Patrícia e à Ana pela leitura atenta e pelos comentários pertinentes. Um agradecimento aos que são de sempre e para sempre, à minha Sofia e ao meu Rui, por me terem recebido e por me darem um lar longe de casa, porque sem vocês nunca teria entrado nesta aventura, mas acima de tudo por fazerem parte da minha vida. Ao David, por ter sido o ombro onde chorei e que nunca me deixou desistir e por ser um companheiro fiel mesmo nos momentos em que este trabalho tornou o meu humor impossível.

E porque os últimos são os primeiros, obrigada aos meus pilares, às mulheres da minha vida, a minha irmã e a minha mãe. É por vocês que dou cada passo na minha vida. O quanto vos agradeço não pode ser transmitido por palavras, mas espero que o sintam cada vez que vos abraço...

Eternamente grata a todos. Obrigada por me terem conduzido com “mãos invisíveis” até aqui. Este trabalho é nosso!

RESUMO:

Os modos de vida de uma dada sociedade são refletidos na formulação de correntes teóricas que procuram facilitar a compreensão da realidade. O debate centra-se na análise dos paradigmas dominantes de desenvolvimento e nas teorias económicas a estes associadas, em contraposição com correntes que procuram dar respostas a formas de organização social que não se encontram refletidas nos referidos modelos. Um pouco por todo o mundo tem-se vindo a assistir a um aumento do número de cidadãos que procura modos de vida sustentáveis e assentes em modelos comunitários. Este fenómeno, embora não exclusivo da atualidade, tem tido uma crescente visibilidade e traz para a discussão teórica, a necessidade de se refletir sobre modelos económicos e de desenvolvimento que funcionem como alternativas aos paradigmas dominantes. Assim, a presente pesquisa oferece uma análise destes modos de vida, através do estudo das comunidades sustentáveis em Portugal. As comunidades portuguesas desenvolvem as suas atividades colocando a tónica na sustentabilidade ambiental e social, são compostas por membros que podem ser inseridos em três perfis essenciais e podem desempenhar um papel político determinante para a promoção da discussão e implementação de paradigmas de desenvolvimento complementares. Foi utilizada uma abordagem metodológica mista, onde foram recolhidos dados quantitativos e qualitativos.

Palavras-chave: Economia, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Comunidades.

Códigos do Sistema de Classificação JEL: A13 – Relação da Economia com os Valores Sociais; Q01 – Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The lifestyles of societies are reflected in the formulation of theoretical currents that aims to facilitate the comprehension of reality. The debate focuses on the analysis of dominant paradigms of development and in the economic theories to these associated, in contrast with currents that seek to give responses to forms of social organization that are not reflected in those models. All over the world has been witnessing an increase in the number of citizens who seek sustainable and community-based lifestyles. This phenomenon, although not exclusive to the present, has had a growing visibility and brings to the theoretical discussion, the need to reflect on economic and development models that function as alternatives to dominant paradigms. Thus, this research provides an analysis of these lifestyles, through the study of sustainable communities in Portugal. Portuguese communities develop their activities by placing the emphasis on environmental and social sustainability, are composed of members that can be inserted into three essential profiles and can play a decisive political role to promote the discussion and implement complementary development paradigms. The methodological approach was based on mixing methods, where quantitative and qualitative data were collected.

Keywords: Economy, Development, Sustainability, Communities.

JEL Classification System Codes: A13 – Relation of Economics to Social Values; Q01 – Sustainable Development.

Índice:

Introdução.....	1
I Desenvolvimento(s) e Economia(s): Uma Relação Simbiótica.....	5
I.I Paradigmas Dominantes – Uma Herança Hegemónica.....	6
I.II A Urgência das Alternativas - O Início da Nova Era.....	12
II A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida	23
II.I Modelos de Base Comunitária	24
II.II As Comunidades Sustentáveis	27
III Metodologia	31
IV Apresentação e Discussão dos Resultados	39
IV.I Contornos e Tendências das Comunidades Sustentáveis em Portugal	39
IV.II A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida.....	51
V Conclusão	67
VI Referências Bibliográficas	69

Índice de Figuras

Figura II.1 – Proposta Integrada do Conceito de Comunidade	26
Figura II.2 - Dimensões Comunidades Sustentáveis.....	28
Figura III.1 - Modelo de Análise.....	33
Figura III.2 – Processo de seleção dos Estudos de Caso.....	36
Figura IV.1 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo as NUTS II	41
Figura IV.2 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo a área ocupada (em hectares) ..	42
Figura IV.3 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o estatuto jurídico.....	43
Figura IV.4 – Laços Familiares dos Residentes	43
Figura IV.5 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o nº de membros a residir a tempo inteiro	44
Figura IV.6 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o nº de membros a residir a tempo parcial.....	45
Figura IV.7 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Ambiental	46
Figura IV.8 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Social	47
Figura IV.9 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Económica	48
Figura IV.10 – Nível de Integração de Práticas de Cariz Espiritual	49
Figura IV.11 – Nível de Integração de Práticas de Cariz Cultural e Artístico.....	50
Figura IV.12 – Tipologia dos Residentes	60
Figura IV.13 – Fases da Mudança	62

Índice de Quadros

Quadro III.1 – Tipologia dos projetos inseridos na Rede Convergir	32
Quadro III.2 - Processo de Amostragem	34
Quadro III.3 - Unidades de Análise da Categoria "A Comunidade"	36
Quadro III.4 - Unidades de Análise da Categoria "Os Residentes"	38
Quadro IV.5 - Residentes Inquiridos	58

Glossário de Siglas:

CCMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável

ECOSOC - Economic and Social Council

EU – European Union

FIB – Felicidade Interna Bruta

GEN - Global Ecovillage Network

GPI - Genuine Progress Indicator

HPI - Happy Planet Index

IBE – Índice de Bem-Estar

IFDA - International Foundation for Development Alternatives

INE – Instituto Nacional de Estatística

MN – Membros Nucleares

NEF – New Economic Foundation

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Parceiros Ativos

PIB – Produto Interno Bruto

PV – Participantes Voluntários

PDSC – Programa para o Desenvolvimento Sustentável e Comunitário

SDS – Sustainable Development Strategy

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

Os conceitos de desenvolvimento e de economia, centrais neste trabalho, têm sido alvo de análise de diversas disciplinas originando a formulação de uma cadeia de perspetivas teóricas que muitas vezes não podem ser compreendidas de forma estanque e segmentada. Esta tendência resultou na dificuldade de diferenciação entre aquilo que são os modelos teóricos e as práticas sociais (Amaro, 2003). A história contemporânea das sociedades ocidentais, compreendida do período que se inicia com a Revolução Industrial e que se perpetua até à atualidade, tem sido marcada por contextos sociais, económicos e políticos que são refletidos nas correntes teóricas dos paradigmas de desenvolvimento e dos ciclos económicos. Durante este período, o que se tem verificado é que existe uma tendência de repetição e perpetuação das propostas de desenvolvimento e das teorias económicas, que se desenvolvem simbioticamente.

A constante reestruturação de modelos conduziu a uma hegemonia dos paradigmas dominantes económicos e de desenvolvimento, que embora sejam, por um lado, o reflexo dos contextos sociais em que surgem, tendem, por outro lado, a assegurar a redistribuição desigual dos recursos, e consequentemente perpetuar as condições de desigualdade social, que surgem como consequência da aplicação dos modelos económicos liberais. Pese embora, os paradigmas e modelos teóricos serem um mecanismo de interpretação da realidade de determinado contexto, é facto que se tem assistido a uma relegação para planos inferiores da esfera de decisão e da ação política, de outros modelos de desenvolvimento que se focam num leque diversificado de dimensões da vida humana e que preconizam valores assentes no equilíbrio, na redistribuição e na igualdade social, em detrimento da primazia do capital.

Existem formas de organização social cujas propostas teóricas associadas aos modelos de desenvolvimento dominantes não conseguem dar conta, e que são analisadas e debatidas em paradigmas complementares que procuram teorizar as respostas que surgem para colmatar as consequências sociais, ambientais, económicas e políticas que se têm vindo a edificar nas sociedades industrializadas, como resultado das apropriações feitas ao modelo capitalista. Os paradigmas que preconizam o desenvolvimento como sinónimo do crescimento económico têm vindo a ser alvo de várias interrogações e da atenção e interesse de um número crescente de investigadores científicos e facilitadores de opinião. Num contexto de crise social e económica, como o que se assiste na Europa, estes modelos ganham uma nova força como perspetivas que pretendem descentralizar a ideologia dominante.

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

Um pouco por todo o mundo, com maior ou menor rapidez e intensidade, coletivos de cidadãos agrupam-se em torno do objetivo comum de viver de acordo com um conjunto de práticas sustentáveis, comunitárias e economicamente éticas e resilientes, marcando assim, uma rutura estrutural com os modos de vida característicos das sociedades industrializadas. O objetivo desta pesquisa é então, perceber de que forma se manifesta e traduz a procura por modos de vida sustentáveis inseridos em modelos comunitários que preconizam uma forma de desenvolvimento social e económico não dominante.

O objeto empírico escolhido é a organização de grupos de cidadãos que se agrupam em torno deste objetivo e que tenham passado por uma mudança estrutural do modo de vida. A revisão da literatura define como ecoaldeias ou ecocomunidades, os coletivos de atores sociais que se organizam em formas de organização social de cariz comunitário. Nesta análise, optou-se pela designação de comunidades sustentáveis, de modo a sublinhar a dimensão de sociabilidade inerente a estes grupos, e é através da identificação e seleção dos mesmos, que se conduz a análise, que incide sobre as manifestações deste fenómeno no contexto nacional. Como objetivos específicos, o presente trabalho pretende: traçar um quadro geral sobre o contexto onde estas experiências acontecem; criar uma tipologia dos perfis dos membros das comunidades, bem como analisar as suas perceções individuais relativamente à mudança e à vida na comunidade; e descrever as condições da emergência das comunidades em análise, a sua estrutura organizacional, as suas práticas de sustentabilidade e o seu compromisso político.

A metodologia utilizada foi de abordagem mista, de modo a perceber não só os contextos das experiências mas também as suas representações. Neste sentido, foram recolhidos dados quantitativos, através da aplicação de um inquérito por questionário, de modo a conseguir perceber em que contextos surgem estas experiências. Posteriormente, estes dados foram analisados em SPSS e foram selecionadas as comunidades que cumpriam os critérios necessários para a integração na fase qualitativa. Deste modo, foram escolhidos dois projetos que funcionam como os estudos de caso deste trabalho. A abordagem qualitativa utilizou como técnicas e instrumentos de recolha, a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a observação participante.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco partes principais. No primeiro capítulo são apresentados os principais paradigmas do desenvolvimento e as teorias económicas a estes associadas, dividido em dois momentos distintos: num primeiro momento debatem-se as correntes dominantes, nomeadamente, a teoria da modernização, o paradigma da

dependência e os modelos neoliberais; e num segundo, traça-se o quadro dos principais modelos que centram a análise em outras dimensões da vida humana e que debatem questões como a importância de um desenvolvimento humano e sustentável num contexto em que as sociedades começam a ter consciência da noção de risco (Beck, 2013). Este contexto de tomada de consciência é entendido, na presente análise, como a “Nova Era”. Sendo que esta pretende representar um conjunto de modelos teóricos, mas sim uma forma de designar a crescente dimensão da tomada de consciência, que se baseia na procura por novas formas de ser e de estar, e cuja realidade é analisada através dos paradigmas não dominantes de desenvolvimento.

No capítulo II é traçado o quadro teórico relativo aos modos de vida e às comunidades sustentáveis, seguida do capítulo onde se explica a abordagem metodológica utilizada. O capítulo IV centra-se na análise e discussão dos dados, onde se faz a distinção entre a análise quantitativa e a qualitativa. Os resultados quantitativos remetem para os contornos das comunidades sustentáveis analisadas, explicando o contexto em que surgem as experiências e as principais tendências de sustentabilidade das mesmas. Os dados resultados da abordagem qualitativa fazem um resumo dos estudos de caso, e analisam as representações individuais relativamente à procura da sustentabilidade como modo de vida.

O trabalho termina com um capítulo onde se destacam as principais conclusões do estudo, as limitações e as linhas futuras de investigação e algumas recomendações políticas.

I Desenvolvimento(s) e Economia(s): Uma Relação Simbiótica

A análise da evolução dos paradigmas de desenvolvimento que se têm procurado facilitar a compreensão da realidade ao longo da história das sociedades modernas é por um lado, complexa, uma vez que se enquadra numa teia sistémica e encadeada de acontecimentos históricos, económicos, políticos e sociais, envolvendo assim um quadro de diversos campos do conhecimento e por outro lado, marcada por uma tendência de concetualização centrada nas sociedades ocidentais, no que diz respeito às formas de formular e disseminar o conhecimento. Segundo Fragoso (2003), a história do desenvolvimento é uma história ocidental que tem sido assinalada por uma transferência de valores e modelos económicos, por parte das sociedades ocidentais, onde se observa que as próprias teorias refletem essa construção histórica do desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento etimologicamente, deriva da palavra latina “involvere”. Em português associa-se o prefixo “des” que remete para a negação ou ausência, à palavra “volvere” (reverter, virar) e acresce-se o sufixo “mente” que significa ação. Segundo Yougman (2000), o desenvolvimento é entendido como a possibilidade de materializar ações com o objetivo de conduzir as sociedades nas direções que se considerem desejáveis. As alterações, à forma como se operacionaliza o conceito de desenvolvimento, encontram-se diretamente relacionada com aquilo que são as realidades sociais de um dado contexto histórico. A construção do conceito de desenvolvimento como algo planeado e intencional começa a ganhar visibilidade em meados dos anos 40, num contexto de políticas e programas destinados a impulsionar o progresso económico, político e social das áreas anteriormente colonizadas, numa perspetiva associada ao bem-estar material e ao desenvolvimento como um conceito suscetível de medida, mensurável, principalmente através do Produto Interno Bruto (PIB) (Fragoso, 2003), situando o desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico. Sendo o crescimento económico o indicador por excelência da existência de desenvolvimento é expectável que todos os países funcionem como um todo, procurando alcançar uma mesma linha estratégica (McMichael, 2012), onde os países ocidentais marcam a sua posição como mais avançados neste quadro de desenvolvimento, e onde se verifica a tendência de transferência de valores e modelos económicos, a que se refere António Fragoso.

Com a instauração de um sistema económico único e um modelo de desenvolvimento que sublinha e promove as suas características e necessidades, emergem consequências para os agentes que não se adaptem às suas exigências e contornos, e sedimenta-se uma visão

hegemónica, que crê o capitalismo como o único sistema económico possível, “o fim da história” (Fukuyama, 1992:12). Contudo, esta tendência hegemónica não se verifica apenas no sistema económico, mas também numa visão de superioridade das sociedades ocidentais e mais evoluídas na escala de desenvolvimento que promovem e transferem, perante as restantes (Lander, 2005). Esta institucionalização operou num duplo sentido, em duas formas que acabam por se conectar e interligar. Por um lado, instituiu o capitalismo como a única solução possível e, por outro lado, criou nos indivíduos a percepção de que são superiores a tudo o resto, uma arrogância predominantemente humana, e principalmente europeia. Segundo Rogério Roque Amaro:

(...) o conceito de desenvolvimento desde início que tomou como referência, para a sua formulação e conteúdo, a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais, entendendo-se como «boas práticas» as suas evoluções, a caminho de uma sociedade da abundância, durante os cerca de 200 anos que tinham decorrido entre os finais do século XVIII (início da Revolução Industrial) e a Segunda Guerra Mundial (Amaro, 2003: 42)

A confiança ilimitada no ser humano no geral, e nas sociedades ocidentais em particular, conduz à perpetuação de modelos de desenvolvimento e estruturas económicas dominantes, caracterizados por uma terminologia ocidental com evoluções que mostram o sentido político que se outorga às diversas fases do desenvolvimento e da economia (Amaro, 2003). Neste capítulo são observadas várias abordagens teóricas que têm assinalado a teorização e problematização dos contextos sociais. A análise divide-se entre os paradigmas que têm sido entendidos como dominantes e estruturais para a construção do conhecimento científico do conceito de desenvolvimento, nomeadamente: a teoria da modernização, o postulado da dependência e o paradigma neoliberal; e posteriormente, são discutidos os modelos que procuram compreender dimensões da realidade social, mais associadas à dimensão comunitária e sustentável, como o populismo, o desenvolvimento humano e sustentável e as teorias do decrescimento.

I.I Paradigmas Dominantes – Uma Herança Hegemónica

A tendência de universalização dos modelos económicos e paradigmas de desenvolvimento dominantes associados à análise da realidade social de forma fragmentada, acabou por potenciar a transferência de normas e valores, também eles dominantes, semeando nas sociedades uma herança hegemónica que perdura até à atualidade. Devido à complexidade

que envolve a discussão das questões do desenvolvimento, as suas correntes de análise não são consensuais. São comumente identificados três paradigmas principais de desenvolvimento, que incluem a teoria da modernização, a teoria neoliberal, que representa uma crítica de direita à teoria da modernização, e a teoria da dependência, que surge associada a uma crítica de esquerda à modernização (Frank, 1986; Stoecker, 2005; Korten, 2001).

A *teoria da modernização*, considerada central pelos autores dos paradigmas de desenvolvimento (Fragoso, 2003), é constituída por um conjunto de abordagens que contribuíram para a emergência de um modelo de desenvolvimento consensual até aos anos 60 e que dominou o pensamento internacional até meados da década de 80 (Youngman, 2000). Este modelo é frequentemente associado às correntes do pensamento de John Maynard Keynes, que ganham destaque em 1930, e que se baseavam principalmente, na emergência de um Estado de bem-estar social, conferindo ao Estado um papel mais vincado e fundamental nas políticas e na vida económica, de forma a evitar crises económicas profundas, através da procura de formas de controlar o desequilíbrio da economia (Roncaglia, 2005).

A racionalidade keynesiana legitimou-se depois da crise internacional de 1929, marcando assim, uma viragem nas teorias do desenvolvimento até então dominantes, e defendia que os governos deviam intervir nas economias industrializadas para manter os níveis de procura e garantir o pleno emprego (Korten, 2001), o que até então se resolvia automaticamente – pela “mão invisível” de Adam Smith. A teoria da modernização sedimenta-se como paradigma e como modelo ideal de desenvolvimento quando, após este período, as sociedades ocidentais experienciam um período de emprego pleno e crescimento económico, que incluiu a implementação de uma rede de segurança social, que assegurava o emprego e outras medidas de proteção social (Fragoso, 2003). De facto, até aos anos 70, o mundo industrializado é marcado por um crescimento económico e uma expansão do comércio internacional com um ritmo e dimensão, que nunca antes se haviam registado (Murteira, 1998). No entanto, estes indicadores, resultado da aplicação extensa de modelos de inspiração keynesiana, refletiram a hegemonia internacional, política e económica dos países ocidentais industrializados e não permitiram que os países não industrializados (então designados como países do Terceiro Mundo) pudessem preparar-se de modo, a acompanhar este paradigma ideal de desenvolvimento, nem ao nível dos produtos, nem ao nível dos comércios mundiais (Santos, 1991; Frank, 1986).

O paradigma da modernização torna-se sinónimo de crescimento económico, ou seja de produção, através da expansão do sector industrial e da exportação dos produtos primários (Fragoso, 2003), e de progresso, embora este progresso não se encontre ao alcance das sociedades não industrializadas (Santos, 2009). O objetivo dos países do Primeiro Mundo, passava então pela prioridade em desenvolver o Terceiro Mundo, através da transferência de valores e normas que preconizam a deslocação do sector tradicional para um sector moderno (Youngman, 2000), sendo o seu estágio de desenvolvimento mais avançado o alcançado pelos países de primeiro mundo durante a década de 50 (Fragoso, 2003). O paradigma da modernização acaba por conduzir a um efeito perverso que resulta numa maior disparidade entre os países ocidentais e as sociedades não industrializadas, que não passaram por um período de adaptação que permitisse acompanhar este modelo de desenvolvimento.

O projeto de modernização é, no entanto, estimulado por um conjunto de fatores que não são unicamente do foro económico. O desenvolvimento, mais do que conduzir a mudanças económicas, implica uma alteração nos códigos dos valores, normas, instituições e organizações que foram sendo introduzidas, ao longo do processo, com o objetivo global de transformar a ordem social (Santos, 1991). De facto, um dos pressupostos da modernização é a noção de que a esfera económica condiciona as opções dos grupos e das sociedades e consequentemente, molda e determina as outras dimensões da vida social (Santos, 2009).

A partir de meados da década de 60, a teoria da modernização começa a ser alvo de várias críticas e a abordagem keynesiana, de um Estado intervencionista e apologista do bem-estar social, entra em declínio a partir da década de 70, devido à retração do elevado grau de desenvolvimento que as sociedades contemporâneas tinham alcançado nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial (Rocanglia, 2005). Começam então a surgir alternativas a este paradigma dominante de desenvolvimento centrado no crescimento económico, e imposto pelos países industrializados. As principais críticas surgem de um conjunto de autores que trabalhavam num paradigma de dependência, que postulava que os países do Terceiro Mundo se encontravam condicionados pela dominação dos países capitalistas.

O corolário da *teoria da dependência* sublinha que o paradigma dominante até então, acabou por perpetuar a dependência dos países mais pobres relativamente aos países industrializados onde predominava o capitalismo avançado (Fragoso, 2003). É frequente considerar que os principais autores deste paradigma se situam nas correntes económicas neomarxistas e apresentam uma crítica ao capitalismo desenfreado (Roncaglia, 2005). De

acordo com a perspectiva neomarxista de Paul Baran, a análise do desenvolvimento deve ser feita com recurso aos conceitos de classe e imperialismo para designar as relações entre os capitalismos industriais avançados e os países periféricos (Fragoso, 2003). De acordo com esta corrente neomarxista, os países não industrializados, considerados como “atrasados” e “pobres”, encontram-se nessa situação como consequência de extensos períodos de colonização e da exploração capitalista continuada a nível nacional e internacional (Esteva e Prakash, 1998).

Esta nova forma de pensar e conceptualizar o desenvolvimento, representa na sua essência, uma crítica de esquerda à teoria da modernização (Stoecker, 2005), e afirma que o capitalismo industrial do ocidente e as regras coloniais haviam estabelecido um sistema comercial que assegurava o fluxo dos recursos primários para a Europa (Frank, 1986), o que conduziu à constante exportação dos excedentes produzidos nos países colonizados, acabando por bloquear a sua acumulação de capital (Yougman, 2000). Os modelos importados tornam-nos dependentes do capital, da tecnologia e do conhecimento especializado a esta associado, e finalmente, da ajuda dos países centrais. A conceptualização teórica neomarxista vem questionar esta falácia ao mostrar que a via de desenvolvimento dominante não era passível de aplicação nos países periféricos, uma vez que implicava exportar e retirar-lhes o excedente, bloqueando-lhes assim a possibilidade de aceder ao capital, que representava a principal fonte de crescimento económico (Fragoso, 2003), e consequentemente condicionar a possibilidade de desenvolvimento.

O paradigma da dependência estabelece-se como o quadro conceptual que potencia a construção da teoria do sistema-mundo, que se encontra subordinada ao mesmo corolário, e funciona como um aprofundamento da teoria da dependência. Segundo McMichael (2012), as críticas ao desenvolvimento, formuladas por Walerstein (1984), baseiam-se em dois aspetos principais: o primeiro argumento defende que o colonialismo europeu instaurou uma hierarquia, onde o mundo se encontra dividido por zonas de especialização desiguais, em que a Europa ocupa uma posição central e privilegiada e o mundo colonial e pós-colonial se encontra na periferia; o segundo argumento concebe os modelos dominantes de desenvolvimento como falácias organizadas, devido à aplicação deficiente de estratégias standardizadas e às políticas de desenvolvimento que foram sendo implementadas e que menosprezam outras noções de organização social mais equitativas.

Um dos principais contributos da teoria da dependência foi o abalar de alguns dos principais pressupostos da teoria da modernização, nomeadamente da ideia generalizada de que

o subdesenvolvimento é uma condição original e intrínseca aos países do Terceiro Mundo (McMichael, 2012). Assim, embora a teoria da dependência tenha tido um impacto significativo no campo teórico, ao nível da conceptualização de novas formas de pensamento e início da discussão crítica do paradigma da modernização, ao nível da implementação de políticas não se revelou efetiva (Esteva e Prakash, 1998). Esta falta de impacto ao nível estratégico pode encontrar-se relacionada com o clima político e social que se fazia sentir, sendo o contexto pouco favorável à adoção de medidas neomarxistas, principalmente devido à Guerra Fria e à dominação global do modelo capitalista (Fragoso, 2003).

O declínio da teoria da modernização e da visão de Keynes de um Estado intervencionista, e a pressão política insuficiente que a teoria da dependência causou, abriu espaço ao ressurgimento do liberalismo económico e à *teoria neoliberal* como paradigma de desenvolvimento. Os novos liberais assumiam-se como uma crítica de direita à teoria da modernização, o que posteriormente, acabou por ser apoiado pela ascensão de governos de direita em potências cruciais do sistema político mundial (Stoecker, 2005). O liberalismo, como corrente política e económica, surge no século XVII e ganha protagonismo com um dos maiores liberais económicos - Adam Smith (Roncaglia, 2005), muitas vezes referenciado como o pai da economia.

Embora a obra mais estudada e lida, pelos economistas, seja “*A Riqueza das Nações*” (1776), é importante analisar também “*A Teoria dos Sentimentos Morais*” (1759), de forma a compreender o significado do conceito de interesse próprio, fundamental para a análise dos movimentos liberais e neoliberais. O quadro conceptual basilar no trabalho de Smith é o debate sobre as diferentes motivações para a ação humana, realçando a complementaridade entre a procura de interesses próprios e a atribuição de um papel central das regras morais, no bom funcionamento de uma sociedade (Smith, 2006).

Se por um lado, “*A Riqueza das Nações*” mostra que a necessidade de procura e a busca dos interesses individuais, torna os indivíduos egoístas porque procuram no mercado a satisfação dos seus interesses individuais, esta procura egoísta tem como consequência o bem-estar geral de uma sociedade, permitindo que todas as procuras tenham uma oferta, aumentando a coesão e a sociabilidade dos grupos (Smith, 2006). Por outro lado, “*A Teoria dos Sentimentos Morais*” encontra-se fundamentada na filosofia moral, e mostra que os seres humanos são seres dotados de sentimento de empatia e conscientes do outro. A esta benevolência, junta-se um outro elemento crucial nesta obra, a justiça. Segundo o autor, a justiça é a condição necessária

e suficiente para que uma sociedade funcione da melhor forma (Roncaglia, 2005). Ambas as obras podem ser complementares, dado que se não houver uma boa base de justiça, um bom funcionamento da mesma, não pode existir confiança na economia, o que acaba por afetar a livre circulação das trocas.

O liberalismo clássico sofre uma retração nítida no século XX. O ressurgimento das perspectivas liberais atribui-se geralmente a Friedrich Hayek, teórico neoliberalista. Hayek redefiniu as ideias fundamentais da escola de economia austríaca, conservando os principais aspetos dos economistas clássicos e corrigindo outros que julgava não acrescentarem valor à análise económica do contexto (Fragoso, 2003). Posteriormente, Milton Friedman, teórico da Escola de Chicago seguiu a linha neoliberal do pensamento económico, ao defender a separação necessária entre o poder económico e o poder político, de modo a potenciar a liberdade individual e económica característica do sistema capitalista (Friedman, 2002), e colocando o mercado como o princípio de governação por excelência, que devia obedecer apenas às suas regras internas, regulado sob a ‘mão invisível’ de Adam Smith. Este afastamento do papel do Estado das dinâmicas económicas é fundamental, mas não linear:

A existência de um mercado livre não significa a eliminação do governo. Pelo contrário, o governo é essencial quer para determinar “as regras do jogo” e para servir como um “árbitro” que interpreta e zela pelas regras que foram definidas. O que o mercado faz é reduzir, de forma significativa, o alcance dos assuntos que devem ser decididos através de meios políticos, e assim, minimizar a participação do governo no “jogo” (Friedman, 2002:12)

Esta visão neoliberal, onde os mercados surgem como uma entidade metafísica, antropomorfizados, com uma importância hegemónica, e onde as regras da vida social parecem submeter-se às leis económicas, mostra, segundo Weber (2001), que o capitalismo moderno tem vindo a construir e a sedimentar o seu lugar, de uma forma predominante. As instituições económicas, legais e de política individualista legitimam o espírito capitalista, como um resultado da adaptação racional das sociedades à devoção ao trabalho e à vontade incessante e mercantil de gerar lucro (Weber, 2001). O desenvolvimento deve então, passar por este processo de acumulação do lucro, de forma a potenciar o fluxo de capital. O paradigma de desenvolvimento neoliberal não se distingue, na sua essência, do paradigma da modernização, mas redefine os seus valores e normas, através da eliminação da importância do papel do Estado e sedimentação da noção de que desenvolvimento e crescimento económico são sinónimos e simbióticos.

Os paradigmas de desenvolvimento dominantes, nomeadamente a teoria da modernização e modelo neoliberal, arrastaram a influência dos valores e postulados que preconizam, perpetuando uma herança hegemónica que ainda se faz sentir (Fragoso, 2003). Existe, portanto, uma dificuldade em formular alternativas teóricas e políticas em inúmeros campos das ciências sociais, e isso deve-se essencialmente, à primazia total do mercado no sistema capitalista. Esta dificuldade depende em larga escala, do facto de o sistema capitalista, que é político e ideologicamente legitimado, ser debatido e compreendido como uma teoria económica, quando na realidade deveria ser analisado como um discurso hegemónico de um modelo de civilização (Lander, 2005).

I.II A Urgência das Alternativas - O Início da Nova Era

O mundo contemporâneo não se esgota com as sociedades ocidentais, existindo uma diversidade multicultural vasta e complexa, cuja valorização e reconhecimento representa uma mais-valia social e epistemológica. No entanto, as perceções históricas, sociais, económicas e culturais têm vindo a ser enviesadas e construídas de acordo com os padrões dogmatizados pelo Ocidente Norte (Amaro, 2003). A crítica crescente aos modelos dominantes e aos instrumentos de medida do desenvolvimento, que não analisavam as formas de organização social na sua multiplicidade, e que portanto, não davam conta das condições dos países do Sul, acabou por conduzir à emergência de novos paradigmas, que não se encontram, necessariamente, desfasados dos paradigmas dominantes, mas que procuram a coexistência de diversos modelos, de uma forma interligada e sistémica (Fragoso, 2003) que preconiza uma análise mais equitativa e não hegemónica, que procure o desenvolvimento como um todo e não como uma característica dos países ocidentais.

Uma das maiores expressões deste fenómeno foi a produção do conhecimento científico, configurado através de um modelo epistemológico monocultural e descontextualizado que conduziu ao desvanecimento de algumas formas de conhecimento e viver locais, mascarando a existência de visões multifacetadas do mundo, e estabeleceu o modelos económico, social e político, como o único caminho possível para o desenvolvimento “desejável” de industrialização e acumulação de capital (Santos, 2009). A esta forma de dominação económica que se traduziu na dominação das formas de construção de conhecimento, Boaventura Sousa Santos (2009) denominou “Epistemologias do Sul”, e segundo o autor esta metáfora deveu-se à dominação do colonialismo, que conferiu uma dinâmica histórica de soberania política e

cultural através da subjugação da uma visão etnocêntrica ao conhecimento do mundo, ao sentido da vida e às práticas sociais, e posteriormente do capitalismo. Lander (2005) enuncia várias formas de dominação para concetualizar esta tendência hegemónica, nomeadamente a “naturalização das relações sociais”, definindo as características da sociedade moderna como a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade. Nesta linha de análise:

O pensamento moderno consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem a realidade social em dois universos ontologicamente diferentes. O lado de cá da linha, correspondendo ao Norte imperial, colonial e neocolonial e o lado de lá da linha, ao qual corresponde o Sul colonizado, silenciado e oprimido. Este lado não tem realidade ou, se a tem, é em função dos interesses do Norte operacionalizados na apropriação e na violência. O que caracteriza este pensamento abissal é a impossibilidade de copresença entre os dois lados da linha referidos (Santos, 2009:24)

O neoliberalismo, enquanto corrente de construção do conhecimento hegemónica é desapaosado de tensões e paradoxos, o que lhe confere a capacidade de se constituir no senso-comum da sociedade moderna ocidental (Lander, 2005). A superação deste pensamento abissal carece de um reconhecimento da perseverança do mesmo, para que seja possível pensar e agir para além dele em direção a ‘um pensamento pós-abissal’ que se coloque no lado Sul da linha, circunscrevendo o monoculturalismo do Norte, com uma “ecologia de saberes”, a negação de uma epistemologia geral que se reflita no incorporar e reconhecer de um escopo mais abrangente de conhecimentos heterogéneos que se entrecruzam (Santos, 2009). São estes postulados que começam a germinar a ideia de que é possível outras formas de desenvolvimento, e outros modelos económicos. Nesta análise optou-se por nomear a tendência do crescimento da tomada de consciência da importância da emergência de novos modelos, como a “Nova Era”. A “Nova Era” não representa, em qualquer sentido, um postulado teórico, mas sim uma tentativa de definição de uma crescente dimensão da tomada de consciência, que se baseia na procura por novas formas de ser e de estar, e cuja realidade é analisada através dos paradigmas não dominantes de desenvolvimento.

A Nova Era é na sua essência, uma nova apropriação de formas económicas e de desenvolvimento, centradas nas pessoas e na procura da minimização das consequências sociais, económicas e políticas, resultantes dos paradigmas dominantes de desenvolvimento e das teorias e políticas económicas a eles subjacentes. As propostas analisadas situam-se como modelos complementares centrados nas pessoas e numa forma de ver e pensar os contextos e

as condições, mais equitativa e transversal. Para além disso, o enfoque é canalizado para o *empowerment* dos indivíduos e das sociedades no geral, de modo a reforçar competências e a sedimentar o conhecimento endógeno, com o objetivo de capacitar para a participação e aumentar a consciência individual, do outro e dos contextos (Yougman, 2000).

O aumento da consciência da importância de novas formas de pensar e conceber o desenvolvimento e os modelos económicos assenta em vários fatores, muitos dos quais já abordados, e traz para o debate a centralidade da noção do risco das consequências que os paradigmas de desenvolvimento e os modelos económicos dominantes instauraram. Esta ideia de que é necessário inverter a tendência hegemónica do crescimento pelo crescimento, para minimizar o impacto das suas consequências, sedimenta-se com o conceito de “sociedade de risco” (Beck 2013; Giddens, 1991). A sociedade de risco, designa as contradições da sociedade moderna, cujo principal argumento é que a sociedade industrial, assinalada pela produção e distribuição de bens, de modo lucrativo deu lugar à sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde diretamente às diferenças sociais, económicas e geográficas da típica primeira modernidade (Beck, 2013). Entre os riscos assinalados por Beck, destacam-se os «riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos de forma industrial, transferidos economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente» (Beck, 2013:22).

Posteriormente, o autor, como resposta à análise do contexto socioeconómico mais recente, introduziu na sua análise, os riscos económicos, como as quedas nos mercados financeiros internacionais. Porém os riscos supramencionados e a perceção dos mesmos varia de acordo com aquilo a que o autor denomina de “modernidade industrial, característica da sociedade industrial, na medida em que se assinalava pela esperança no progresso, na razão instrumental e no controlo dos efeitos colaterais da tecnologia, associada à teoria da modernização (Beck, 2013); e “modernidade reflexiva”, que aponta o fim da racionalidade instrumental como certeza absoluta, no sentido em que as consequências negativas do progresso tecnológico não podem encontrar a sua resposta na própria ciência, na forma como esta se encontra estruturada na atualidade, assistindo-se assim, a uma impossibilidade de controlo das mesmas, exigindo-se uma reformulação do papel da ciência e da tecnologia de modo a combater estes riscos globais (Beck, 2013). É segundo Giddens (1991), um processo contínuo de fraca perceção e autónomo de mudanças que afetam as bases da sociedade industrial. Neste sentido, o próprio sistema capitalista - que originou esta sociedade industrial - é o principal agente desta

transformação e este confronto entre as convicções herdadas e as novas formas sociais conferem à modernização um carácter reflexivo.

Com o aumento da percepção social face aos riscos contemporâneos, de carácter universal e transversal, que as sociedades enfrentam, surge a necessidade de se reinventarem formas alternativas ou complementares de viver, de produzir, de conhecer, de estar e de ser. Neste sentido, a tomada de consciência da noção do risco associados aos paradigmas de desenvolvimento hegemónicos e modelos económicos dominantes, surgem alternativas que visam debater formas mais sociais e solidárias de viver a economia e a sociedade, que podem funcionar como forças de pressão determinantes na alteração das trajetórias que têm vindo a ser traçadas.

O *populismo* emerge então, como uma proposta heterogénea e crítica aos modelos dominantes, que surge como um movimento das pessoas para as pessoas (Fragoso, 2003). O conceito de *empowerment* é central neste paradigma, porque consiste essencialmente na possibilidade de dar poder as pessoas, focando-se na necessidade da participação dos indivíduos na vida política, económica e social, para que se possam construir novas possibilidades de perceber e atuar no mundo (Friedman, 1996). No entanto, é importante sublinhar que o populismo não pode ser considerado uma corrente teórica e unificada no sentido conceptual, mas sim uma denominação sobre a qual se agregam diferentes tipos de críticas, propostas e modelos que não se coadunam com os paradigmas dominantes (Fung e Wright, 2003).

As consequências da aplicação dos princípios do crescimento económico conduziram a uma nova tomada de consciência e a um maior estado de alerta para a importância da emergência de novas alternativas ao desenvolvimento. Para dar resposta a esta necessidade, realizou-se em 1974 o Seminário de Cocoyoc, que preconizava que os processos de crescimento deveriam objetivar a satisfação das necessidades humanas (Esteva, 1999), e que serviu de mote para a criação da Fundação Internacional para as Alternativas ao Desenvolvimento (IFDA), que ambicionava por propostas de um *desenvolvimento humano*, que reconhecesse as diferentes escalas em que o desenvolvimento pode ocorrer (local, nacional e global) (Friedman, 1996). O desenvolvimento humano é na sua génese um processo de promoção das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, que deveria incluir as múltiplas preocupações das sociedades e respeitar as especificidades e necessidades de cada contexto, em detrimento da replicação de modelos hegemónicos e uniformizados (Caride e Meira, 2004).

O papel da UNESCO na expansão deste conceito de desenvolvimento foi crucial para a disseminação e promoção do conceito, e em 1988 o enfoque sobre o desenvolvimento humano passa a ser assumido pelas Nações Unidas, que em 1990 começa a produzir o relatório de desenvolvimento humano (Esteva e Prakash, 1998). A ideia de que as pessoas são, simultaneamente, o objeto das políticas de desenvolvimento e o maior instrumento do seu próprio desenvolvimento, começa a ganhar uma nova dimensão e começa então a introduzir-se espaço para a emergência da discussão das limitações do PIB (Caride e Meida, 2004). Assiste-se então, à crescente consciência de que o escopo económico e a dimensão social devem articular-se na análise do desenvolvimento.

Segundo Laville e Gaiger (2009), na entrada do séc. XXI, a aceleração dos movimentos do capital, que se desprendem da sua natureza social e dos seus compromissos com a coletividade, entram em choque direto com a satisfação decrescente das necessidades humanas, e é necessário reconectar a dimensão económica à dimensão social. É neste contexto que modelos económicos que preconizam valores de base mais equitativos, democráticos e solidários, nomeadamente a *economia social e solidária*, ganham uma importância acrescida. Embora as principais manifestações da economia social moderna tenham ocorrido na Europa ao longo do século XIX, os seus contornos basilares remontam às formas mais antigas de associações humanas. No Egito, na Antiguidade greco-latina, na Europa da Idade Média, na China Imperial ou na América Pré-Colombiana, é possível analisar inúmeros exemplos de ajuda mútua, embora sofressem de um controlo e repressão dos poderes institucionais, devido à ameaça que apresentavam à ordem estabelecida (Defourny, 2009). Ao longo da história, assistiu-se a uma mudança estrutural nos propósitos da economia, enquanto que, na sua génese, a economia era um mecanismo que servia a sociedade, com a implementação do mercado autorregulável, a sociedade passou a servir as dinâmicas económicas, em que os agentes sociais e a terra passaram a ser elementos constituintes do processo económico (Polanyi, 2012).

A economia social e solidária é assim uma proposta de modelo económico complementar, com diversas configurações que se organizam em torno do conceito de solidariedade, contrapondo-se assim, ao individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado (Laville e Gaiger, 2009). Os três princípios que regem a economia social e solidária são manifestações antigas que existiam nas sociedades arcaicas, de acordo com os estudos antropológicos de Karl Polanyi. Nas sociedades mais simples existiam três tipos de atividades económicas: “reciprocidade”, “redistribuição” e “domesticidade” (Polanyi, 2012:68). Fazendo a ponte para aquilo que são os

princípios de governação económica defendidos e praticados pela economia social e solidária, a ação coletiva ou princípio da reciprocidade, remete precisamente para a relação entre grupos de pessoas e manifestação de laços sociais, opondo-se à troca mercantil (Laville, 2005). Contudo, este princípio da reciprocidade não anula a existência de uma autoridade central cujo objetivo é o de garantir que os recursos sejam igualmente distribuídos, de modo a minimizar as situações de exclusão e privação, funcionando como agente de redistribuição (Polanyi, 2012). Nas sociedades contemporâneas, essa função redistributiva pressupõe que o Estado funcione como uma autoridade central cujo objetivo é a redistribuição e repartição da riqueza (Laville, 2005). Estes dois princípios não seriam passíveis de funcionar sem a sua agregação ao princípio da domesticidade, que segundo o autor: «(...) consiste na produção para uso próprio. (...) A prática de prover as necessidades domésticas próprias (...) nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado» (Polanyi, 2012:73).

Segundo Laville (2005), não é a economia de mercado que é contestável mas a tendência para uma sociedade de mercado, em que a máxima preocupação é o interesse próprio. A economia social e solidária, não é apenas um ramo da economia, é um campo político de transformação da economia, que adota como ponto de partida, a ideia de que é possível conciliar numa teoria e realidade económica, os três princípios de governação económica. É um projeto político, que permite às sociedades serem donas de seu próprio destino, conferindo-lhes poder e principalmente igualdade entre todos os membros, dado que assenta sobre o princípio da solidariedade democrática, que se encontra diretamente relacionado com o princípio da igualdade. A solidariedade democrática não se encontra assente na filantropia, mas sim na ideia de que todos tenham a capacidade de viver em igualdade de oportunidades (Laville, 2009). O agir em coletividade característico da economia solidária, consubstanciado na autogestão, edifica novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta aos desejos de bem-estar, reconhecimento e vida significativa, e um novo desenvolvimento que se opõe ao desenvolvimento capitalista (Singer, 2004). Deste modo, a economia solidária, enquanto projeto plural, encerra em si uma proposta de complementaridade:

No plano económico, os diferentes modos de produção competem entre si mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam. Os fóruns sociais mundiais, os movimentos contra a globalização neoliberal, os ambientalistas, os pelos direitos humanos

e os pela economia solidária constituem um rosário de novas forças que lutam por uma “outra economia” e uma “outra sociedade”. (Singer, 2004:21)

Esta forma de pensar e conceptualizar a dimensão económica como mais próxima das necessidades plurais das sociedades acompanha a tendência da necessidade de paradigmas de desenvolvimento humano e da rejeição do PIB como unidade de medida do desenvolvimento. Existe um número já considerável de tentativas de desenvolvimento de indicadores alternativos, porque crescimento económico não é, por si só, sinónimo de bem-estar social. Os modelos de desenvolvimento humano baseiam-se num leque de indicadores que colmatam as limitações do PIB: o FIB – um indicador que mede a felicidade interna bruta e que não pretende ser um substituto do PIB mas sim (re)introduzir no debate económico o conceito de felicidade e moldar a política económica num sentido mais amplo e plural (Mota, 2010); O GPI – Indicador de Progresso Genuíno, criado em 1995 pela organização *Redifining Progress* que pretende medir não só o bem-estar económico, como também o progresso social (Talberth *et al*, 2007); Ao nível Europeu, a OCDE tem vindo a calcular o Índice de Bem-Estar, que é medido em 10 domínios diferentes (OCDE, 2011). Portugal adotou o cálculo do Índice de Bem-Estar (IBE), que é conduzido pelo INE. Mais recentemente, é possível destacar o HPI – *Happy Planet Index* que é uma medida de eficiência que se debruça sobre a capacidade dos países em utilizar, sustentavelmente, os seus recursos de modo a proporcionar um bem-estar sólido e duradouro aos seus cidadãos (Norberg-Hodge, 2010).

As ideias de um desenvolvimento que permita perpetuar os recursos surge no paradigma do *desenvolvimento sustentável* e nos modelos de *decrescimento* que são tendências que representam uma crítica à orientação hegemónica do paradigma de desenvolvimento dominante – o neoliberalismo. A problemática da deterioração do ambiente é, na sua essência, um potencial de contestação das bases teóricas e práticas dos modelos dominantes, do papel do mercado livre e das conceções que separam o desenvolvimento do crescimento (Bezerra e Bursztyn, 2000).

O *decrescimento*¹ implica uma mudança radical de paradigma como resposta à crise estrutural das sociedades modernas, que pressupõe uma alteração, tanto a nível individual como coletivo, na relação entre o Homem e o ambiente que o envolve, colocando a tónica nos

¹ É importante não confundir o decrescimento com um crescimento negativo. De facto, a diminuição do crescimento submete as sociedades à incerteza, ao desemprego, ao abandono de programas sociais, sanitários, educativos, culturais, entre outros (Latouche, 2009).

recursos, em detrimento do consumo (Latouche, 2009). O termo foi cunhado em 1975, por Nicholas Georgescu-Roegen, como um processo inevitável para um desenvolvimento realmente sustentável, e em 1977, Herman Daly propôs a necessidade de defender a transição da economia para um “estado estacionário”, onde se pressupõe que a escala da produção não exceda a capacidade natural de suporte dos ecossistemas (Latouche, 2009). Na sua base o decrescimento é um projeto político que funciona como uma proposta concreta dum «círculo virtuoso de decrescimento sereno, representado por oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente: reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar» (Latouche, 2009:42).

As teses do decrescimento não são uma parte integrante do desenvolvimento sustentável (Latouche, 2009). Embora ambos os paradigmas se preocupem com a sustentabilidade dos recursos naturais, o paradigma do decrescimento tem como principal objetivo funcionar como um projeto de pressão política e quer afastar-se do campo das conceptualizações teóricas inerentes ao desenvolvimento sustentável (Latouche, 2009).

O *desenvolvimento sustentável* assume uma preocupação justificada com o processo económico na sua perspetiva de fenómeno de dimensão ecológica, sujeito a condicionantes ordenadas pelas leis fixas da natureza e da biosfera (Cavalcanti, 1994). Esta questão encontra-se no centro dos debates atuais, uma vez que existe uma combinação suportável de recursos para realização do processo económico, a qual pressupõe que os ecossistemas operam dentro de uma amplitude capaz de conciliar condições económicas e ambientais (McMichael, 2012). Por outras palavras, não é possível aceitar que a lógica do desenvolvimento económico entre em conflito com a lógica da evolução da biosfera. Realçar a noção de uma economia da sustentabilidade significa que as funções ecossistémicas são parâmetros que não se podem modificar impunemente, necessitando de estabilidade diante de perturbações suscitadas pelas ações do homem (Bruseke, 1994).

O primeiro palco de discussão acerca das temáticas ambientais foi a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 e que abriu o caminho para aquilo que se viria a tornar a questão mais emergente e mais controversa do milénio, embora um dos relatórios do Clube de Roma (1976) já afirmasse que os limites físicos do nosso planeta se esgotariam, mas que antes que isso pudesse acontecer o planeta seria palco de graves convulsões sociais provocadas pela fraca e ineficaz redistribuição dos recursos (Bruseke, 1994). Após a colocação da primeira pedra na edificação da discussão em torno das questões climáticas, a Comissão Mundial para o Meio

Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, realizou em 1987 um documento incontornável nesta discussão – O Relatório de Brundtland “*Our Common Future*”, que identifica e sublinha a necessidade de suprir algumas questões sociais, como, uso da terra e a sua ocupação, o fornecimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, para além da administração do crescimento urbano (CCMAD, 1991). *Our Common Future* lançou a definição do conceito que ainda hoje se utiliza nas discussões gerais: «O desenvolvimento sustentável é aquele que garante as necessidades do presente sem comprometer a possibilidades de as gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades» (CCMAD, 1991:9)

Um dos principais conceitos debatidos pelo referido relatório foi o de ‘equidade’ como condição necessária, embora não suficiente, para que se pudesse garantir a participação efetiva da sociedade no processo de tomada de decisões, através de processos democráticos, para o desenvolvimento, avaliando a capacidade e resiliência da biosfera absorver todos os efeitos resultantes da atividade humana, levando o conceito de sustentabilidade para um escopo mais abrangente e ressaltando a pobreza como um tópico fundamental para a procura da sustentabilidade (CCMAD, 1991).

Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência “*Rio 92*”, também conhecida por “*Cimeira da Terra*” onde se produziu um documento de extrema relevância – *Agenda 21* – no qual se reflete a necessidade eminente dos países e organizações se comprometerem a abraçar medidas que possam inverter a tendência de desgaste natural e social, apelando à coesão social, ao desenvolvimento sustentável e à ética humanitária (ONU, 1992). Para além da Agenda 21, a referida conferência teve como principais triunfos, a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), vinculada ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e a elaboração da “*Carta da Terra*”. Este documento foi retificado pelo UNESCO e aprovado pela ONU em 2002, na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo e mais conhecida como “*Rio + 10*”:

Estamos perante um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos juntar as forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

justiça económica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (Preâmbulo de A Carta da Terra, 2002)

O conceito de sustentabilidade é, muitas vezes, reportado para a dimensão ecológica e ambiental, no entanto, essa visão torna-se redutora pois a sustentabilidade pode ser analisada sobre uma perspetiva holística, de integração de várias dimensões. Ignacy Sachs (1993) divide o conceito em cinco dimensões: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade social e a sustentabilidade política.

Assim, o conceito descrito por Sachs (1993) refere-se à sustentabilidade como: sustentabilidade ecológica, referindo-se à base corpórea do processo de crescimento e tem como preocupação central a manutenção e o uso racionado dos recursos naturais; a sustentabilidade ambiental refere-se à subsistência da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas face às agressões antrópicas; no campo da sustentabilidade social, o autor defende a melhoria da qualidade de vida da população, através da promoção da inclusão social em detrimento da diminuição das desigualdades sociais e da adoção de políticas distributivas; a sustentabilidade política, na medida em que é necessário que se construa uma cidadania ativa de modo a garantir a integração dos agentes sociais no processo de desenvolvimento; e, por fim, a sustentabilidade económica, através de uma gestão eficiente dos recursos em geral, caracterizada pela harmonia de fluxos do investimento público e privado.

Deste modo, é possível tecer que o desenvolvimento sustentável é representado por um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional, de modo a que a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade se assumam como motivadores de políticas públicas para o desenvolvimento (Bezerra e Bursztyn, 2000).

A lógica do desenvolvimento nascido da pluralidade dos atores sociais pode ser associado a um paradigma de desenvolvimento complementar de base comunitária que surgiu no século XX, no contexto de evolução do capitalismo do pós-guerra (Fragoso, 2003). O *desenvolvimento comunitário* é uma ação coordenada e sistémica que procura organizar o processo global de um conjunto de pessoas bem delimitado – comunidade, com a participação dos próprios agentes, em função das suas necessidades (Rezsohazy, 1988). Twelvetrees (1991)

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

considera que o desenvolvimento comunitário é o processo de suporte para os indivíduos que tencionam incrementar a sua própria comunidade através da ação coletiva. Em processos de desenvolvimento de base comunitária, o foco é assegurar que os participantes do processo detenham o controlo da ação e que adquiram a capacidade de a prolongar, funcionando numa lógica de empoderamento dos agentes sociais individualmente, e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade como um todo (Stoecker, 2005).

Este modelo de desenvolvimento funciona numa lógica operacional e obedece a algumas características fundamentais, evidenciadas por Nunes e Hoven (1996)

- O ponto de partida são as experiências e prioridades das pessoas;
- O processo de mudança realiza-se com o controlo das próprias pessoas;
- O trabalho comunitário centra-se na dimensão coletiva;
- A ação coletiva enquadra-se num processo educativo; um elemento central é que os agentes centrais aumentem a consciência social e política da situação das suas vidas;
- A procura de mudanças sustentáveis e resultados duradouros;
- A pluralidade de métodos e técnicas de intervenção em diferentes comunidades sujeitas a variados contextos;
- Apoia-se em valores éticos e morais como os da igualdade, subjetividade, solidariedade, responsabilidade social, emancipação, entre outros;
- Redistribuição do poder.

Em suma, os paradigmas do desenvolvimento e da economia analisados anteriormente, pretendem dar conta de uma multiplicidade de contextos que não se encontram refletidos nos modelos dominantes. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e a sua coletividade de pertença originam uma identidade social que narra a ambição de indivíduos em relação a uma visão que tende a agregar as dimensões da vida humana de forma solidária (Laville, 2009), comunitária e sustentável.

II A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

Como resposta à desintegração que se experiencia atualmente, das estruturas de apoio social e cultural e à crise ecológica global, tem-se vindo a assistir a um fenómeno que tem como principal base, a procura da sustentabilidade como modo de vida. Pequenos grupos de pessoas, pelo mundo inteiro, têm-se vindo a agregar com o objetivo de criar modos de viver em comunidade de forma harmoniosa, não só entre os próprios atores, como com todas as dimensões dos contextos que os envolvem (Liftin, 2009).

Os modos de vida não obedecem a uma definição estanque e segmentada, embora a sua análise deva ser cuidadosamente enquadrada no conjunto de práticas que define determinadas práticas, e conseqüentemente, nos níveis de recursos inerentes ao mesmo, que têm a capacidade de gerar oportunidades de certas práticas sociais (Guerra, 1993). A análise dos modos de vida deve ser feita à luz da articulação entre as práticas individuais e «o peso das estruturas na determinação das condições individuais e nos “habitus” que elas produzem» (Guerra, 1993:60). Os modos de vida surgem então, da articulação entre o indivíduo e a sociedade. Esta articulação pode ser operacionalizada através do conceito de *Habitus*, que é concebido como um sistema de disposições estruturadas, criadas e perpetuadas socialmente, que podem funcionar como disposições estruturantes para os indivíduos, nasce das experiências práticas e é orientado para as funções e ações quotidianas (Bourdieu, 2010).

As “estruturas” que organizam os sistemas e os “modos de ação coletiva” não são dados “naturais” que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si como resultado automático de uma dinâmica qualquer. Também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. As “estruturas” são sempre “provisórias e contingentes”, fruto das soluções encontradas pelos atores graças a recursos e capacidades específicas e historicamente datadas (Guerra, 1993:61).

A articulação entre o ator e a sociedade é um dos mecanismos de construção das identidades, tanto individual como coletiva. O conceito de identidade integra a perceção das ações mas principalmente, uma rede de pertença a categorias sociais (Guerra, 1993). Neste sentido, e dado que a construção da identidade se processa dinâmica e paralelamente à construção dos modos de vida, assiste-se, nestes casos, à criação de uma identidade coletiva, caracterizada pelo sentimento de pertença a uma dada comunidade que preconize valores e normas que se adaptem as estruturas individuais dos atores, o que acaba por se articular com o

desenvolvimento de um modo de vida comunitário baseado na procura de um objetivo comum e global que reflita os valores e as normas preconizadas.

II.I Modelos de Base Comunitária

A aplicação pragmática desta procura por novos padrões de modos de vida e novas normas, são muitas vezes, fundamentados em modelos de base comunitária. O conceito de comunidade é variável e não obedece a uma definição estanque, uma vez que existem características geográficas, históricas, económicas, sociais e culturais que tipificam e distinguem cada “comunidade”. Deste modo, o conceito de comunidade deve ser sempre complementado com a descrição do tipo de comunidade a que se refere a análise e às suas características específicas (Mayo, 1994).

A análise do conceito de comunidade tem vindo a sofrer mudanças nas suas configurações, ao longo da história. Fung e Wright (2003) consideram que existiram três apropriações distintas do uso do conceito de comunidade: numa primeira fase, a partir do século XVI, o conceito de comunidade remetia para algo que era partilhado e ao qual se associava uma identidade comum; no século XIX, a comunidade representava um ideal de classe média ao serviço dos pobres; no século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de comunidade ganha força, no sentido em que se levanta a importância de um desenvolvimento que seja comunitário e que apele à união dos povos.

As contribuições clássicas de Tönnies e Durkheim são fundamentais na análise do conceito de comunidade. A perspetiva teórica de Tönnies baseia-se na criação de uma tipologia de dois conceitos fundamentais: *Gemeinschaft*² e *Gesellschaft*³. *Gesellschaft* remete para um tipo de relação social caracterizada pelo individualismo, pela impessoalidade e pelo contratualismo (Mayo, 1994). Por outro lado, o *Gemeinschaft* remete para os estados afetivos, para os hábitos e para as tradições que são partilhadas (Mayo, 1994). Segundo o sociólogo alemão, as primeiras fases do desenvolvimento social caracterizavam-se pela escala reduzida em que se manifestavam as relações, e os laços comunitários eram fundamentados e perpetuados pelas famílias e pelas tradições das comunidades (Mayo, 1994). Desde a

² Comunidade

³ Sociedade ou Associação

Revolução Industrial, as sociedades industrializadas foram assumindo um carácter individualista e contratualista (Mayo, 1994), típicos do sistema económico capitalista.

Na sua obra “Da Divisão do Trabalho Social”, o sociólogo distingue dois princípios básicos para a análise do conceito de comunidade: a solidariedade orgânica e a solidariedade mecânica (Durkheim, 1999). A solidariedade mecânica é um tipo de estrutura social que implica uma certa homogeneidade social e que se verifica maioritariamente, em comunidades de pequena dimensão. É um tipo de solidariedade dominada pela consciência coletiva, em que as normas, o pensamento e os comportamentos são determinados pela comunidade (Durkheim, 1999). A solidariedade orgânica começa a surgir como uma consequência da divisão social do trabalho, dado que uma vez que os indivíduos começam a realizar funções, está construída a base que permite a emergência do individualismo (Durkheim, 1999). Nesta perspetiva, o individualismo⁴ e a heterogeneidade vieram substituir o comunitarismo e a homogeneidade dos sistemas sociais.

As análises clássicas de Tönnies e Durkheim defendem que existiu uma passagem da comunidade e da prevalência da consciência coletiva para formas mais individualistas e heterogéneas de viver. No entanto, as abordagens mais recentes dos modelos comunitários expõem o conceito como uma certa apropriação de alguns pontos abordados em ambas as teorias clássicas. As abordagens que se seguem mostram uma proposta de modelo comunitário, mais adequada ao contexto contemporâneo e mais integrada na sua essência. Deste modo, o conceito de comunidade não deve obedecer a uma definição estanque e isolada na história, mas deve ser articulado com o contexto económico, social e político em que se insere. A análise dos modelos comunitários deve incluir três dimensões fundamentais de análise: o território onde se insere a comunidade, uma vez que uma comunidade representa um conjunto de indivíduos que vivem num espaço geográfico determinado; as interações - a comunidade é um produto das interações constantes mantidas entre as pessoas e o espaço; e o sentimento de pertença que define a identidade dos membros pertencentes e perpetua a identidade da comunidade (Liftin, 2009). A figura II.1 mostra os pontos de confluência entre as abordagens clássicas e as mais recentes.

⁴ Aqui entendido como a articulação dos indivíduos (Durkheim, 1999).

Figura II.1 – Proposta Integrada do Conceito de Comunidade



Fonte: Elaboração própria

A comunidade, de acordo com as teorias mais recentes, é uma forma de organização intencional comunitária para a criação de modelos sociais em micro escala, é um agrupamento de indivíduos relacionados entre si, que partilham, não só recursos físicos, mas também recursos inerentes à relação social que estabelecem, como o conhecimento ou as tradições (Ware, 1986). Os modelos comunitários de vida implicam uma totalidade orgânica em permanente evolução, em que cada indivíduo desempenha uma função específica, e onde o objetivo final de evolução da comunidade é partilhado pelo grupo (Ware, 1986). Esta visão sistémica é defendida também por Joubert e Alfred (2007), que defendem que uma comunidade funciona organicamente, onde os seus membros funcionam ao nível da interdependência e onde se sublinha a importância do papel individual das partes para o funcionamento do todo. Neste sentido, a comunidade e o individual não são opostos, não devem ser segmentados em compartimentos estanques, mas sim operar numa lógica de confluência (Joubert e Alfred, 2007). No fun

A comunidade é fundamentalmente um modo de relação social, é um modelo de ação intersubjetivo construído sobre o afeto e a incontestável esperança da lealdade e da reciprocidade; a comunidade é um exemplo do tipo ideal de ação social, uma construção teórica da própria realidade, que costuma ser algo mais sentido do que conhecido, mais emocional do que racional (Fuertes, 1988:13)

Num contexto de hegemonia do mercado em que o grande regulador social é o mercado, os velhos mecanismos deixam de ser eficazes. A ação comunitária como a expressão da cidadania ativa ganha (Mayo, 1994) e os modelos comunitários de vida, que nascem da vontade

intencional de um determinado grupo de agentes sociais, ganham visibilidade, surgindo como possíveis modelos complementares, e como uma resposta à construção de uma modernidade e de um modelo de desenvolvimento ético (Bates, 2003). Estas novas formas de viver representam um modelo profusamente aplicável no planeamento e reorganização dos ajustamentos humanos no século XXI, compatíveis com o bem-estar comunitário e o meio envolvente (Bang, 2005).

II.II As Comunidades Sustentáveis

Robert e Diane Gilman, em “Ecovillages and Sustainable Communities” (1991) definem este conceito como sendo: «Um assentamento completo da escala humana, em que as atividades humanas são integradas no mundo natural, sem causar danos e de uma forma que apoia o saudável desenvolvimento humano e que podem ser continuadas, com sucesso, no futuro indefinido» (Gilman e Gilman, 1991:10)

Em 1995, o conceito foi articulado, disseminado e promovido num encontro internacional de comunidades sustentáveis, promovido pela Findhorn Foundation e realizado na Escócia. Um dos maiores contributos deste encontro foi a criação da “Global Village Network” (GEN), que continua a desempenhar um papel basilar na ligação entre ecoaldeias e projetos de interesse que possam ser associados a estas temáticas. Este conceito foi oficialmente materializado pela ONU, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento Comunitário Sustentável (PDCS) e em 1998, foram nomeadas pelas Nações Unidas como uma das melhores práticas para o desenvolvimento sustentável e como um modelo vinculativo e pragmático da procura da sustentabilidade como modo de vida (Bissolotti et al., 2006).

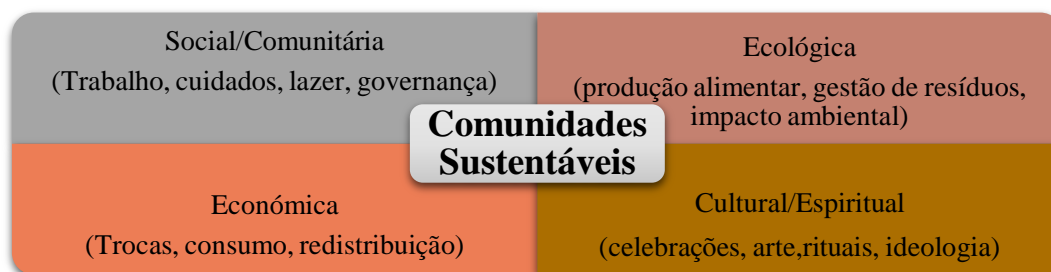
As comunidades sustentáveis são a expressão da procura pela sustentabilidade como modo de vida. Nos referenciais teóricos são denominadas “Ecocomunidades” ou “Ecoaldeias”⁵, e podem ocorrer em meios urbanos ou rurais, embora sejam mais frequentes nos meios rurais, muito devido à maior acessibilidade à terra e a condições propícias ao desenvolvimento das suas práticas. De acordo com dados da UNESCO, estima-se que, existam atualmente no mundo, mais de 15.000 comunidades sustentáveis, entre essas, 385 estão registadas, algumas nomeadas mesmo como património da humanidade, pela UNESCO (Dawson, 2010).

⁵ Do inglês original “Ecovillages”.

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

De acordo com Bang (2005), as ecocomunidades são construídas tendo em conta três dimensões basilares: a dimensão social, ecológica e espiritual ou cultural. Contudo, a GEN abre o leque destas dimensões, acrescentando a componente económica como determinante na procura e vivência deste estilo de vida. De acordo com a *Global Ecovillage Network*, uma comunidade sustentável deve ser fundamentada sob os seguintes alicerces: dimensão social ou comunitária, uma vez que as pessoas se devem sentir, simultaneamente apoiadas e responsáveis pelo grupo, construindo um sentimento de pertença, através da capacidade de ser parte integrante do processo de tomada de decisões de forma transparente; dimensão ecológica, através da conexão entre o indivíduo, o grupo e a terra, satisfazendo as suas necessidades diárias em articulação e com respeito pelos ciclos da natureza; dimensão cultural ou espiritual, através da promoção de atividades que potenciem o espírito artístico e criativo e contribuindo para a saúde do espírito; e a dimensão económica, fundamentada nos princípios da redistribuição, característicos da economia solidária (Joubert e Alfred, 2007).

Figura II.2 - Dimensões Comunidades Sustentáveis



Fonte: Elaboração Própria

De um modo operacional, uma ecocomunidade potencia a ação direta e indireta, da escala local à escala global, através da promoção de diversos fatores que se encontram conectados entre si. Assim, as ações de uma ecocomunidade centram-se essencialmente, na articulação entre o ambiente sociocultural com um estilo de vida de baixo impacto ambiental, na promoção de políticas de desenvolvimento social e ambiental, na proteção ambiental como parte integrante do processo de desenvolvimento, no fortalecimento endógeno das condições para o desenvolvimento sustentável, através de uma transferência constante de conhecimento e tecnologias, na redução do consumo de energia, no suporte às indústrias verdes e à criação de emprego, na eliminação de padrões insustentáveis de produção e consumo, no respeito pelos ciclos de regeneração, na redução, reutilização e reciclagem de resíduos, na descentralização de pressões ambientais, e na participação ativa dos cidadãos ao nível global, e dos seus membros à escala local (Hildsur e Karen, 2002).

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

A integração destas práticas e as consequências da aplicação das mesmas descrevem as razões pelas quais os agentes sociais são atraídos para o modo de vida sustentável praticado nas comunidades sustentáveis, embora em certos projetos possa haver uma dimensão predominante face às restantes, e que outros possam não incluir a totalidade das dimensões, uma vez que são raros os casos em que um projeto cubra a totalidade das dimensões supramencionadas (Bang, 2005). Esta segmentação ocorre devido ao facto de a implementação de uma ecocomunidade, representar uma mudança estrutural e paradigmática e radical daquilo que são os modos de vida das sociedades contemporâneas. Esta visão holística pode ser entendida como uma forma de pós-modernismo construtivo, uma vez que este movimento global da procura da sustentabilidade como modo de vida, representa um conhecimento de base comunitária pragmático em termos de compromisso, não só no conjunto das suas práticas como também na construção de uma visão global comum (Dawson, 2006). O movimento das ecoaldeias pode ser percebido como uma resposta consciente e pragmática à crise material e ideológica da modernidade, que parte da necessidade de se desenharem modelos de desenvolvimento baseados em ontologias holísticas e integrantes (Liftin, 2009).

Existem diversas nomenclaturas para designar projetos que ambicionam alcançar um outro paradigma de desenvolvimento e que pressupõem a sustentabilidade, de uma forma holística, como valor e prática basilar dos modos de vida. A revisão da literatura recorre maioritariamente ao conceito de “ecoaldeia” ou “ecocomunidade” para fazer referência a um coletivo de cidadãos, de diferentes dimensões, que se agrupam em torno de um objetivo comum: o de procurar um modo de vida mais sustentável, a nível ambiental, económico, espiritual e/ou social e perseguir novos caminhos e soluções nas ligações com a natureza e nas relações humanas. Neste estudo, optou-se por designar estes projetos por “comunidades sustentáveis”, devido à dimensão de sociabilidade que se encontra intrínseca ao conceito de “comunidade”, em detrimento da denominação “aldeia”, que pode remeter para uma limitação no que se refere à sua referência espacial e geográfica. O conceito “ecocomunidade” não será igualmente utilizado (excetuando nos casos em que se utilizem determinadas referências que assim o denominam), dado que se pretende descartar o prefixo “eco”, que pode ser redutor da dimensão holística que se pretende abordar acerca da sustentabilidade e conduzir para uma referência única à dimensão ecológica e ambiental, optando-se por denominar estes grupos e formas de organização social como “comunidades sustentáveis”.

Assim, é possível definir as comunidades sustentáveis como coletivos de cidadãos que vivem em torno de uma dimensão comunitária forte, devido à promoção da partilha do mesmo

espaço de residência, de trabalho e do lazer, à partilha de recursos de diversos tipos, à gestão comunitária do espaço, dos recursos e das tarefas, e a celebrações e eventos, onde existem objetivos culturais, éticos ou espirituais que unem os indivíduos. Este tipo de projetos não pressupõe a apropriação privada do espaço ou dos recursos, embora se respeite a privacidade individual, nem fins comerciais e lucrativos, promovendo-se, sempre que possível, a maximização da utilização dos recursos locais e a criação de redes de trocas de produtos e serviços. Este tipo de projetos pode surgir em diferentes cenários: rural ou urbano. Contudo, o presente estudo foca-se especificamente nos projetos de âmbito rural, por não ser objetivo principal perceber as diferenças associadas ao espaço geográfico e também por ser a realidade mais presente em Portugal, o que aumenta o número possível de casos a estudar, garantindo uma maior representatividade.

É importante referir que não existe uma definição estática que possa refletir a essência de todas as comunidades sustentáveis, porque a dimensão, o crescimento, as atividades desenvolvidas ou os paradigmas por que se regem, podem ser distintos entre si. Um dos objetivos desta dissertação é precisamente dar a conhecer os diversos contornos e as diferentes tendências das comunidades sustentáveis em Portugal. Em suma, o que confere unidade a este tipo de projetos é a vontade de aplicar novos paradigmas de desenvolvimento e novos modelos de trabalho e de relações sociais através da partilha de valores, normas e objetivos que sejam transversais aos membros e que funcionem como um modo de vida partilhado, que se fundamenta na construção contínua da identidade do grupo.

Ao nível político e estratégico da União Europeia, as comunidades ecológicas são integradas no âmbito da visão estratégica da União Europeia para o desenvolvimento sustentável, estabelecida pelo Conselho Europeu em Göteborg 2001 e renovada em 2006 (EU SDS, 2006). As implicações práticas deste conceito, fundamentadas no respeito pela resiliência dos ecossistemas, na justiça e na equidade social, entram em convergência com aquilo que são os Objetivos do Milénio, erradicados pela ONU, para a agenda 2015-2030. Para além do respeito pela resiliência dos ecossistemas, os modelos comunitários em questão apresentam uma resposta à necessidade de incrementar a resiliência dos sistemas sociais. A resiliência dos sistemas sociais depende essencialmente de dois tipos de capacidades: a capacidade de resistir a ruturas severas e manter a sua estrutura básica e a sua função; e a capacidade de se transformar em resposta às mudanças ecológicas, políticas, sociais e/ou económicas, de modo a criar sistemas mais apropriados às condições reais do contexto (Huitric et al, 2009).

As oportunidades geradas na implementação de uma ecocomunidade, encontram-se diretamente relacionadas com as oportunidades germinadas na implementação da agenda 21 local do programa global para o desenvolvimento sustentável assinado na Cimeira do Rio (1992). Dentro das quais, se destacam: a liderança, o aumento da consciência pública, o envolvimento ativo dos cidadãos, a gestão local sustentável, a edificação de parcerias, a existência de impulsos europeus, a investigação orientada para a ação e a erradicação da pobreza (ONU, 1992).

III Metodologia

A proposta metodológica que conduziu o presente trabalho pretendeu articular estratégias quantitativas e qualitativas. A opção por uma metodologia mista (Brannen 1992) justifica-se pelo facto de, por um lado, ser necessário traçar o quadro geral do contexto em que surge o fenómeno das comunidades sustentáveis, em Portugal, ao nível dos seus contornos e das suas tendências, e por outro lado, perceber a partir das experiências dos indivíduos as representações dos membros sobre a mudança estrutural do modo de vida e as práticas na comunidade. Ainda que possam ser separados para efeitos de estudo, o contexto e as representações não devem ser dissociados, uma vez que se encontram de forma articulada no meio social, e é neste sentido, que se torna pertinente a utilização de uma abordagem mista.

A pesquisa encontra-se organizada em dois momentos principais: a recolha de dados quantitativos e um momento qualitativo. No entanto, importa referir que houve uma etapa anterior à fase quantitativa, que serviu como o ponto de partida para a seleção dos casos a estudar. Assim, a abordagem metodológica foi construída mediante três fases/etapas principais, em que cada uma delas funcionou como um alicerce para a construção da etapa subsequente.

Devido à imensidão e rapidez do surgimento de novos projetos e iniciativas que têm como mote o buscar de um modo de vida sustentável, torna-se metodologicamente complicado e cientificamente não exequível, dado o tempo existente para o desenvolvimento da dissertação, dar conta de todos os movimentos, que se poderiam encaixar na procura da sustentabilidade como modo de vida, existentes em Portugal. Como tal, e de forma a obedecer a algum critério, a primeira etapa da análise metodológica teve por base o mapeamento de projetos de

sustentabilidade (com diversas configurações) elaborado pela Rede Convergir⁶. É importante referir que o mapeamento da Rede Convergir resulta da autoproposta dos promotores. De acordo com esta fonte, os projetos inseridos variam dentro tipologias demonstradas no quadro III.1.

Quadro III.1 – Tipologia dos projetos inseridos na Rede Convergir

<i>Tipologia</i>	<i>Designação</i>
Cultura e Educação	Projetos relativos a questões relacionadas com a educação não formal sobre vários domínios e desenvolvimento humano e comunitário
Institutos de Permacultura	Projetos ligados à permacultura, logo com especial enfoque na agricultura biológica e no design na construção de hortas e na bio construção.
Gestão da Terra e da Natureza	Projetos de âmbito alargado que promovem todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Funcionam como movimentos holísticos que encerram em si um novo paradigma de modo de vida.
Movimentos de Transição	O Movimento de Transição surgiu dos movimentos ambientais e sociais, fundado (em parte) sobre os princípios da permacultura.
Uso da Terra e Comunidade	Estes projetos caracterizam-se por uma preocupação humanitária de promoção da paz e com especial enfoque no indivíduo e nas suas potencialidades.
Ferramentas e Tecnologias	Projetos ligados às questões da ciência e tecnologia sustentável, relacionados com a mudança de paradigma da investigação científica.
Economia e Finanças	Projetos que têm por base a economia social e solidária. Modelos económicos mais justos e equitativos, baseados na redistribuição e reutilização dos recursos.
Desporto, Saúde e Bem-Estar	Projetos diretamente relacionados com a prática de desportos que promovam a ligação entre o ser-humano e a natureza
Mercados Biológicos e Hortas Comunitárias	Projetos espontâneos baseados nas ligações já existentes entre os pares, promovidos por grupos ou associações, ou em alguns casos, dinamizados e apoiados pelas autarquias

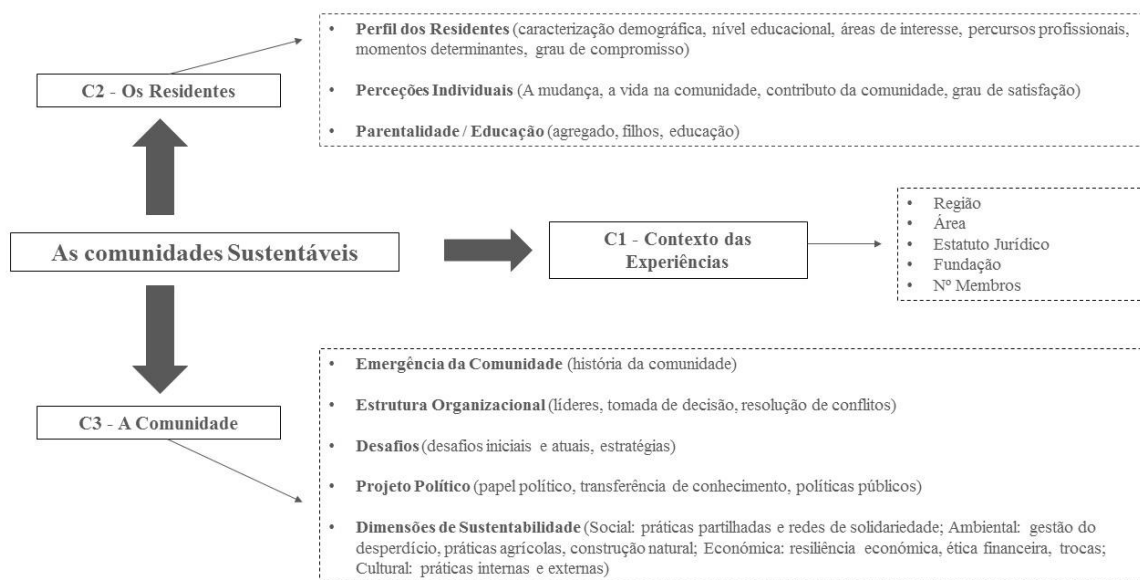
Fonte: Adaptado de RedeConvergir.net

Tendo em conta o principal objetivo geral da presente dissertação: perceber de que forma se traduz e manifesta a procura da sustentabilidade como modo de vida, foram analisados os projetos inseridos nos grupos indicados na tabela. Os critérios da seleção dos casos a estudar, prenderam-se com a identificação das dimensões e variáveis assinalados na figura II.2, ou seja, com a existência de uma dimensão social, onde fosse possível identificar modelos de governança, redes de solidariedade e entre ajuda comunitária, divisão do trabalho e momentos

⁶ A Rede Convergir é uma rede que pretende mapear os projetos sustentáveis para que em rede se possa potenciar a cooperação e promover sinergias, que contribuam para a tomada de consciência coletiva da necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento que preconizem uma sociedade equilibrada e um modo de vida holístico e em harmonia com o meio envolvente (www.redeconvergir.net).

de lazer; uma dimensão ecológica onde se verificasse a tentativa de auto produção de bens alimentares, a gestão e reutilização do desperdício e dos resíduos, e preocupações de impacto ambiental; preocupações associadas ao consumo de bens e serviços, promoção de trocas e redistribuição de recursos, característicos da dimensão económica; e práticas culturais e espirituais, como a celebração de rituais e promoção da arte. Assim, de modo a cumprir estes critérios, os projetos deveriam garantir: 1) A existência de um espaço físico onde se desenvolvessem as atividades; 2) A residência permanente de alguns membros associados ao projeto; 3) A residência parcial de alguns membros associados ao projeto. Como tal foi feita uma seleção, tendo por base a tipologia da Rede Convergir, a fim de selecionar os projetos que garantissem estas 3 premissas. Os projetos que seguiram para a fase seguinte do estudo foram retirados dos grupos: Uso da Terra e da Comunidade; Institutos de Permacultura⁷ e Gestão da Terra e da Natureza, e perfazem um total de 25 casos. A figura III.1 mostra a operacionalização dos critérios em unidades de análise.

Figura III.1 - Modelo de Análise



Legenda:

C - Categoria

Dimensão (Variável)

Fonte: Elaboração Própria

⁷ O conceito de permacultura, que inicialmente se designava por agricultura permanente, sofreu uma transformação holística, e passou a ser associado a outras dimensões da vida humana que não apenas a agricultura. Hoje em dia, entende-se por Permacultura por uma contração das palavras Cultura Permanente.

O momento quantitativo utilizou como técnica de recolha o inquérito por questionário⁸, com o objetivo de aumentar o conhecimento geral sobre a população que se pretendia conhecer e aceder a um maior número de dados que possibilitam a criação de correlações (Quivy e Campenhoudt, 2008). O inquérito por questionário foi administrado, por correio eletrónico, aos 25 casos que resultaram da primeira etapa. Estes primeiros casos foram selecionados de acordo com uma técnica de amostragem não probabilística, designadamente a amostragem por conveniência, em que os elementos foram escolhidos com base no processo indicado anteriormente. O processo de amostragem por conveniência não garante uma amostra representativa da população nem permite fazer inferência estatística (Bryman, 2004b), pese embora o facto de esse não ser o objetivo central deste trabalho. Este trata-se de um universo que não se encontra devidamente identificado no terreno, pelo que o que se optou por fazer foi aplicar o questionário ao universo dos 25 casos que se conheciam.

O inquérito por questionário, para além de uma técnica de recolha de dados, serviu também como um mecanismo de seleção de mais casos. Aos inquiridos foi solicitado que indicassem outros projetos dos quais tivessem conhecimento. Este tipo de amostragem é designado “Amostragem por Bola de Neve” e permite que a amostra cresça e é um tipo de amostragem utilizado quando se pretende estudar pequenas populações específicas (Bryman, 2004b). No total foram enviados 52 questionários⁹ e recebidas 27 respostas, às quais se procedeu a uma análise estatística descritiva em SPSS. O quadro III.2 mostra como é que o universo e a amostra se encontram dispersos no território nacional.

Quadro III.2 - Processo de Amostragem

NUTS II	Universo Conhecido	Amostra	Estudos de Caso
Norte	5	1	
Centro	15	9	1
Lisboa e Vale do Tejo	13	9	
Alentejo	4	6	
Algarve	3	2	1
Não identificados	12	0	
Total	52	27	2

Fonte: Elaboração Própria

O inquérito por questionário administrado aos projetos selecionados resultou numa amostra de 27 casos. Os dados foram tratados em SPSS – *Statistical Package for the Social*

⁸ O questionário aplicado pode ser consultado em Anexos (Anexo A – Questionário Aplicado)

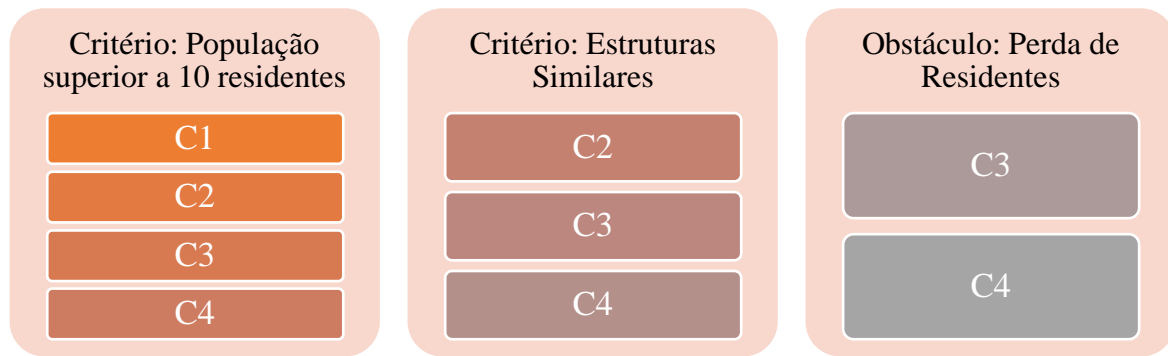
⁹ Em alguns casos, os grupos informais revelaram que não pretendiam fazer parte deste estudo, e em outros tal não foi possível pois não dispunham de meios tecnológicos (computador, telemóvel e internet), que permitisse a aplicação.

Sciences e permitem conhecer as características gerais das comunidades sustentáveis em Portugal, mas também tirar conclusões acerca das suas tendências de sustentabilidade. A análise quantitativa subdivide-se em duas categorias: A primeira parte pretende dar resposta ao primeiro objetivo específico deste trabalho, ou seja, perceber como se traduzem os aspetos gerais que enquadram o objeto empírico, nomeadamente: o contexto espacial onde se inserem, o seu enquadramento legal, a cronologia da emergência, a estrutura e os laços familiares existentes entre os residentes; A segunda parte debruça-se sobre o nível de integração de práticas de sustentabilidade, nas dimensões estudadas, no quotidiano dos projetos em estudo.

O momento qualitativo foi conduzido com recurso a duas técnicas de recolha de dados: a aplicação de entrevistas semiestruturadas que potencia ao investigador a possibilidade de captar os pontos de vista dos entrevistados (aberto a temas emergentes), aprofundar e explorar os pontos de vista dos entrevistados (processo interativo), pretendendo-se assim, que a entrevista gere respostas “ricas” e detalhadas, através deste processo flexível e dinâmico (Bryman, 2004b); e a observação participante no terreno ou etnografia. A observação participante resulta da imersão no terreno por meio de observações regulares. A etnografia permite compreender a cultura do grupo e dos comportamentos dos indivíduos que se encontram inseridos nessa cultura, dando um maior ênfase às experiências subjetivas, e permitindo e exigindo, ao investigador, ver o mundo através dos olhos de quem está a estudar (Bryman, 2004a).

A triagem dos casos que passaram para a terceira etapa obedeceu a um critério que se prende com o número de membros a residir no projeto, a tempo inteiro. Para garantir alguma representatividade foram selecionados os casos que tivessem um mínimo de 10 residentes. Deste processo foram selecionados 4 casos (C1 – mais de 40 residentes; C2 – entre 10 a 15 residentes; C3 – entre 10 a 15 residentes; C4 – entre 10 a 15 residentes). Dado que se pretendia que os casos selecionados tivessem uma estrutura similar, o C1 foi eliminado, e foram analisados os C2, C3 e C4. Foram visitados os 3 projetos selecionados, durante 1 semana de imersão no terreno. O C2, no entanto, havia perdido alguns membros, desde a data de resposta ao questionário, pelo que não foi possível recolher os dados que se pretendia. A figura III.2 mostra o processo de seleção dos estudos de caso.

Figura III.2 – Processo de seleção dos Estudos de Caso



Fonte: Elaboração Própria

A análise qualitativa centrou-se em perceber de que forma se manifesta e traduz a procura dos agentes sociais por modos de vida mais sustentáveis, dentro de modelos de comunitários. Os dados recolhidos qualitativamente, através de entrevistas semiestruturadas e observação participante, dividem-se em duas categorias principais: a Comunidade e os Residentes.

A primeira parte da análise qualitativa centra-se nas questões relativas às comunidades em estudo, e pretende dar a conhecer a história da emergência da comunidade, a estrutura organizacional do projeto, o seu papel enquanto projeto público de impacto político e as suas práticas de sustentabilidade, nas dimensões em análise. As dimensões, variáveis e indicadores que foram utilizados para esta análise podem ser consultados no seguinte quadro:

Quadro III.3 – Unidades de Análise da Categoria “A Comunidade”

Dimensão	Variável	Indicadores
Emergência da Comunidade	Motivações	<i>Os momentos determinantes e as motivações individuais e/ou coletivas</i>
	História	<i>Como, quando, etapas do processo.</i>
	Visão e Valores	<i>A visão e os valores iniciais e a forma como se foram alterando ao longo do tempo</i>
Estrutura Organizacional	Liderança	<i>Existência e papéis dos líderes</i>
	Tomada de decisão	<i>Como se desenrola o processo de tomada de decisão, participação ativa dos elementos da comunidade</i>
	Gestão de Conflitos	<i>Como se desenrola o processo de gestão de conflitos, participação ativa dos elementos da comunidade</i>
	Social	<i>Práticas Partilhadas (espaços comuns, divisão do trabalho, recursos financeiros e lazer); Redes de Solidariedade (internas e externas, objetivo das redes)</i>
		<i>Gestão do Desperdício (reutilização e reaproveitamento de recursos, tipo de recursos, frequência e utilidade); Práticas</i>

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

Dimensões de Sustentabilidade	Ambiental	<i>Agrícolas (proteção da biodiversidade, combate a pragas, proteção de sementes, permacultura, autossuficiência); Construção Natural (materiais utilizados, frequência da utilização, eficiência energética)</i>
	Económica	<i>Resiliência Económica (entrada e utilização dos recursos); Ética financeira (lógica não cumulativa e redistributiva, práticas de consumo sustentável, consumo de bens e serviços externos à comunidade); Processamento de Trocas (utilização de moeda própria, frequência da utilização da moeda convencional, trocas não monetárias, poupanças coletivas – auto gestionadas, seguradas em instituições financeiras?)</i>
	Cultural e Artística	<i>Práticas Internas (atividades de expressão artística e atividades culturais; rituais e celebrações específicas); Práticas Externas: Promoção de espetáculos culturais e exposições para os visitantes e para a comunidade local, celebração das tradições locais)</i>
Compromisso Político	Projeto Político	<i>Papel da comunidade enquanto: grupo de pressão/intervenção social, facilitador da inclusão social, agente de promoção de debate</i>
	Transferência de Conhecimento	<i>Partilha interna e externa do conhecimento, conferências e workshops</i>
	Políticas Públicas	<i>Necessidade de políticas interventivas de apoio, relação com as instituições públicas</i>

Fonte: Elaboração Própria

A segunda categoria pretende aferir de que forma se manifesta a procura da sustentabilidade como modo de vida, e a segunda categoria contribui para perceber de que forma e no quê que esta procura se traduz. Esta análise centra-se nos dois estudos de caso conduzidos, nomeadamente na Quinta do Vale da Lama e no Vale da Sarvinda. Em ambos os casos, foram aplicadas 6 entrevistas semiestruturadas, perfazendo um total de 12 entrevistados em análise, com diferentes níveis de compromisso com o projeto. Foram aplicados 2 guiões de entrevista diferenciados: um guião aos residentes¹⁰ e outro guião aos fundadores¹¹ dos projetos. Ambos os guiões tinham em comum uma pergunta relativa à história de vida dos entrevistados, de modo, a conseguir traçar um perfil dos residentes nas comunidades em estudo. As entrevistas foram posteriormente transcritas e analisadas, sendo que as tabelas¹² com os resumos das respostas dos indivíduos funcionaram como uma ferramenta de descrição sistematizada e

¹⁰ Guião de Entrevista aplicado aos residentes pode ser consultado em Anexo B

¹¹ Guião de Entrevista aplicado aos fundadores pode ser consultado em Anexo C

¹² Tabelas de Análise das entrevistas podem ser consultadas em Anexo D

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

seletiva dos dados. Os inquiridos foram selecionados com base na disponibilidade e no interesse em participar, sendo que para tal, foi necessário o auxílio dos membros que desempenham papéis de liderança, aos quais coube a auscultação prévia destas condições, perante os membros residentes. Para além das entrevistas, procedeu-se a uma imersão no terreno, de aproximadamente uma semana, em ambos os projetos e todos os dados foram complementados com a observação participante.

Esta parte da análise qualitativa centrou-se em dimensões que pretendem trazer para a discussão temas como o perfil dos residentes das comunidades em estudo, as mudanças resultantes da residência na comunidade, a vida na comunidade e as questões da parentalidade e da educação. As dimensões, variáveis e indicadores em análise encontram-se sistematizados no seguinte quadro:

Quadro III.4 – Unidades de Análise da Categoria “Os Residentes”

Dimensão	Variável	Indicadores
Perfil dos Residentes	Características demográficas	<i>Idade, Nacionalidade, Estado Civil, Contexto de Origem, Profissão /Escolaridade dos pais</i>
	Nível Educacional	<i>Educação formal, outros tipos de formação/educação</i>
	Áreas de Interesse	<i>Áreas de Interesse do entrevistado</i>
	Percursos Profissionais	<i>Nº de trabalhos exercidos antes da residência na comunidade, vínculo contratual, situação de trabalho aquando da entrada na comunidade</i>
	Momentos Determinantes	<i>Momentos que o entrevistado considere determinantes para a entrada na comunidade</i>
	Grau de compromisso com o projeto	<i>Baixo, médio ou elevado, vínculo contratual, atividade desenvolvida</i>
Perceções Individuais	A Mudança	<i>Fases do processo, expectativas, modo de vida pré-existente, do que sente mais falta, situação temporária ou definitiva</i>
	A vida na comunidade	<i>Adaptação, dificuldades sentidas / como foram ultrapassadas, dificuldades atuais, práticas partilhadas</i>
	Contributo da comunidade	<i>Contributo da comunidade para o desenvolvimento do entrevistado</i>
	Grau de satisfação	<i>Com a vida na comunidade, com as relações interpessoais, com o nível de segurança</i>
	Agregado	<i>Vive em agregado na comunidade, relação construída dentro ou fora da comunidade</i>
	Filhos	<i>Tem ou não tem, pretende ter</i>

Parentalidade / Educação	Educação	<i>Convencional (pública e/ou privada), outro tipo de pedagogias alternativas</i>
-------------------------------------	----------	---

Fonte: Elaboração Própria

Os dados são analisados no capítulo seguinte. Primeiro procede-se à análise dos resultados obtidos aquando da implementação do questionário, onde se desenham algumas linhas gerais sobre as características gerais e sobre o nível de integração de práticas de sustentabilidade. Posteriormente, são analisados os dados resultantes da abordagem qualitativa que contribuem para a construção de um conhecimento acerca do perfil dos residentes, da emergência das comunidades, do papel destes projetos enquanto grupos de pressão política e onde se aprofundam as práticas de sustentabilidade, nas suas demais dimensões.

IV Apresentação e Discussão dos Resultados

IV.I Contornos e Tendências das Comunidades Sustentáveis em Portugal

A primeira comunidade sustentável em Portugal, de entre as analisadas neste estudo, surgiu em 1985. A dinâmica de emergência deste tipo de projetos manteve-se constante e reduzida durante o período da formalização da primeira comunidade intencional a surgir até 2007. Em 2008 regista-se um ligeiro aumento no número de comunidades sustentáveis, que se começam a desenvolver, e 2010 destaca-se como o ano em que mais projetos reportaram o início dos seus trabalhos preparatórios. Em 2010 iniciaram a sua fase preparatória, cerca de 6 dos projetos estudados, sendo que em 2011 esse número decaiu para 4, voltando em 2012 a seguir a mesma tendência de estabilização que se verificava nos anos anteriores a 2010.

A fase que compreende o início dos trabalhos preparatórios até à data da fundação varia entre 1 a 3 anos. Nem todos os casos que reportaram um ano para o início de trabalhos preparatórios prosseguem para a formalização do projeto, pois existem projetos que pretendem objetivamente funcionar como grupos informais. Dos 27 casos estudados, 13 funcionam como grupos informais ou outras formas de organização, e portanto, não se enquadram na análise relativa ao ano da formalização. Assim sendo, acerca dos dados relativos ao ano da formalização, é possível identificar dois momentos, cuja análise merece alguma reflexão. O primeiro regista-se em 2008, ano em que 2 dos projetos formalizados identificaram como o ano da sua fundação e que resultam da iniciação de trabalhos preparatórios também de 2008. Em

2011 verifica-se que foram fundadas 3 das comunidades em estudo, e em 2012 cerca 4, fruto do número de projetos que iniciaram os seus trabalhos preparatórios em 2010. É importante referir que nestes dados apenas estão evidenciados os projetos juridicamente identificados como: associações privadas sem fins lucrativos, cooperativas e empresas.

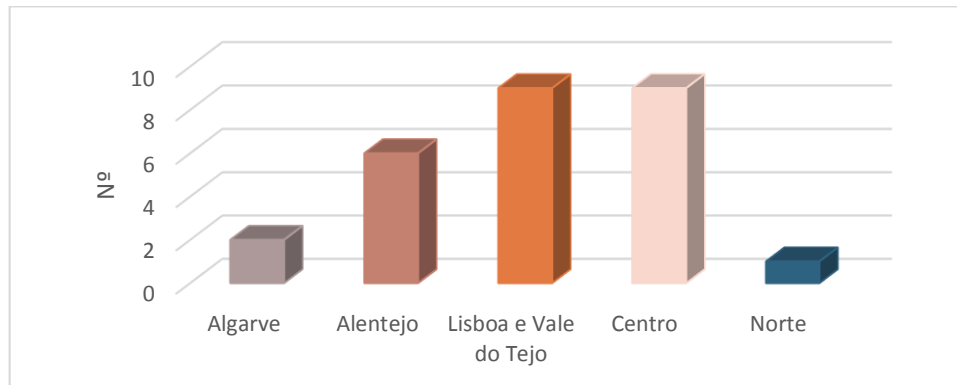
Uma comunidade sustentável pressupõe a existência de um espaço físico onde os membros possam residir e onde seja possível desenvolver as atividades que contribuem para a resiliência da comunidade. Uma das principais preocupações transversal a estes projetos é a garantir a capacidade de subsistência alimentar, através de práticas sustentáveis de agricultura biológica e permacultura, o que implica a existência de um contexto espacial e geográfico que possa providenciar condições ao desenvolvimento destas atividades. A escolha do local para a criação de uma comunidade sustentável é então feita com base em algumas premissas incontornáveis, como a disponibilidade de terreno para a produção de alimentos, nomeadamente a existência de bacias de água nas proximidades, e para a construção de habitações, e também com recurso a outras questões que podem facilitar ou condicionar a escolha de um local, como os objetivos particulares de uma determinada comunidade, a residência de origem dos fundadores, a origem dos terrenos (particulares dos fundadores ou de familiares ou a necessidade de arrendar ou comprar), o preço dos terrenos, as características das acessibilidades (dependendo dos objetivos da comunidade), entre outros. São várias as razões que podem condicionar ou facilitar a escolha de um determinado local, porque de facto, cada comunidade obedece a regras internas específicas e a objetivos individuais e coletivos únicos, o que impossibilita a determinação de razões estanques tanto para a escolha do local, como para a maioria das variáveis em análise¹³.

As comunidades sustentáveis em Portugal encontram-se essencialmente nas regiões da zona central do país. As regiões mais representativas são: Lisboa e Vale do Tejo e o Centro, onde se situam 18 dos projetos estudados (9 em cada uma das regiões referidas). Seis das 17 comunidades respondentes ao questionário, apontam o Alentejo como a região onde se encontram situados. O Algarve e o Norte são as zonas menos escolhidas para a criação e

¹³ Os dados quantitativos pretendem apenas expor as características gerais, e portanto não oferecem respostas sobre as razões da escolha dos locais. Contudo, na análise dos dados qualitativos é possível perceber as razões que conduziram à escolha das localizações dos casos estudados mais detalhadamente

desenvolvimento das comunidades sustentáveis respondentes do questionário, sendo que no Algarve foram identificados 2 casos e no Norte, apenas 1.

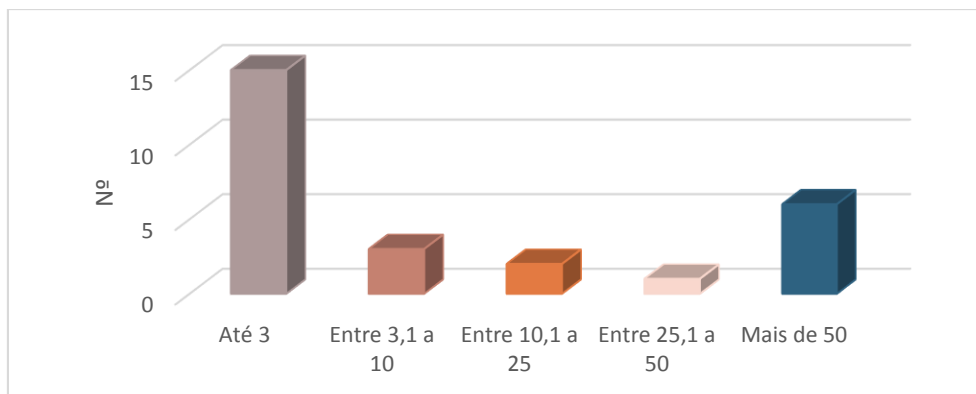
Figura IV.1 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo as NUTS II



Fonte: Elaboração Própria

À dispersão geográfica associa-se uma outra variável que também contribui para perceber o contexto espacial onde se desenvolvem estes projetos. A área, medida em hectares, que os projetos em análise têm disponível para o desenvolvimento das suas atividades pode estar diretamente relacionado com as condições que enquadraram a escolha do local. Os dados obtidos revelam que as comunidades sustentáveis inquiridas são essencialmente de pequena dimensão e desenvolvem as suas atividades em territórios pouco extensos. Por outro lado, também é possível verificar que, embora a maioria seja de uma dimensão menor, existem projetos que têm uma possibilidade grande de expansão ao nível das atividades, nomeadamente ao nível agrícola que podem desenvolver, dado que os seus terrenos têm a estrutura espacial que lhes permite o desenvolvimento de um maior número de atividades, em extensão. Na figura IV.2 verifica-se que a grande parte dos projetos em estudo, 15 dos inquiridos, desenvolve as suas atividades em áreas pouco extensas, compreendidas entre os 0 e 3 hectares, e 3 têm a possibilidade de explorar áreas até 10 hectares. De entre os 27 casos em análise, 6, desenvolvem os projetos em áreas extensas, com mais de 50 hectares.

Figura IV.2 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo a área ocupada (em hectares)



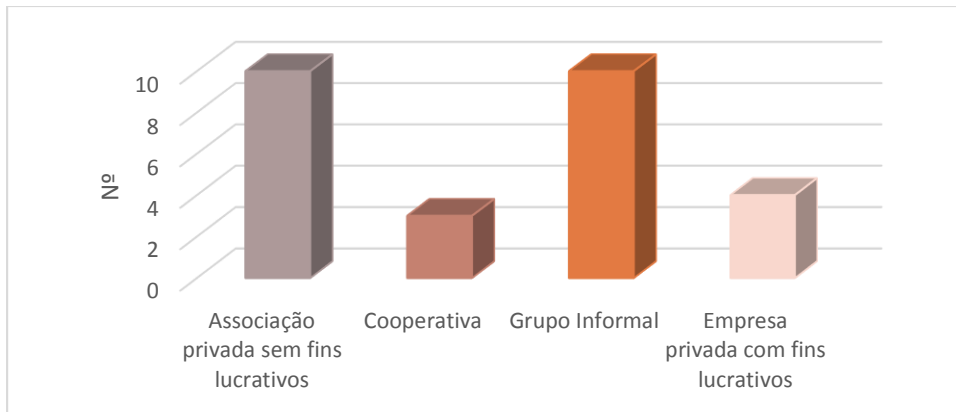
Fonte: Elaboração Própria

A análise das comunidades sustentáveis em Portugal revelou que existe uma forte tendência para a não formalização dos projetos. A génese desta diferenciação encontra-se nos objetivos particulares de cada comunidade. Existem comunidades que pretendem trazer para a discussão social, ambiental e económica, a possibilidade de criar modos de vida mais sustentáveis que objetivem um paradigma de desenvolvimento não dominante. Estes projetos pautam o seu percurso pela estratégia de intervenção local com o objetivo de causar impacto de uma forma mais abrangente e global, e pretendem funcionar como grupos de pressão política e social, através da disseminação e promoção das suas práticas e dos seus objetivos, com o intuito de contribuir para a tomada de consciência da necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento económico, social, político, cultural e ambiental.

No que diz respeito ao estatuto jurídico, 10 dos projetos estudados, são entidades formalizadas como associações privadas sem fins lucrativos; 3 são cooperativas ou grupos formais com outro tipo de estatuto jurídico; e 4 revelaram ser empresas privadas com fins lucrativos, o que pode sugerir um aspeto interessante de debate, no que diz respeito aos valores normalmente associados a estes projetos, mas que para o caso da formalização legal / ou a não formalização, dos projetos em estudo, é um indicador que acresce o número de projetos que se assumem como grupos formais. No entanto, 10 das comunidades sustentáveis respondentes, assumem-se como grupos informais. Existem pequenas comunidades, que também podem ser designadas de grupos informais, que se mantêm isoladas do contacto com o exterior, que não promovem nem disseminam a sua localização ou as suas atividades, e às quais não foi possível administrar o questionário, mesmo tendo conhecimento da existência das mesmas. Em geral, são grupos de pequenas dimensões, maioritariamente formados por familiares e/ou amigos, que

se reúnem em torno de um mesmo objetivo, e procuram tornar o seu modo de vida mais sustentável.

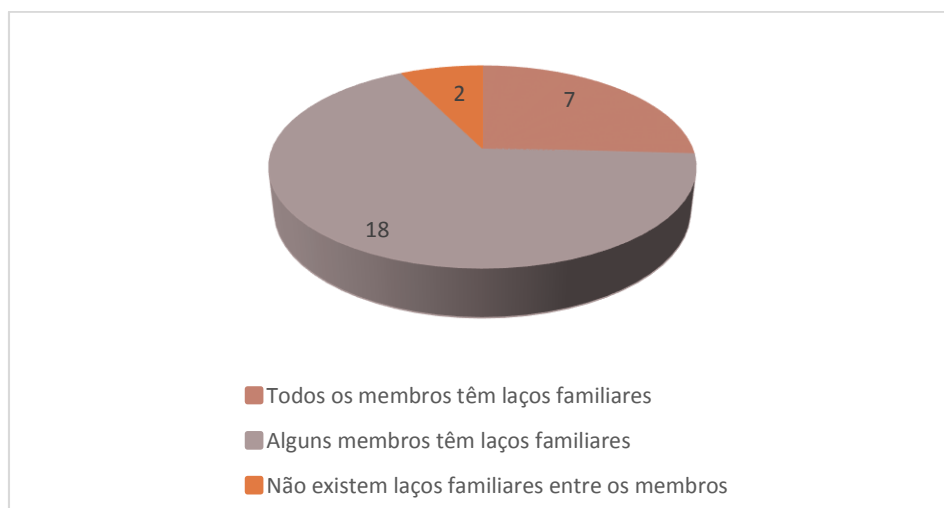
Figura IV.3 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o estatuto jurídico



Fonte: Elaboração Própria

A figura IV.4 mostra as relações familiares que existem entre os membros das comunidades participantes deste estudo. De facto, é possível perceber que estes projetos se encontram, muitas vezes, associados à partilha de objetivos entre familiares, que se transformam em coletivos e se agregam, ou não, a outros indivíduos para construir um estilo de vida comunitário e sustentável. Os dados mostram que em 18 dos projetos estudados as motivações vão além da dimensão altruísta, sendo estes os casos em que alguns membros têm laços familiares; aproximadamente, 7 das comunidades respondentes são compostas apenas por familiares; e em apenas 2 dos casos não existem laços familiares entre os membros.

Figura IV.4 – Laços Familiares dos Residentes

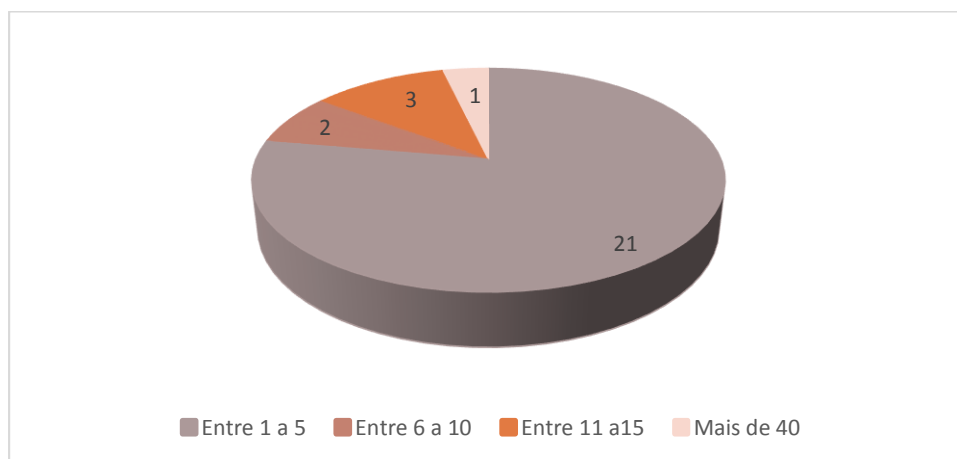


Fonte: Elaboração Própria

É importante referir que os projetos cuja estrutura é composta unicamente por familiares foram excluídos da etapa metodológica qualitativa. De facto, pese embora a existência de laços familiares, estes casos não podem deixar de ser estudados, uma vez que também refletem a procura da sustentabilidade como modo de vida. No entanto, enquadram-se principalmente na área de análise da economia familiar, ou economia do dom, e não na economia social e solidária, como é o caso dos restantes casos em estudo. Os projetos que indicaram ser compostos apenas por familiares são na sua maioria grupos informais (cerca de 75%).

Relativamente à sua estrutura, ou seja ao número de habitantes, as comunidades sustentáveis portuguesas são maioritariamente, projetos de pequena dimensão. Esta variável subdivide-se em 2 grupos: Os habitantes/membros a tempo inteiro, sendo aqueles que podem ser considerados membros efetivos, e os habitantes/membros a tempo parcial, ou seja, que apenas passam alguns períodos de tempo nas comunidades sustentáveis, como por exemplo, aos fins-de-semana ou durante períodos de voluntariado. Como é possível verificar a grande maioria dos projetos em estudo são de pequena dimensão, desenvolvendo as suas atividades com entre 1 a 5 membros. A segunda tendência que se revela são projetos com dimensão média (entre 11 a 15 membros), e foi nestes projetos que se concentrou a fase qualitativa da abordagem metodológica deste estudo. Apenas um dos casos analisados se pode considerar uma comunidade de grande dimensão, e conta com mais de 40 membros.

Figura IV.5 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o nº de membros a residir a tempo inteiro

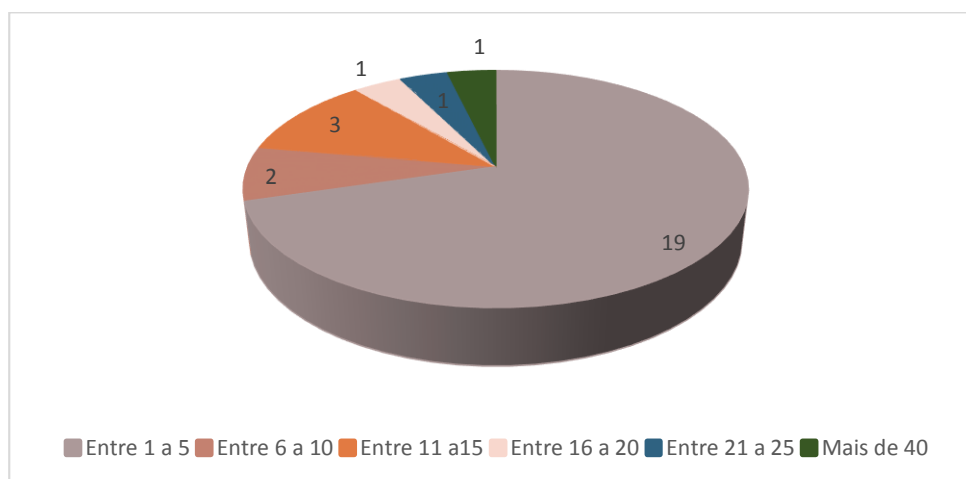


Fonte: Elaboração Própria

A observação durante a imersão no terreno revelou que os membros a viver em tempo parcial podem inserir-se em várias categorias. Se por um lado, estes dados refletem os indivíduos que visitam os projetos em determinadas temporadas, normalmente durante períodos

de tempo que se compreendem entre 1 semana e 2 meses, em regime de voluntariado, por outro lado, também se incluem nesta variável, os membros que têm um compromisso mais profundo com o projeto mas que, por diversas razões, ainda não assumiram a comunidade como a sua residência. Estes membros podem trabalhar no projeto e visitá-lo regularmente (entre 2 a 3 vezes por semana e durante o fim-de-semana), mas ainda não procederam a uma rutura com o modo de vida das sociedades onde se encontram inseridos. Estes membros podem ser designados como membros em fase de transição, em detrimento da designação de membros a tempo parcial, que melhor se aplica a indivíduos que não têm nível de compromisso com o projeto e que apenas o encaram como uma experiência temporária, de curta duração. Cerca de 19 das comunidades sustentáveis inquiridas recebem entre 1 a 5 membros em certas temporadas. O contorno da estrutura das comunidades portuguesas não varie significativamente entre os membros efetivos e os membros que visitam os projetos durante uma determinada temporada.

Figura IV.6 – Comunidades sustentáveis inquiridas segundo o nº de membros a residir a tempo parcial



Fonte: Elaboração Própria

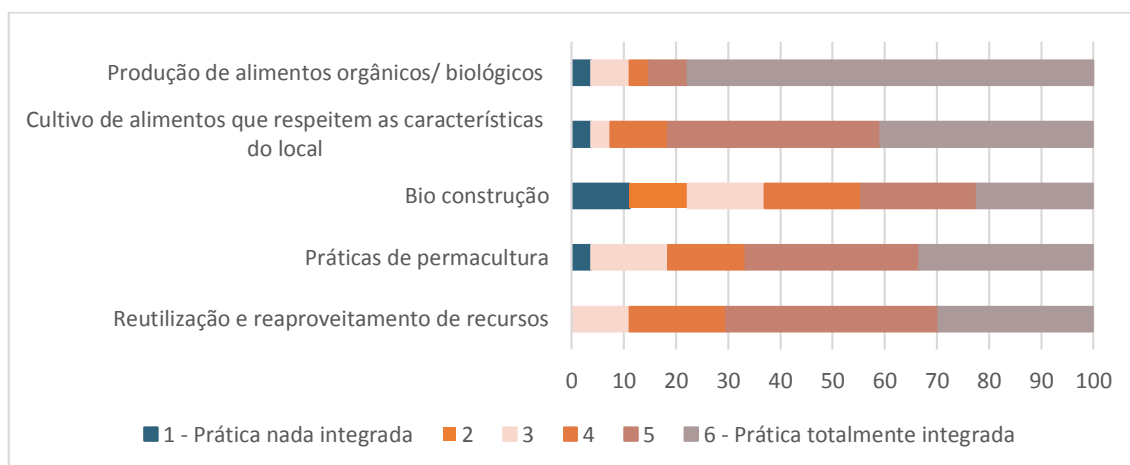
Os dados resultantes da segunda parte do questionário aplicado pretendem dar a conhecer a forma como as comunidades sustentáveis portuguesas percecionam e aplicam práticas de sustentabilidade e revelaram que existe uma maior facilidade de integração de práticas de sustentabilidade ambiental e social, nas atividades desenvolvidas nos projetos.

A sustentabilidade é normalmente associada à utilização eficaz e eficiente dos recursos naturais, e encontra-se maioritariamente, relacionada com a ecologia e com a dimensão ambiental. De facto, as comunidades portuguesas assumem um compromisso com as práticas de sustentabilidade ambiental e, a par com a sustentabilidade social, é a dimensão onde existem

maiores níveis de integração nas práticas comuns dos projetos estudados. Como já foi referido anteriormente, uma das principais preocupações, transversais à maioria dos projetos, é a produção própria de alimentos. Esta tendência manifesta-se através de uma preocupação crescente pela qualidade dos alimentos que consomem, e representa o primeiro passo para a procura da autossuficiência e da resiliência comunitária. Sempre que possível, os excedentes da produção acabam por funcionar também como uma valência que lhes permite a entrada de recursos financeiros, através da comercialização (de acordo com os princípios do comércio justo), e da possibilitação de trocas por outros bens ou serviços.

Como é possível verificar na figura IV.7, a produção de alimentos orgânicos/biológicos, é uma prática que se encontra totalmente integrada em quase 80% das comunidades respondentes. Esta produção é associada ao cultivo de alimentos que respeitem as características do local onde são produzidos, de modo a minimizar o impacto no solo e a respeitar e perpetuar os ciclos naturais. A reutilização e reaproveitamento de resíduos também é uma prática que se encontra bastante integrada no quotidiano das comunidades, onde para além da reciclagem, se verificam outras atividades, como a reutilização do lixo orgânico em composto fertilizante, que é utilizado posteriormente, nos solos. Esta tendência de começar e concluir ciclos (alimentação – composto – fertilizante – alimentação) é uma das características dos princípios da permacultura e uma tendência fortemente integrada na sustentabilidade das comunidades. Os dados revelam também que, de entre as práticas assinaladas para medir o nível de integração da sustentabilidade ambiental, o recurso à utilização de materiais naturais e com pouco impacto ambiental na construção de habitações, é a prática menos integrada nos projetos em estudo.

Figura IV.7 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Ambiental

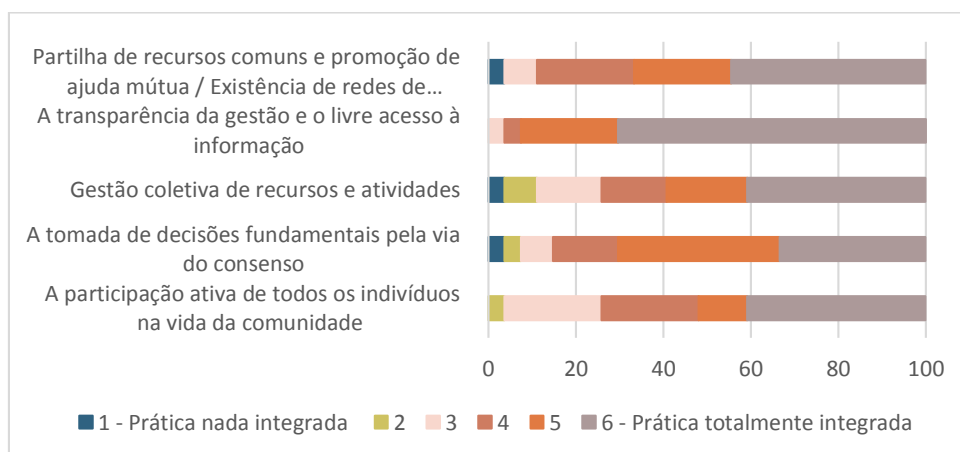


Fonte: Elaboração Própria

A sustentabilidade social, tal como a dimensão ambiental, encontra-se fortemente integrada nas tendências das comunidades sustentáveis em Portugal. Um dos pilares fundamentais para a edificação de uma comunidade saudável são os seus membros e a construção constante da noção de comunidade. Uma visão sistémica que preconize uma consonância entre o individual e o coletivo (Ware, 1986), e procure alcançar uma totalidade orgânica baseada em objetivos comuns (Joubert e Alfred, 2007), são pedras basilares para que possa alcançar uma identidade comunitária homogénea e uma consciência coletiva. Para tal, é necessário um compromisso coletivo e comunitário com algumas práticas que não só refletem a estrutura da comunidade, mas que também servem como um mecanismo contínuo para a construção da mesma.

O nível de integração de práticas de dimensão social nos projetos em estudo, e verifica-se que existe um compromisso que destaca esta dimensão como uma das mais importantes para as comunidades portuguesas. A transparência da gestão e o livre acesso à informação, bem como, a partilha de recursos comuns e a promoção da ajuda mútua / existência de redes de solidariedade, e a participação ativa de todos os indivíduos na vida da comunidade são práticas que se encontram totalmente integradas para a maioria dos casos estudados, e que contribuem para a sedimentação e coesão da comunidade. A tomada de decisões pela via do consenso e a gestão coletiva de recursos e atividades apesar de se encontrarem integradas, revelam um nível de integração ligeiramente inferior às restantes, uma vez que, em alguns casos, existe um núcleo de gestão comunitário, eleito pelos membros da comunidade, que funciona como um facilitador da decisão, e que tem o papel de garantir que as decisões tomadas refletem as necessidades da comunidade e a opinião dos membros.

Figura IV.8 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Social



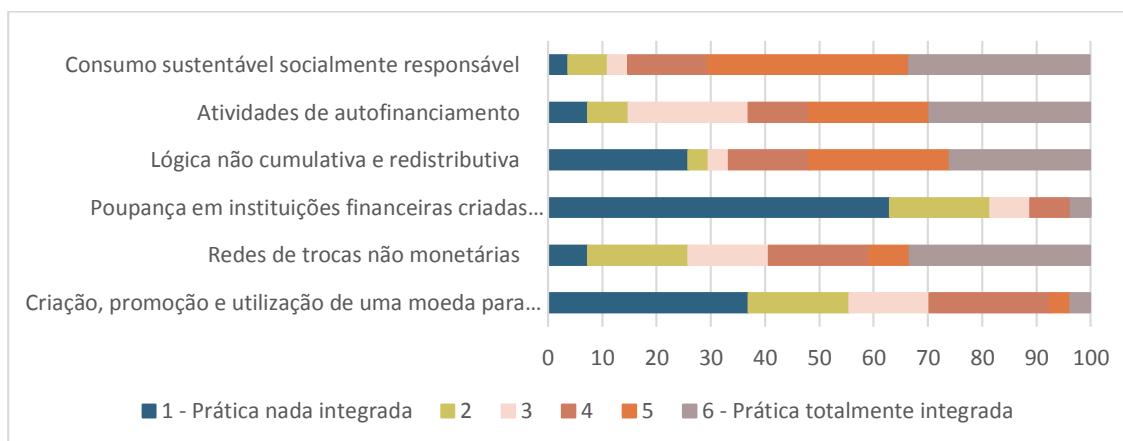
Fonte: Elaboração Própria

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

As práticas de sustentabilidade económica não revelam as mesmas tendências que as dimensões analisadas anteriormente. De facto, verifica-se que existem modelos não lineares de integração da dimensão económica. É possível perceber que as práticas gerais que têm que ver com os princípios da economia social e solidária são mais facilmente integrados do que práticas mais específicas, que preconizam uma rutura com a economia de mercado. A sustentabilidade económica foi a dimensão onde os respondentes colocaram um maior número de observações / opiniões, que revelaram que embora exista uma perceção coletiva da importância desta dimensão para a autossuficiência e para a resiliência da comunidade, bem como a manifestação da vontade de integrar algumas destas práticas, admitem uma maior dificuldade na dimensão económica, muitas vezes associado à dimensão da comunidade, ao facto de serem projetos recentes e à dependência do exterior e do mercado.

A figura IV.9 revela a fragmentação da integração de práticas de sustentabilidade económica, no quotidiano das comunidades sustentáveis respondentes. De entre as práticas mais integradas destacam-se o consumo sustentável e socialmente responsável, seguindo-se o princípio da lógica não cumulativa e redistributiva, e pela existência de atividades de autofinanciamento. A integração de redes de trocas não monetárias divide os projetos em causa, e enquanto aproximadamente cerca de metade dos casos indica níveis de integração entre o 4 e o 6, da escala, os restantes assume-se entre os 3 níveis inferiores da escala. A criação, promoção e utilização de uma moeda para as trocas necessárias e a poupança em instituições financeiras criadas dentro da comunidade são as práticas económicas menos integradas nas comunidades estudadas.

Figura IV.9 – Nível de Integração de Práticas de Sustentabilidade Económica

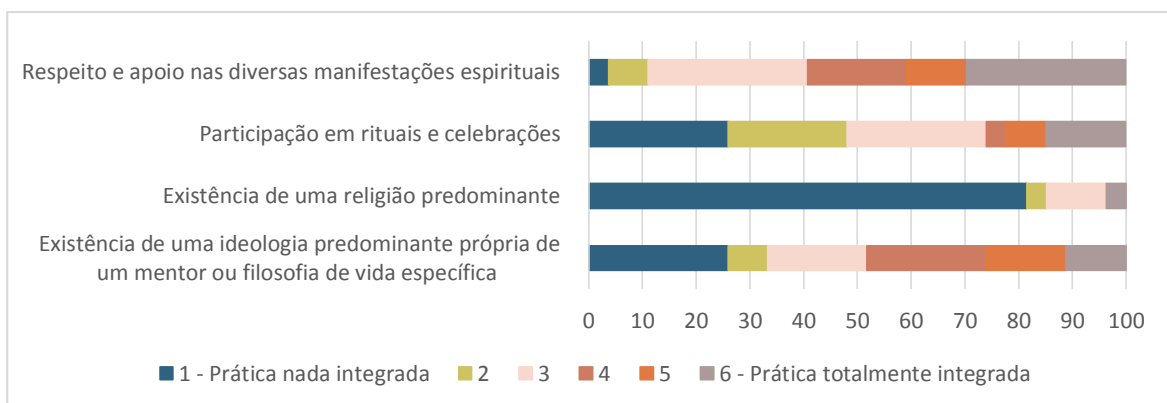


Fonte: Elaboração Própria

Nesta análise, para além das 3 dimensões mais comuns na análise da sustentabilidade, incluíram-se outras duas dimensões: a dimensão espiritual e a dimensão de expressão cultural e artística. A dimensão espiritual, quando integrada, é um dos mecanismos que pode servir como um impulsionador da construção da identidade coletiva e da partilha de valores e ideais de uma dada comunidade. Todas as questões relativas ao nível de integração das práticas de sustentabilidade nas suas diversas dimensões eram questões de preenchimento opcional. Enquanto que as restantes dimensões em análise alcançaram scores relativamente altos, em que todos os inquiridos responderam às questões propostas, à dimensão espiritual uma parte das comunidades em estudo optou por não responder. Este dado revela que a dimensão espiritual e as práticas a ela associadas tendem a ser evitadas, quer na sua aplicação quer na admissão da sua existência, dado que pode entrar em confronto com a livre expressão dos indivíduos e o respeito pela diferença que estes projetos preconizam. Este dado pode revelar algum desconforto que poderá ser interessante explorar no futuro.

Embora a literatura defina os rituais como sendo comportamentos codificados culturalmente, que são fundamentais para a construção de identidade comunitário e para o aumento do sentimento de pertença individual (Joubert e Alfred, 2007), a maioria dos projetos analisados admite a não existência de uma religião predominante, e revela que a participação em rituais e celebrações é uma prática que se encontra pouco integrada na comunidade (com níveis de integração entre o 1 e o 3). Em relação à existência de uma ideologia predominante própria de um mentor ou filosofia de vida específica cerca de metade revela níveis de integração baixos (entre o 1 e o 3) e os restantes admitem níveis de integração entre os 4 e os 6. De entre as práticas assinaladas, a mais integrada nas comunidades portuguesas é o respeito e o apoio nas diversas manifestações espirituais.

Figura IV.10 – Nível de Integração de Práticas de Cariz Espiritual

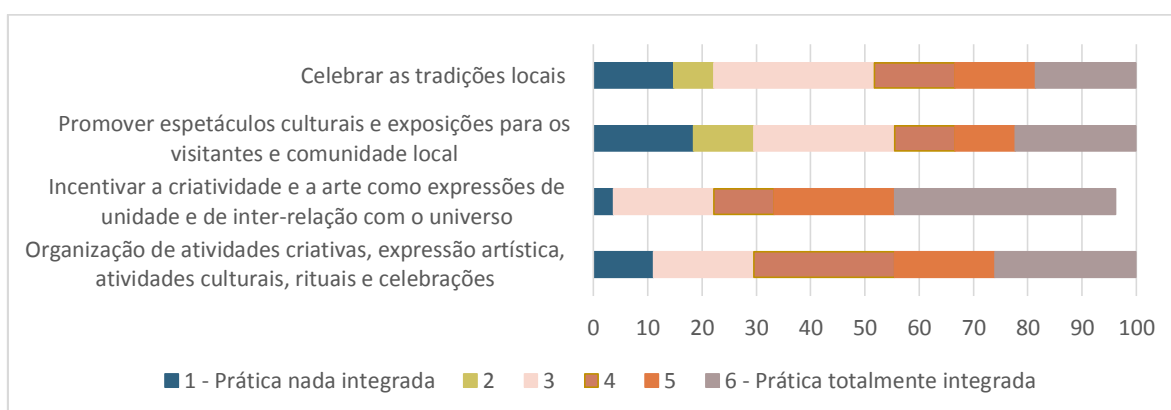


Fonte: Elaboração Própria

A dimensão de expressão cultural e artística pretende perceber de que forma os projetos em estudo vivem e percecionam a importância da cultura e da arte para a sustentabilidade comunitária. Nesta variável os dados recolhidos debruçam-se não só sobre a promoção cultural interna mas também sobre a relação que as comunidades sustentáveis estabelecem com as comunidades locais onde se inserem. No geral, percebe-se que existe uma maior preocupação em promover a expressão cultural e artística internamente, entre os membros da comunidade, do que na partilha destas atividades com a comunidade externa.

Ao nível da cultura e da arte existem duas práticas que se destacam como práticas que se encontram bastante inseridas no quotidiano dos projetos respondentes. Incentivar a criatividade e a arte como expressões de unidade e inter-relação com o universo, como por exemplo, a composição de espetáculos para celebrar os solstícios, encontra-se totalmente ou quase totalmente integrada para cerca de metade das comunidades sustentáveis portuguesas. A organização de atividades criativas, expressão artística, rituais e celebrações é outras das práticas que se encontra mais integrada. Em contrapartida, a celebração das tradições locais divide os projetos, sendo que cerca de metade admite níveis de integração positivos e os restantes níveis de integração negativos e a promoção de espetáculos culturais e exposições para os visitantes e para a comunidade local regista níveis de integração maioritariamente, baixos.

Figura IV.11 – Nível de Integração de Práticas de Cariz Cultural e Artístico



Fonte: Elaboração Própria

Em suma, é possível perceber que as formas de organização social de base comunitária que preconizam modos sustentáveis de vida podem merecer um lugar de destaque na discussão relativa aos paradigmas de desenvolvimento, devido à sua capacidade de criar condições que promovam uma maior autonomia individual e conseqüentemente coletiva. Segundo José Manuel Henriques: «A produção agrícola para autoconsumo, a autoconstrução, o trabalho

voluntário em associações locais, a organização coletiva para a guarda de crianças, etc., são exemplos da concretização possível dessa perspetiva com exemplos comuns» (Henriques, 2010: 17).

IV.II A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

Os dados relativos à história da emergência das comunidades analisadas qualitativamente, como estudos de caso e à sua estrutura organizacional são meramente descritivos e servem para contextualizar as dimensões a analisar seguidamente. As comunidades em estudo tiveram contextos de emergência diferentes, associados a motivações e objetivos distintos, o que acabou por moldar a sua estrutura organizacional.

O Vale da Lama começou há 21 anos, com a vontade dos fundadores de criar um campo de férias sustentável em Portugal. Aos campos de férias começaram a associar-se a ministração de cursos de permacultura no terreno e a conseqüente receção de alunos e voluntários, que resultou na necessidade de contratação de uma equipa permanente e da construção de alojamento para os mesmos, o que acabaria por formar a comunidade. Os valores encontram-se fundamentados nos princípios e nas éticas da permacultura: ecológica, social e económica, que ainda se mantêm como estruturas ideológicas. Como alteração principal regista-se a aposta num maior foco no turismo sustentável, de modo a minimizar a necessidade de investimento dos fundadores para o desenvolvimento e crescimento do projeto.

A ideia do Vale da Sarvinda, surge em 2005 com o intuito de criar algo ligado ao turismo, mas acabou por evoluir para a criação de um projeto agrícola e de turismo por uma questão, segundo o fundador, de viabilidade e sustentabilidade. O processo decorreu em 3 fases principais: a compra do terreno, a divisão do terreno em 20 partes e a criação de um projeto PRODER para cada parte, cada um à responsabilidade de um jovem agricultor. O Vale da Sarvinda tem o estatuto jurídico Agrupamento Complementar de Empresas, que detém uma percentagem de todos os projetos, funcionando como uma cooperativa. O valor principal é fixar pessoas na terra com um paradigma diferente, criar sistemas sustentáveis e resilientes e a filosofia mantém-se intacta, embora do ponto de vista prático tenha sido necessário fazer pequenos ajustes burocráticos.

Ao nível da estrutura organizacional e os modelos de governação são pilares fundamentais para que os membros se identifiquem com o processo. O sistema de liderança hierarquizado é um modelo que se encontra enraizado nos modos individuais de perceber a

liderança e a tomada de decisão (Joubert e Alfred, 2007). Em organizações que preconizam um modo de vida comunitário, baseado na democracia representativa e na igualdade, é necessário que se preveja a aplicação de outros padrões de governança, em que todos os membros se sintam representados e onde exista espaço para a diversidade (Joubert e Alfred, 2007).

No Vale da Lama o processo de tomada decisão é feito em comum pelos fundadores e pelos membros com maior grau de compromisso com o projeto, embora existam decisões que ficam a cargo dos fundadores, como por exemplo a política financeira da empresa. Para as restantes decisões, o projeto aposta num modelo de governação denominado sociocracia e que funciona com sistemas de círculos de trabalho em que existe uma ligação dupla entre os círculos, ou seja, existe um responsável que funciona como uma voz de liderança de um círculo para outro e há uma voz de representação do círculo maior para o círculo menor. Os diferentes círculos (educação, turismo, agricultura e comunidade) tomam decisões em espetros diferentes, do mais abstrato ao mais concreto, e todos têm o mesmo poder de decisão. A resolução de conflitos segue a mesma lógica, embora exista um incentivo à resolução espontânea de conflitos entre os membros envolvidos.

O Vale da Sarvinda segue um modelo baseado na meritocracia. A tomada de decisões é feita coletivamente, numa espécie de roda coletiva, em que cada elemento possui 1 voto e todos têm direito a votar. No entanto, as decisões mais estruturais não são tomadas na roda, mas entre os fundadores e os membros com maior grau de compromisso com o projeto. Atualmente, os conflitos são resolvidos de uma forma patriarcal, como nas sociedades primitivas e arcaicas, em que existe uma sensibilidade dos membros mais antigos, em avaliar se os novos membros se conseguem adaptar às visões, aos valores e à cultura do trabalho que a comunidade defende e em detetar e facilitar situações de conflito.

Estes contextos de emergência e de organização resultam na aplicação de diferentes valores e normas, que enquadram as práticas da comunidade. Ao nível da sustentabilidade e das dimensões em análise, é possível perceber que ambos os projetos se encontram em fases diferentes, o que se manifesta em preocupações diferentes, no que diz respeito às dimensões de sustentabilidade que priorizam. As duas comunidades em análise refletem práticas de sustentabilidade ambiental e social, próximas e bastante integradas no quotidiano dos membros, o que acaba por corroborar os dados recolhidos no questionário, que destacam estas dimensões como as mais integradas. Relativamente, à dimensão económica é possível perceber que o Vale da Sarvinda regista uma maior preocupação e integração das práticas subjacentes a esta

dimensão. Por outro lado, ao nível das práticas de sustentabilidade cultural e artística, o Vale da Lama regista níveis de integração superiores.

A dimensão social, como já foi referido, é um dos pilares das comunidades. A partilha de espaços é comum a ambos os projetos, bem como os momentos de lazer. A principal diferença reside na divisão do trabalho e na partilha de recursos financeiros. Enquanto que, no Vale da Lama o trabalho é organizado por círculos de trabalho, em que cada área tem um grupo afeto (rotativo) e os recursos financeiros resultam de uma contribuição mensal de todos os residentes, em que a gestão fica a cargo de um dos membros com maior responsabilidade. No Vale da Sarvinda, existem alguns membros são responsáveis por uma área de trabalho e os restantes são polivalentes e os recursos financeiros comuns são os fundos do PRODER, que são geridos coletivamente.

A dimensão cultural e artística pode associar-se à dimensão social, no que diz respeito às práticas internas. Em ambas as comunidades existe a celebração de determinados rituais: no Vale da Lama, destacam-se os solstícios e os ciclos de mulheres e na Sarvinda, comemoram-se as festas solares dos equinócios e a celebração da cultura pagã e celta, relacionada com ritmos naturais. Externamente, verifica-se que o Vale da Lama tem, atualmente, uma relação mais dinâmica com a comunidade exterior e promovem espetáculos culturais e exposições para os visitantes e para a comunidade local, como aulas abertas de yoga e meditação e também folclores regionais. O Vale da Sarvinda participa numa festa local cristã, têm um evento mensal em que convidam a população autóctone e jantam todas as semanas na associação recreativa local.

A sustentabilidade ambiental é garantida, em ambos os projetos, com base em três pilares fundamentais: a gestão de resíduos, as práticas agrícolas, e a construção natural. Ao nível da gestão de resíduos registam-se atividades como: reutilização de embalagens, vidros e papel; reciclagem do material que não é possível reutilizar de onde se faz posteriormente papel; compostagem feita com os resíduos orgânicos; águas cinzentas; fossas sépticas locais; tratamento de águas residuais com plantas, casas de banho secas. Estes resíduos são posteriormente reaproveitados e transformados em champôs, detergentes, sabonetes, desodorizantes, pastas de dentes, composto fertilizante, papel, material de decoração, camas de permacultura, bugigangas para venda e venda de excedentes de sabonetes, champôs e detergentes.

Em ambos os projetos se verifica uma preocupação elevada com a diversidade de espécies plantadas de modo a garantir um aumento da biodiversidade e a criação de novos sistemas; maximização da importância da sazonalidade e do local (plantam espécies sazonais e sempre que possível autóctones) e consumo das mesmas; práticas de permacultura e agricultura biológica, nomeadamente ao nível da fertilização (compostagem) e do combate a pragas; existência de bancos de sementes e produção de processados (como compotas e chás). O Vale da Lama, ao nível da produção agrícola de frescos, consegue garantir uma autossuficiência quase total, com exceção nas frutícolas.

As comunidades sustentáveis podem representar um laboratório para a criação de alternativas de baixo impacto ambiental, nomeadamente, ao nível da construção. Segundo Dawson (2006), é necessário que exista um compromisso público de integração de princípios energeticamente renováveis, associados à construção de habitações. Características de origem natural como a temperatura, o vento e humidade, devem requerer especial atenção (Christian, 2002). Para além destas, a construção natural deve ter em conta a exposição solar, o meio envolvente, as acessibilidades, os materiais locais e outros elementos específicos da região onde se insere o projeto (Christian, 2002).

A construção natural é um dos corolários do Vale da Sarvinda, em que todas as habitações incluindo espaços comuns e quartos privados foram reabilitados com recurso a materiais naturais, bem como a construção de novos edifícios, nomeadamente toda a área do parque de campismo, que é edificada com recurso a palha, sacas de batatas, argila, madeira, areia e cal. No Vale da Lama existe alguma construção feita com recurso a materiais de baixo impacto ambiental e eficiência energética, embora exista, no entanto, construção feita com cimento e outros materiais não naturais.

Ao nível da eficiência energética, na Sarvinda, não existe luz elétrica proveniente de corrente, e existe um campo extenso de painéis solares que entrará brevemente em funcionamento. No momento, existe um gerador que apenas é ligado uma vez por dia, quando necessário, para carregar os materiais informáticos, e é utilizado gás para a confeção dos alimentos. A iluminação noturna é feita com base em lanternas ou velas, e os duches de Verão são feitos com água à temperatura ambiente e de Inverno são aquecidos através de uma caldeira a lenha. No Vale da Lama, há o recurso a energia solar, mas ainda existe a necessidade de utilização de luz da corrente elétrica e de gás para aquecer a água dos banhos e cozinhar.

Economicamente, os projetos garantem a sua resiliência de formas distintas. No Vale da Lama, o principal injetor financeiro é o investimento privado dos fundadores. Desenvolvem outras atividades que permitam a entrada de recursos financeiros, como o turismo, os cursos, os dias abertos – visitas guiadas à comunidade, a noite de pizzas, os campos de férias, o aluguer de bicicletas e a venda de bijuterias feitas pelos membros. Apesar disso, o projeto ainda não é economicamente sustentável, e todos os recursos financeiros voltam a ser reinvestidos no projeto. Em relação ao Vale da Sarvinda, embora o objetivo económico seja o de construir uma cadeia de distribuição própria, biológica e de comércio justo para fazer chegar às grandes cidades produtos a preços competitivos, os fundos do PRODER são, neste momento, a única valência que garante resiliência económica ao projeto. Para além disso, no futuro o projeto comercializará cosméticos naturais, dinamizará o parque de campismo e apostará nos serviços de consultoria. As atividades que desenvolvem atualmente, como os dias abertos e os eventos, não se traduzem em valências, pois não são cobrados ao consumidor.

Os projetos analisados têm uma base de ética financeira baseada na aplicação de uma lógica de reinvestimento no projeto e não de acumulação de recursos, e preocupações associadas ao consumo sustentável e socialmente responsável, que se reflete nos produtos que são comprados e consumidos no exterior da comunidade, colocando em prática princípios da economia social e solidária, como a redistribuição e um consumo ético de bens e serviços (Laville e Gaiger, 2009). Estes comportamentos financeiramente éticos refletem-se no boicote a determinadas marcas, como a Nestlé, a Monsanto, Repsol, Galp, e pela primazia de consumo local que me permite a circulação de dinheiro na comunidade local: «Tudo o que podemos comprar aqui na zona, compramos, o que não conseguimos, compramos em Castelo Branco, o que não se consegue comprar em Castelo Branco compra-se em Lisboa, numa lógica de dentro pra fora, em tudo...» (Fundador [E10], Vale da Sarvinda).

Ao nível do processamento das trocas, nenhum dos projetos possui uma moeda própria para facilitar as trocas, pelo que ainda utilizam a moeda convencional. No entanto, verifica-se, em ambos, que existe uma preocupação em que as maiorias das trocas sejam diretas (por outros bens e/ou serviços), em detrimento das monetárias, que requerem a utilização de moeda. Nos dois projetos analisados as poupanças coletivas estão seguradas em instituições financeiras. No entanto, como foi referido inicialmente, o Vale da Sarvinda assume um compromisso elevado com as questões económicas e tem como objetivo futuro, a criação de um banco dentro da comunidade, ao qual poderá estar associado a utilização de uma moeda local, e que funcionará como uma instituição solidária e justa:

A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida

Não dissocio o desenvolvimento económico do desenvolvimento social. Para mim ter um desenvolvimento económico é conseguir olhar para o lado e ver, temos a Sarvinda 2, temos outros projetos com um modelo um bocado diferente mas que funciona tudo em rede e, para mim, isso é que é o desenvolvimento económico e, isso já não é nada desprezível e, aí é o princípio das moedas locais... Qual é o princípio das moedas locais? O dinheiro circula aqui, eu compro-te a ti, o outro compra-me a mim e, fechamos assim um bocado um ciclo... Eu não quero ser rico, quero olhar para o lado e não ver miséria... Quero que as pessoas consigam viver numa base onde possam ter um modo de vida sustentável... E, somos um bocado ideólogos nesse sentido, numa lógica de intervenção (Fundador [E10], Vale da Sarvinda).

Esta lógica de intervenção a que se refere o fundador do Vale da Sarvinda reflete o compromisso político do projeto. Se por um lado, o Vale da Lama pretende funcionar como um local de aprendizagem, a Sarvinda assume uma vontade manifesta em funcionar como um projeto político de intervenção e grupo de pressão, através da criação de um “Estado dentro do Estado”, e segundo o fundador:

O nosso objetivo político e, não dissociando a política da estrutura social, é ter um grande nível de empregabilidade, ter uma aproximação muito grande ao nível do maior ou menor pagamento ainda que, não sendo iguais há uma coerência no que são as duas dinâmicas, sempre uma coerência ou não tão grande discrepância em termos económicos. Do ponto de vista político, temos a ambição de participar ativamente em tudo o que vejamos como injustiças sociais, económicas ou ambientais (Fundador [E10], Vale da Sarvinda).

Para além de grupo de pressão, funcionam como agente facilitador da inclusão social, nomeadamente através do auxílio a indivíduos em situações de marginalização social. O Vale da Sarvinda aloja atualmente uma vítima de escravatura, já recebeu vítimas de violência doméstica e prepara-se para receber 2 refugiados do Médio Oriente, numa tentativa de providenciar uma resposta quando a sociedade democrática não consegue:

Temos que arranjar formas de nos organizarmos e de garantir que isso é facultado a toda a gente e, é esta redistribuição social e económica que tem de permitir a criação de uma estrutura que dê, efetivamente, resposta prática. Realmente, a nossa vontade em termos políticos é dar respostas (...) Não queremos ser políticos mas queremos ser interventivos a nível social, cultural e económico (Fundador [E10], Vale da Sarvinda).

As comunidades sustentáveis têm vindo a ganhar destaque pela sua capacidade de funcionar como escolar ou campus universitários, onde os estudantes podem experienciar a

prática no terreno, sendo possível destacar como principais exemplos, a nível mundial, a comunidade Crystal Waters (Austrália), Findhorn (Escócia), e Auroville (Indía) (Joubert e Alfred, 2007). Estes são exemplos de projetos que têm construído um caminho no sentido de capacitar os indivíduos, utilizando para tal, a criação de redes e parcerias com centros de investigação, universidades e agências governamentais, facilitando a ponte entre a academia e os projetos onde existe a aplicabilidade prática da teoria (Joubert e Alfred, 2007).

Ao nível da transferência do conhecimento que é gerado dentro da comunidade, no Vale da Lama foi possível apurar que ainda não existe uma cultura efetiva e sistematizada de transferência de conhecimento e que a mesma decorre de forma informal, embora seja expectável que com o modelo de gestão que se encontram a implementar se assista a uma facilitação da partilha do conhecimento. No Vale da Sarvinda existe uma cultura de participação em conferências e *workshops*, e atualmente existem 2 protocolos em vigor: um com a Escola Superior Agrária de Castelo Branco, onde fazem o acompanhamento de vários projetos, numa perspetiva de ganhar conhecimento científico (nomeadamente, a nível dos solos e da matéria orgânica), e outro com a Escola Superior de Artes, no sentido de estimular os alunos e providenciar-lhes um espaço onde possam construir oficinas e desenvolver um micro negócio.

Em ambos os projetos existem boas relações com as instituições públicas, nomeadamente ao nível das parcerias e protocolos com as autarquias. Relativamente à necessidade de políticas públicas de apoio diretamente relacionadas com este tipo de projetos, os fundadores são unânimes. É necessário, uma participação mais ativa e uma mudança na forma de percecionar os projetos. Devido à mudança estrutural, ao nível dos modos de vida, que a vivência dos projetos implica, os mesmos são muitas vezes entendidos como manifestações residuais de ideias alternativas, o que se traduz numa posição de desconfiança e desconhecimento por parte da sociedade civil e da classe política. Ambos os projetos analisados pretendem romper com essa visão e assumir-se como um coletivo de cidadãos que constrói ativa e comunitariamente um outro paradigma de desenvolvimento.

Num contexto em que existe uma tendência acrescida da dependência mercantil para a colmatação das necessidades humanas, as formas de organização coletiva que ambicionem o aumento da possibilidade de emprego, a redistribuição do rendimento e a satisfação da dimensão social, ganham um papel de destaque como mecanismos que facilitam a inversão da tendência de dependência acima referida (Henriques, 2010).

Traçado o contexto que reflete a organização dos casos estudados de forma mais intensiva foram também analisadas as representações dos membros residentes nestas comunidades. Os dados recolhidos permitem traçar uma tipologia possível do perfil dos residentes nas comunidades em estudo. Na análise desta primeira variável não foi feita distinção entre os fundadores e os residentes. Assim, tendo em conta os indicadores em estudo é possível verificar que existem 3 tipos diferentes de residentes nas comunidades: os membros efetivos que se agrupam e formam a estrutura vital do projeto – “Os Membros Nucleares” (MN), os membros que auxiliam no desenvolvimento das atividades de forma ativa e comprometida – “Os Parceiros Ativos” (PA), e os indivíduos que o projeto recebe em determinados momentos e que suportam o desenvolvimento de determinadas atividades – “Os Participantes Voluntários” (PV).

A criação desta tipologia utilizou como critério principal e determinante o grau de compromisso que os residentes têm com o projeto onde se inserem. No entanto, foi possível identificar alguns padrões em torno das restantes variáveis e indicadores em análise, e que permitem segmentar os entrevistados e traçar linhas gerais sobre a tipologia dos membros.

Quadro IV.1 – Residentes Inquiridos

	Vale da Lama	Vale da Sarvinda
Membros Nucleares	2	2
Parceiros Ativos	2	2
Participantes Voluntários	1	1
Fundadores	1	1
Total	6	6

Fonte: Elaboração própria

Os Membros Nucleares são indivíduos com um grau elevado de compromisso com o projeto, com vínculos contratuais de trabalho estáveis e que desempenham cargos de responsabilidade na comunidade, normalmente associados à organização e gestão dos projetos. Neste grupo encontram-se incluídos os fundadores. São membros de nacionalidade portuguesa, com contextos de origem exclusivamente urbanos, de grandes cidades como Lisboa e Porto, e pertencentes a classes médias e altas, com idades compreendidas entre os 29 e os 52 anos. Ao nível da educação, têm graus de licenciatura ou superior e outras formações relevantes na área da sustentabilidade e do desenvolvimento comunitário, designadamente, cursos de permacultura e o curso de ecoaldeias. Antes da mudança para a comunidade, a maioria dos indivíduos incluídos neste perfil, desempenhou trabalhos remunerados em cargos importantes de gestão e intervenção comunitária. Na mesma linha, é possível verificar que os progenitores

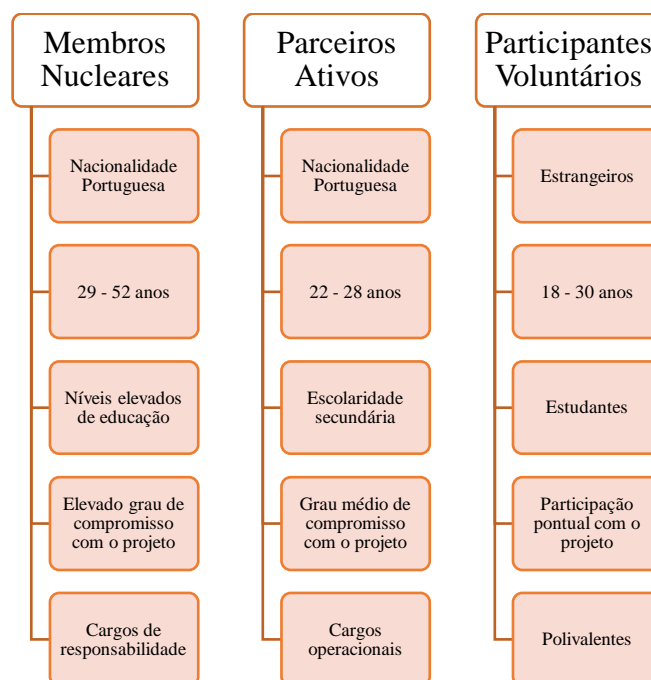
dos Membros Nucleares têm também níveis educacionais superiores e profissões em cargos de responsabilidade. Relativamente aos interesses pessoais, verificam-se nestes elementos, linhas comuns em áreas como a música, yoga, vegetarianismo, e as áreas que os diferenciam dos restantes grupos: intervenção comunitária, economia e política. Como momentos determinantes, os indivíduos inseridos nesta tipologia realçam, conhecimentos adquiridos através da experiência e/ou vivência noutras contextos, várias visitas a outras comunidades nacionais e internacionais, a frequência de ensino superior e a participação em atividades associativas.

Os Parceiros Ativos têm um grau médio de compromisso com o projeto, e embora tenham vínculos contratuais, estes são mais instáveis e menos duradouros do que os dos MN. Desempenham cargos operacionais aos quais não se encontram associados grandes níveis de responsabilidade, mas que são atividades fundamentais para o bom desenvolvimento do projeto como um todo, nomeadamente, ao nível do tratamento dos animais, das hortas e/ou da cozinha. São membros de nacionalidade portuguesa, com contextos de origem urbanos e pertencentes a classes médias, que se situam na faixa etária dos 20 anos, com idades compreendidas entre os 22 e os 28 anos. Os membros incluídos no grupo dos Parceiros Ativos têm níveis educacionais inferiores aos Membros Nucleares. No geral, frequentaram a escolaridade secundária, em que o 12º ano foi completo em cursos tecnológicos ou não chegou a ser completo, e pequenas formações ou *workshops* nas áreas da permacultura. Relativamente aos percursos profissionais, estes indivíduos desenvolveram alguns trabalhos momentâneos, em várias áreas. Nestes casos, o trabalho era apenas entendido como uma forma de auferir rendimento e não tanto, como um meio de realização. Os pais dos Parceiros Ativos, no geral, frequentaram a escolaridade até ao ensino secundário ou inferior. Relativamente aos interesses pessoais, a maioria indicou áreas como a agricultura, o vegetarianismo e o yoga. Este grupo indica a situação de desemprego, a desmotivação, o gosto pela agricultura e a vontade e necessidade de mudar de contexto para fazer face à desmotivação, como os momentos e as razões determinantes para a entrada na comunidade.

Os Participantes Voluntários são elementos que têm uma participação pontual com o projeto e que visitam a comunidade durante um determinado período de tempo, normalmente entre 1 semana e 6 meses. Desempenham atividades polivalentes e funcionam como um suporte às atividades regulares do projeto. Normalmente, as atividades desempenhadas resultam de uma articulação entre as áreas onde o Participante Voluntário se sente mais confortável e entre os trabalhos que necessitam de maior suporte ou que são mais urgentes. São indivíduos

maioritariamente de nacionalidade estrangeira, provenientes de contextos urbanos e de classes médias, com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos. São um grupo relativamente heterogéneo entre si o que dificulta a criação de padrões, mas na sua maioria são jovens que ainda se encontram a estudar, com uma consciência elevada da necessidade de mudança de paradigma de desenvolvimento social e económico, mas que, embora exista um nível elevado de curiosidade por este modo de vida, ainda não assumiram um compromisso, por diversas razões, duradouro com o modo de vida sustentável e comunitário. Os Participantes Voluntários veem as comunidades como uma oportunidade para experimentar algo diferente, para aprender sobre áreas em que têm interesse, como um escape e um refúgio ao modo de vida urbano, e ao ritmo a ele associado, e como uma oportunidade de conhecer países e cidades, com um investimento económico mais acessível, em que trocam a estadia e a alimentação, pelo trabalho realizado.

Figura IV.12 – Tipologia de residentes



Fonte: Elaboração própria

A mudança estrutural do modo de vida não ocorre de uma forma linear e é conduzida por diferentes motivações e objetivos. A vivência em comunidade, apesar de muitas vezes ser apresentada de uma romantizada, acaba por ser um processo sinuoso e que exige alguma resiliência individual. Segundo Schutz (1966), existem três fases essenciais para o desenvolvimento de um grupo comunitário: inclusão, controlo e afetividade; sendo que neste caso, essas três fases são também fundamentais para a inserção de um determinado elemento

no grupo já constituído. Numa primeira fase existe uma tensão entre o desejo de inclusão e o ultrapassar das diferenças pessoais. Quando as diferenças pessoais se tornam secundárias relativamente ao sentimento de pertença na comunidade, verifica-se, na fase do controlo, o surgimento de conflitos associados às visões e desígnios individuais para o projeto. Se as comunidades conseguirem chegar a um consenso sobre estas questões, inicia-se a fase da afetividade que é marcada por um sentimento real de pertença coletiva (Schutz, 1966).

Embora, todos os entrevistados afirmem que pretendem seguir este modo de vida de forma definitiva, muitos deles assumem que a residência numa comunidade em específico, pode sempre ser temporário. De entre as perceções individuais, dos entrevistados, relativamente às expectativas que tinham antes da entrada na comunidade, verifica-se que os diferentes perfis de residentes percecionam o fenómeno de forma diferenciada. Os que viriam a ser Membros Nucleares associam as suas expectativas ao trabalho que poderiam vir a realizar e ao contributo que tal daria ao projeto e ao processo de aprendizagem inerente à mudança: «Uma expectativa que sempre esteve muito presente era que houvesse uma cultura de planeamento porque a minha profissão era para isso que servia, tipo a questão de desenhar e depois podermos implementar juntos» (MN [E2], Vale da Lama); «A expectativa que eu poderia ter mais, era conhecer um tipo de pessoas que me pudessem ajudar um bocado dentro desta cena da sustentabilidade, é só com pessoas que gostem mesmo e que tenham algum conhecimento é que tu consegues aprender» (MN [E9], Vale da Sarvinda).

Os Parceiros Ativos percecionavam a vivência em comunidade de uma forma romantizada, como um “ideal paradisíaco” de modo de vida e como um espaço de mudança: «Não tinha nenhuma expectativa. Vinha aberta para um novo mundo. Sentia que ia amar tudo e todos» (PA [E3], Vale da Lama); «Eu sempre fui um bocado sonhadora então sempre idealizei a cena de uma forma romantizada. E, sim, pensava que em muitos aspetos ia ser muito fácil mas sim, muda o contexto...» (PA [E7], Vale da Sarvinda).

Em relação à fase de mudança é possível perceber que a mesma resultou de um processo contínuo até à residência permanente dos membros (com exceção dos Participantes Voluntários). A primeira etapa do processo de mudança inicia-se com um primeiro contacto físico com a comunidade e com o projeto subjacente, que na maioria das vezes não é percecionado como o primeiro passo para uma mudança mas sim como um acontecimento isolado. Esta fase, tendo em conta os indivíduos entrevistados, pode manifestar-se de 3 formas diferentes: frequência de cursos ministrados na comunidade, visita à comunidade para estágios

de curta duração ou para trabalhos pontuais e visita de 1 semana de adaptação. Nestes últimos casos, os indivíduos já percebem uma vontade de viver efetivamente na comunidade. Na maioria dos casos em análise, verificou-se que os Membros Nucleares são os que mais facilmente entram numa comunidade, após a frequência de cursos facultados pela mesma, e que posteriormente se propõem como voluntários (fase 2), de modo, a poderem continuar a acompanhar o projeto. Os Parceiros Ativos iniciam o seu percurso através de estágios de curta duração ou trabalhos pontuais, e a sua residência é normalmente, prolongada com o objetivo de terminar os trabalhos iniciados (fase 2).

A última fase incide sobre a criação de um vínculo contratual à comunidade, de modo, a prolongar a estadia mas também com o objetivo de assumir um compromisso para com o projeto. Nesta etapa do processo, como já foi referido, existe também uma diferenciação entre os grupos, sendo que os Membros Nucleares acabam por obter vínculos contratuais mais estáveis e duradouros do que os Parceiros Ativos. Esta diferenciação é gerada em virtude das competências, conhecimentos e experiências dos membros, num sistema de meritocracia, e da importância das suas capacidades para o desenvolvimento do projeto:

Acho que o ter vindo com alguma experiência prática acho que é valorizado na comunidade, não é uma coisa que se vale e que se diga mas acaba por te dar uma liderança natural quando as pessoas vêm em ti algum tipo de consistência e de conhecimento e de interesse, não é?! Porque eu tenho estudado isto bastante e tenho ido muito à procura e conheço outros projetos, outras pessoas e o que é que estão a fazer (MN [E1], Vale da Lama).

Figura IV. 13 – Fases da Mudança



Fonte: Elaboração Própria

Independentemente de existir um determinado período de adaptação e de a maioria dos entrevistados afirmar que a adaptação ocorreu de uma forma simples e sem sentimentos de frustração e desânimo, e assumam que a mudança veio dar continuidade e reforçar um modo de vida já preexistente, a residência na comunidade encerra em si um número vasto de mudanças

estruturais e subtis, não só nos modos de vida, como também ao nível do aumento da tomada de consciência. Contrariamente ao que acontece com outras variáveis da dimensão das perceções individuais, não é possível fazer uma análise segmentada baseada nos perfis dos membros, relativamente às mudanças que a residência na comunidade trouxe aos indivíduos, dado que, a maioria das mudanças reportadas, são comuns aos dois perfis de residentes em análise. A maioria dos entrevistados indicou, por ordem de frequência de respostas, como as principais mudanças que a residência na comunidade trouxe às suas vidas: o aumento da percepção da vida no seu todo e da capacidade de conexão com as pessoas e com a natureza, a aprendizagem, um incremento ao nível da saúde, um sentimento de valorização do trabalho e uma sensação de liberdade de ser e estar: «Aqui posso realmente ser eu, ninguém me olha de lado e ninguém me julga. Levei anos da minha vida a sentir que não pertencia ao sítio onde estava... Aqui sinto-me livre» (PA [E11], Vale da Sarvinda).

Os Membros Nucleares indicaram duas categorias de mudança frequentes, que não foram reportadas pelos Parceiros Ativos, devido à percepção individual de continuidade no projeto que os diferentes grupos têm e também devido às condições materiais e estruturais que os diferem. Os Membros Nucleares indicaram, para além das já mencionadas, a estabilidade salarial, o sentimento de pertença e a possibilidade de criar raízes, como as principais mudanças que a residência na comunidade lhes trouxe:

No fundo cria logo alguma estabilidade, para já tenho um salário fixo que nunca tive antes, (...) depois temos toda a vivência e pronto, no fundo, era um bocado estas raízes que eu vinha à procura, de me enraizar um bocado num sítio, criar redes e amigos e ver as coisas a crescer e as estações a passar sem estares tão pouco tempo nos sítios e encontrei isso aqui, sim (MN [E2], Vale da Lama).

A maioria dos entrevistados, independentemente do perfil onde se enquadram, afirmam que o que lhes deixa mais saudades, relativamente ao modo de vida que tinham anteriormente, são os amigos e a família. Um grupo menor identifica a cultura da cidade e a diversidade de opções de lazer como as realidades de que sentem mais falta. Alguns dos Membros Nucleares apontam a responsabilidade inerente ao projeto e as condicionantes a elas associadas. Existem outros entrevistados, em menor escala, que afirmam sentir falta de algumas condições, resultantes da ideologia e das práticas dos projetos, como a falta de luz e conseqüentemente, de bebidas frescas no Verão: «Então, mais isso, de poder estar com os meus amigos mais facilmente, estou um bocado distante e eles também estão. Mas sei lá, às vezes, falta de beber água fresca, alguma coisa fresca ou assim porque pensamos que é secundário, mas pesa» (MN

[E8], Vale da Sarvinda). O que reflete que as condições materiais de vida não são essenciais no momento do balanço sobre a vida na comunidade.

As percepções analisadas anteriormente são referentes ao período de mudança. Após a vivência durante algum tempo, as percepções dos entrevistados, muitas vezes, alteram-se. As dificuldades com que se debatem numa fase inicial são diferentes das dificuldades atuais que os membros reportam. É possível perceber que numa fase inicial, as dificuldades assumidas eram de origem pragmática e com o advento da imersão na comunidade tornam-se mais complexas. Muitas vezes a falta de privacidade é apontada como uma das principais dificuldades iniciais, mas que é facilmente ultrapassada quando se adquire um certo nível de confiança e amizade pelos membros com quem partilham o espaço. Atualmente, os entrevistados afirmam que as principais dificuldades advêm das dinâmicas de relação interpessoal que se estabelecem, do cansaço da intensidade da entrega ao outro que é necessária para a construção contínua do sentido da pertença à comunidade e da constante desconstrução de ideias pré-concebidas, de modo a conseguir experienciar de forma fortuita estes modelo de vida: «Não é fácil. 90% das comunidades falham pela parte social, não é por não conseguirem produzir comida para comer que a maior parte das comunidades que foram tentadas até hoje acabaram por cair, foi por conflitos, por dificuldade em tomada de decisão, pelas relações entre as pessoas» (MN [E1], Vale da Lama); «Não é fácil também, especialmente quando ainda estamos um bocado formatados e ainda não estamos preparados para os valores que nos são necessários para ter este estilo de vida, achamos que estamos porque temos vontade mas pronto...» (MN [E9], Vale da Sarvinda).

As dinâmicas sociais, nomeadamente, o modo de vida comunitário e o sentimento de pertença à comunidade, como foi referido são as principais dificuldades reportadas pelos entrevistados e as primeiras causas para o declínio dos projetos. Não obstante, as identidades devem ser sempre construídas em articulação constante com o espaço de sociabilização (Sousa, 2006). Assim, estas dimensões requerem um trabalho e uma entrega constantes. Para que tal seja assegurado, existe um conjunto de práticas e espaços que devem ser partilhados.

De entre os espaços partilhados, os dados recolhidos em entrevista e por observação, permitem auferir que, em ambos os projetos, existem as seguintes diretrizes: cozinha, sala, casas de banho, duches, espaços de lazer e espaços exteriores às habitações são sempre espaços partilhados por todos os membros, independentemente do perfil onde se insiram. Os MN e

alguns dos PA têm quartos privados, o que lhes garante alguma privacidade, enquanto que para os PV os quartos também são incluídos como espaços partilhados.

Ao nível das práticas diárias partilhadas, assinalam-se: as tarefas de gestão, organização e limpeza dos espaços comuns (quer seja de forma espontânea, quer seja de forma organizada, através da criação de grupos de trabalho rotativos para a execução das tarefas), as tarefas de gestão de resíduos (reciclagem e compostagem), as tarefas associadas à cozinha, nomeadamente a preparação das refeições, a lavagem da loiça e a arrumação (quer seja de forma espontânea, quer seja de forma organizada, através da criação de grupos de trabalho rotativos para a execução das tarefas), e outras tarefas como o tratamento da roupa (lavagem e secagem), a preparação das listas de compras e o cuidado dos animais de estimação.

Relativamente às práticas de lazer, momentos de tempos livres em que não existem tarefas planeadas e que os membros realizam em conjunto, é possível verificar alguma diferenciação de género. Foi observado que os membros femininos costumam realizar atividades conjuntas como práticas de yoga e meditação, cantares e danças e atividades de *bricolage*, e que os membros masculinos realizam atividades relacionadas com os desportos de equipa e o convívio em cafés locais externos à comunidade. Em comum, todos os membros partilham alguns momentos de celebrações específicas e rituais, bem como, jantares e momentos de convívio com a comunidade local, dado que ambos os projetos em análise são comunidades consideradas, pelos membros, abertas.

As práticas partilhadas são uma das principais pedras basilares da edificação de qualquer comunidade e uma dimensão incontornável para o constante desenvolvimento do projeto, uma vez que o sentimento de pertença individual é uma das principais características para a construção contínua da comunidade (Dawson, 2010). Embora as dinâmicas sociais sejam, na perceção individual dos entrevistados, a dimensão que traz consigo um maior conjunto de dificuldades e é geradora de algumas limitações, quando questionados sobre o grau de satisfação que têm relativamente à vida na comunidade, às relações interpessoais e ao nível de segurança, a maioria registou níveis elevados de satisfação com as relações interpessoais, seguindo-se pelo nível de segurança e pela vida na comunidade. Relativamente, aos principais contributos que a comunidade traz para eles próprios, todos eles, sem segmentação, reportam características associadas à dimensão social e humana da comunidade. Como principais contributos é possível identificar: o alargamento da rede de contactos, a intensidade das relações interpessoais, a aprendizagem constante com o projeto e com as pessoas, sendo que aqui os

Participantes Voluntários desempenham um papel fundamental, e a “liberdade de ser”: «E acho que foi isso que me deixou sempre a vontade e identificado com isto, não há grandes dogmas, não há receitas obrigatórias de como é que se fazem as coisas, toda a gente é livre de ser quem é» (PA [E11], Vale da Sarvinda), e:

Altas irmandades, um crescimento junto, cada um tem a sua personalidade e isso veio muito ao de cima no dia-a-dia. E acho que isso é uma das diferenças de viver em comunidade e viver no meio urbano, tu no meio urbano és uma pessoa que te cruzas com pessoas, aqui se aquela pessoa e a forma de ela fazer alguma coisa desperta alguma coisa em ti, tu vais estar a ver ela todos os dias. Então acho que isto aqui é um grande impulsionador do ser humano, é uma oportunidade para perceber como é que eu posso resolver aquilo dentro de mim, é incrível e tenho aqui amigos para a vida, estamos a construir muita coisa juntos então isso já nos ligou para sempre (MN [E2], Vale da Lama).

A natureza das relações construídas dentro das comunidades pode ser de diferentes índoles: parceiros de trabalho, amizade mais ou menos intensas, ou relações de conjugalidade. De entre a totalidade dos entrevistados, a maioria vive na comunidade com um agregado familiar, destes apenas dois dos casais já se encontravam em relação de conjugalidade antes da entrada na comunidade, sendo que para os restantes a relação foi construída dentro da própria comunidade. As relações de conjugalidade existentes entre os entrevistados não revelam segmentações ao nível do perfil onde se inserem, nem a nível de género. Embora a maioria dos entrevistados manifeste vontade de ter filhos, existem apenas 2 agregados com filhos, pertencentes ao mesmo projeto, com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos, e que representam as crianças da comunidade. Relativamente, à educação das crianças, as existentes encontram-se neste momento na escola convencional pública, embora existam algumas já tenham frequentado escolas de pedagogias alternativas e outras que irão frequentar no próximo ano letivo. Os entrevistados que manifestaram vontade de ser pais, dão preferência a modelos alternativos de educação, como as pedagogias Waldorf, a Escola da Ponte e até mesmo, a educação dentro da própria comunidade.

Em suma, é possível perceber que os três perfis de residentes percecionam a mudança e a vida na comunidade de formas diferenciadas, na maioria das variáveis em análise. Mas de um modo geral, todos os membros passam por uma fase de adaptação quando decidem experienciar este modo de vida sustentável e comunitário, e reportam dificuldades associadas às fases iniciais, e que entram em confronto direto com o quotidiano e as condições práticas a que estavam habituados. As dinâmicas sociais funcionam num sentido duplo: se por um lado,

representam a dimensão onde surgem mais dificuldade, por outro lado, são percecionadas e entendidas como o principal suporte, seja para a comunidade no seu todo, seja para os membros individualmente.

V Conclusão

A crescente tomada de consciência da necessidade da alteração do paradigma dominante de desenvolvimento conduz, efetivamente, à procura de novos modos de vida que preconizem modelos sustentáveis e comunitários. Em Portugal, tendo em conta os casos estudados, apesar de ser possível registar uma procura crescente neste sentido, e conseqüentemente, uma maior dinâmica de oferta, o que se verifica é que existem desafios no que diz respeito a uma mudança que se possa considerar estrutural. É um fenómeno não sistémico entre as organizações e que ainda se encontra pulverizado. A maioria dos projetos ainda é de dimensão reduzida, e muitas vezes formados apenas por familiares. Esta dispersão faz com que papel de mudança estrutural que estes projetos poderiam ter ainda não seja vinculativo e conduz a uma inatividade relativa à dimensão do seu compromisso político enquanto grupos de pressão e exemplos de boas práticas.

Os membros que formam e dinamizam estas comunidades podem ser enquadrados em três perfis principais, que se coadunam com o nível de compromisso que têm para com o projeto. No presente estudo foi possível identificar: membros que têm um grau elevado de compromisso com o projeto e que funcionam como a disposição estruturante da comunidade, os quais foram designados de Membros Nucleares; os indivíduos que embora o seu grau de compromisso não seja tão representativo, funcionam como um suporte fundamental ao apoio dos MN, e aos quais se chamou Parceiros Ativos; e um último grupo que engloba os residentes esporádicos e sem grau de compromisso para com a comunidade, que desempenham o papel de incrementar a dinamização e a produtividade das atividades a desenvolver, de uma forma polivalente – os Participantes Voluntários. Foi ainda possível perceber que as perceções individuais dos residentes, relativamente à mudança estrutural e à experiência de um modo de vida sustentável e comunitário, variam de acordo com o perfil onde se encontram inseridos.

As comunidades em análise, como estudos de caso, revelaram ser bastante distintas no que diz respeito ao contexto da sua emergência e aos objetivos que pressupõem. A análise qualitativa destes casos veio corroborar os dados quantitativos e mostrar que as comunidades

sustentáveis em Portugal refletem uma primazia, no que se refere às práticas de sustentabilidade, das dimensões sociais e ambientais. A dimensão económica é normalmente, a que se encontra menos integrada nas práticas da comunidade, muitas vezes, devido à dificuldade que encontram em manter o sistema resiliente sem a dependência da economia de mercado. É neste sentido, que os projetos encontram alguma resistência e desmotivação na construção de um papel político preponderante. No entanto, conclui-se que um dos projetos analisados assume essa preocupação e esse papel e funciona como um mecanismo de intervenção e facilitação da inclusão e com vontade de crescer como projeto de pressão política.

Este trabalho revelou que, embora as comunidades sustentáveis encerrem em si, inúmeras possibilidades de funcionar como promotores de modelos não dominantes de desenvolvimento, no sentido em que estamos perante laboratórios experimentais de novas formas de organização social, que articulam modelos simples com contextos complexos, e que promovem a inovação através da valorização dos recursos endógenos, tangíveis e intangíveis, ainda existe um longo caminho a percorrer. Se por um lado, é necessário que a classe política e as agências de desenvolvimento olhem para estes cenários como exemplos de boas práticas e promovam o seu crescimento através da implementação de políticas públicas que facilitem o progresso das suas atividades e a transferência do conhecimento gerado por estes projetos. Por outro lado, cabe também os projetos abrirem o caminho, no sentido, de sedimentarem o seu papel político e aumentar o compromisso para com a comunidade global, de modo a ganhar dimensão e voz ativa e esbater a desconfiança associada às comunidades sustentáveis.

A presente investigação pretendeu traçar um quadro geral das dinâmicas da oferta e procura da sustentabilidade como modo de vida, baseando-se em modelos comunitários de desenvolvimento. Embora o quadro geral tenha sido traçado, existe ainda um vasto conjunto de desafios que merece ser aprofundado. Como linhas de futura investigação propõe-se que os estudos se foquem com mais intensidade e extensão no mapeamento deste tipo de projetos em Portugal, numa maior amostra de residentes, de modo, a confirmar a tipologia construída, e uma análise mais detalhada e centrada no compromisso político das comunidades. Seria ainda interessante, que os dados que daí resultem possam ser comparados com outros países da Europa que passaram por programas de intervenção, de modo a perceber, se estes modelos de desenvolvimento podem ou não aumentar a resiliência individual e coletiva, num cenário de risco social, económico, ambiental e político.

VI Referências Bibliográficas

- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Bang, Jan Martin (2005), *Ecovillages: A Practical Guide to Sustainable Communities*, Canada, New Society Publishers.
- Bates, Albert, (2003), "Ecovillage Roots (and Branches): When, where, and how we re-invented this ancient village concept." *Communities Magazine*.
- Beck, Ulrich (2013), *Risk Society - Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Bezerra, Maione Rocha e Marcel Bursztyn (2000), *Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável*, Brasília, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- Bissolotti, Paula Aoki, Santiago, Alina Gonçalves e Roberto de Oliveira (2006), “Sustainability Evaluation in Ecovillages”, comunicação apresentada na 23ª Conferência de Arquitetura Energética Passiva e de Baixo Impacto, 6 a 8 Setembro, Genebra, Suíça.
- Bourdieu, Pierre (2010), *A Distinção*, Lisboa, Edições 70.
- Brannen, Julia (1992), *Mixing Methods: Qualitative and quantitative research*, Aldershot, Avebury.
- Bruseke, Franz Josef (1994), “O problema do Desenvolvimento Sustentável” em Clóvis Cavalcanti (Org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, s.l., Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco.
- Bryman, Alan (2004a), “Interviewing in qualitative research”, em Bryman, Alan (Org.), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press, 318-344.
- Bryman, Alan (2004b), “Ethnography and participant observation”, em Bryman, Alan (Org.), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press, 291-317
- Caride, José António e Pablo Ángel Meira, (2004), *Educação ambiental e desenvolvimento humano*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Carta da Terra (2002), Organização das Nações Unidas
- Cavalcanti, Clóvis (1994), “Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Económica” em Clóvis Cavalcanti (Org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, s.l., Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco.
- Christian, Diana Leafe (2002), “Green building in ecovillages”, *New Life Journal*, Asheville, Kim Riggins.

- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991), *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Dawson, Jonathan (2006), “How Ecovillages Can Grow Sustainable Local Economies”, *Communities*, 133, 56-61.
- Dawson, Jonathan (2010), *Ecoaldeias: Novas Fronteiras para a Sustentabilidade*, Maia, Edições Sempre-Em-Pé.
- Defourny, Jacques (2009), “Economia solidária”, em Cattani, António David, Laville, Jean-Louis, Gaiger, Luiz Inácio e Pedro Hespanha (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, CES.
- Durkheim, Émile (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo, Martins Fontes.
- Esteva, Gustavo (1999), “The Zapatistas and People’s Power”, *Capital & Class*, 68, 153-182.
- Esteva, Gustavo e Madhu Suri Prakash (1998), “Beyond Development, what?”, *Development in Practice*, 8 (3), 280-296.
- EU SDS (2006), Review of the EU sustainable development strategy, s.l., Council of the European Union,
- Fragoso, António (2003), *Procesos de Desarrollo Local en la Freguesia de Cachopo (Portugal)*, Tese de Doutoramento, Sevilha, Universidade de Sevilha.
- Frank, Andre Gunder (1986), “Capitalismo e Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”, em António Figueiredo e Carlos Costa (orgs.), *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito - Vol II: Rupturas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Friedman, Milton (2002), *Capitalism and Freedom*, Chicago, University of Chicago Press.
- Friedmann, John (1996), *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Fuertes, González (1988), *Psicologia Comunitária*, Espanha, Editorial Visor.
- Fukuyama, Francis (1992), *O fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva.
- Fung, Archon e Erik Olin Wright, (2003), *Deepening democracy: Institutional innovations in empowered participatory governance*, Londres, Verso.
- Giddens, Anthony (1991), *As Consequências Da Modernidade*, São Paulo, Editora Unesp.
- Gilmand, Robert e Diane Gilman (1991), *Eco-villages and Sustainable Communities: A Report for Gaia Trust*, s.l., Context Institute.
- Guerra, Isabel (1993), “Modos de Vida. Novos percursos e novos conceitos”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 13, 59-74.
- Henriques, José Manuel (2010), “Acção contra a Pobreza em Áreas Urbanas em “Crise”: desafios e Possibilidades”, *Sociedade e Trabalho*, 41, 9-26.

- Hildsur, Jackson e Karen Svensson (2002), *Ecovillage Living: Restoring the Earth and Her People*, Devon, Green Books.
- Huitric, Miriam (ed) et al (2009) “Biodiversity, Ecosystem Services and Resilience – Governance for a Future with Global Changes”, Relatório apresentado no congresso científico Biodiversity, ecosystem services and governance – targets beyond 2010, promovido pelo Stockholm Resilience Centre, 4 a 6 Setembro, em Tjärnö, Suécia.
- INE (2014), Índice de Bem-Estar em Portugal, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Joubert, Anja Kosha e Robin Alfred (2007), *Beyond you and Me, Inspirations and Wisdom for Building Community*, Hampshire, Permanent Publications.
- Korten, David (2001), *When Corporations Rule the World*, Califórnia, Kumarian Press Inc./ Berrett-Koehler.
- Lander, Edgardo (2005), “Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos” em Lander, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*, Argentina, Colección Sur Sur.
- Latouche, Serge (2009), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, São Paulo, Martins Fontes.
- Laville, Jean-Louis (2005), “Action publique et économie: un cadre d’analyse”, em Laville, Jean-Louis, Magnen, Jean-Philippe, Genauto C. França Filho e Alzira Medeiros (Orgs.), *Action publique et économie solidaire - Une perspective internationale*, s.l., Érès.
- Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Plural”, em Cattani, António David, Laville, Jean-Louis, Gaiger, Luiz Inácio e Pedro Hespanha (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, CES.
- Laville, Jean-Louis, Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Economia Solidária”, em Cattani, António David, Laville, Jean-Louis, Gaiger, Luiz Inácio e Pedro Hespanha (Orgs), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, CES.
- Lifitin, Karen (2009), “Reinventing the Future: The Global Ecovillage Movement as a Holistic Knowledge Community”, em Kütting, Gabriela e Ronnie Lipschutz (orgs), *Environmental Governance: Knowledge and Power in a Local-Global World*, Londres, Routledge.
- Mayo, Marjorie (1994), *Communities and Caring. The Mixed Economy of Welfare*, Nova Iorque, St. Martin’s Press.
- McMichael, Philip (2012), *Development and Social Change: a global perspective*, Londres, SAGE.
- Mota, Gabriel Leite (2010), *”Economia da Felicidade”*, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho.
- Murteira, Mário (1998), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença.

- NEF (2012), *The Happy Planet Index: 2012 Report. A global index of sustainable well-being*, s.l, New Economic Foundation.
- Norberg-Hodge, Helena (2010), “Shifting Direction”, em Dawson, Jonathan, Norberg-Hodge, Helena e Ross Jackson (orgs), *Gaian Economics - Living Well within Planetary Limits*, Hampshire, Permanent Publications.
- Nunes, U. e Hoven, R. (1996), “Trabalho comunitário: Fundamentos e contextos de acção”, em Hoven, R. e Nunes, M. (Orgs.), *Desenvolvimento e acção local*, Lisboa, Fim de século.
- OCDE (2011), *Compendium of OECD well-being indicators*, Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- ONU (1992), *Agenda 21*, United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brasil.
- Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação – As origens políticas e económicas do nosso tempo*, Lisboa, Edições 70.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rezsohazy, Rudolf (1988), *O desenvolvimento comunitário*, Madrid, Narcea.
- Roncaglia, Alessandro (2005), *The Wealth of Ideas. A history of Economic Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sachs, Ignacy (1993), *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*, São Paulo, Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo.
- Santos, Boaventura de Sousa (1991), “Co-desenvolvimento: O Diálogo Norte/Sul”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 43-61.
- Santos, Boaventura Sousa (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma epistemologia dos saberes”, em Santos, Boaventura Sousa e Maria Paula Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina, CES, 23-72.
- Schutz, William C (1966), *The Interpersonal Underworld*, Palo Alto, Science and Behavior Books.
- Singer, Paul (2004), “Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento solidário”, *Estudos Avançados*, 18 (51).
- Smith, Adam (2006), *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações – volume I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 77-105.
- Sousa, Vanessa (2006), *Desenvolvimento e Mudança nos territórios rurais deprimidos: O caso dos jovens da freguesia de Cachopo (Tavira)*, Dissertação de mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE.

- Stoecker, Randy (2005), *Research methods for community change: A project-based approach*, Chile, Sage Publications.
- Talberth, John, Cobb, Clifford, e Noan Slattery (2007), *The Genuine Progress Indicator 2006. A Tool for Sustainable Development*, Oakland, Redefining Progress.
- Twelvetrees, Alan (1991), *Community Work - British Association Of Social Workers*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Ware, Caroline (1986), *Estudo da Comunidade*, Buenos Aires, Humánitas.
- Weber, Max (2001), *A ética protestante e o espírito capitalista*, Lisboa, Editorial Presença.
- Youngman, Frank (2000), *The Political Economy of Adult Education and Development*, Londres, Zed Books.

Índice de Anexos:

Anexo A – Inquérito por Questionário

Anexo B – Guião de Entrevista: Residentes

Anexo C – Guião de Entrevista: Fundadores

Anexo D – Análise das Entrevistas: Grelha de Resumo

ANEXO A – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O presente questionário insere-se no âmbito da realização da dissertação de mestrado em Economia Social e Solidária, subordinada ao tema: “A Procura da Sustentabilidade como Modo de Vida: Contornos das Ecocomunidades em Portugal”. O principal objetivo da dissertação é perceber de que forma se traduz e manifesta a procura da sustentabilidade como modo de vida. O presente questionário insere-se na primeira fase deste estudo e tem como principal objetivo a recolha de dados para a posterior caracterização e tipificação das ecocomunidades em Portugal. O questionário encontra-se dividido em 2 partes e o seu preenchimento tem a duração de aproximadamente 5 minutos. Obrigada!

Parte 1 – Caracterização Geral

A primeira parte deste questionário contém questões de carácter geral, de modo a permitir a caracterização dos diversos projetos em estudo

1. Nome do Projeto (*Insira o nome do projeto*): _____

2. Localidade (*Insira a localidade onde se insere o projeto*): _____

3. Região onde se insere o projeto (*Escolha uma única opção*)

3.1) Algarve__

3.2) Alentejo__

3.3) Lisboa e Vale do Tejo__

3.4) Centro__

3.5) Norte__

4. Área do Espaço onde se desenvolve o projeto (*Por favor, indique a área em hectares. Responda apenas se aplicável*): _____

5. Estatuto Jurídico (*Escolha a opção que melhor caracteriza o seu projeto*)

5.1) Associação Privada (sem fins lucrativos) __

5.2) Cooperativa __

5.3) Fundação __

5.4) Mutualidade __

5.5) Grupo Informal __ (Caso tenha escolhido esta opção passe para a questão 7)

5.6) Empresa Privada (com fins lucrativos) __

5.7) Outra (indique qual) _____

6. Ano da Fundação (Indique o ano em que o projeto se formalizou) _____

7. Ano em que iniciaram trabalhos preparatórios (Indique o ano em que começaram a desenvolver atividades) _____

8. Número de Membros a residir a tempo inteiro no atual momento (Indique em que intervalo se encontra o número de membros que integram o projeto, no momento atual)

8.1) Entre 1 a 5 __

8.2) Entre 6 a 10 __

8.3) Entre 11 a 15 __

8.4) Entre 16 a 20 __

8.5) Entre 21 a 25 __

8.6) Entre 26 a 30 __

8.7) Entre 31 a 35 __

8.8) Entre 36 a 40 __

8.9) Mais de 40 __

9. Número de Membros a residir em tempo parcial no atual momento (Indique em que intervalo se encontra o projeto. Por favor não incluir práticas relacionadas com o turismo ou visitas isoladas)

9.1) Entre 1 a 5 __

9.2) Entre 6 a 10 __

9.3) Entre 11 a 15 __

9.4) Entre 16 a 20 __

9.5) Entre 21 a 25 __

9.6) Entre 26 a 30 __

9.7) Entre 31 a 35 __

9.8) Entre 36 a 40 __

9.9) Mais de 40 __

10. Laços Familiares dos residentes (Por favor indique, de entre as opções apresentadas, quais são os laços familiares que existem entre os membros do projeto)

10.1) Todos os membros são familiares __

10.2) Alguns membros têm laços de parentesco __

10.3) Não existem laços familiares entre os membros __

Parte 2 - Dimensões

A segunda parte deste questionário pretende recolher informação relativa às práticas conduzidas nos projetos em estudo, tendo em conta as dimensões da sustentabilidade

1. Dimensão Ambiental

Por favor indique o grau de integração, no dia-a-dia deste projeto, das seguintes práticas. Em que **1** significa **“Sem qualquer integração da prática na comunidade”** e **6** significa **“Prática integrada totalmente na comunidade”**.

- 1.1. Reutilização e reaproveitamento de diversos tipos de recursos 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 1.2. Práticas de permacultura 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 1.3. Bio-Construção 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 1.4. Cultivo de alimentos que respeitem as características do local 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 1.5. Produção de alimentos orgânicos/ biológicos 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__

2. Dimensão Económica

Por favor indique o grau de integração, no dia-a-dia deste projeto, das seguintes práticas. Em que **1** significa **“Sem qualquer integração da prática na comunidade”** e **6** significa **“Prática integrada totalmente na comunidade”**.

- 2.1. Criação, promoção e utilização de uma moeda para as trocas necessárias 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 2.2. Redes de trocas não monetárias 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 2.3. Poupança em instituições financeiras criadas dentro da comunidade 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 2.4. Lógica não cumulativa e redistributiva 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 2.5. Atividades de autofinanciamento 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 2.6. Consumo sustentável socialmente responsável 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__

3. Dimensão Espiritual

Por favor indique o grau de integração, no dia-a-dia deste projeto, das seguintes práticas. Em que **1** significa **“Sem qualquer integração da prática na comunidade”** e **6** significa **“Prática integrada totalmente na comunidade”**.

- 3.1. Existência de uma ideologia predominante própria de um mentor ou filosofia de vida específica
1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 3.2. Existência de uma religião predominante 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 3.3. Participação em rituais e celebrações 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 3.4. Respeito e apoio nas diversas manifestações espirituais 1__ 2__ 3__ 4__ 5__

4. Dimensão Social

Por favor indique o grau de integração, no dia-a-dia deste projeto, das seguintes práticas. Em que **1** significa **“Sem qualquer integração da prática na comunidade”** e **6** significa **“Prática integrada totalmente na comunidade”**.

- 4.1. A participação ativa de todos os indivíduos na vida da comunidade 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 4.2. A tomada de decisões fundamentais pela via do consenso 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 4.3. Gestão coletiva de recursos e atividades 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 4.4. A transparência da gestão e o livre acesso à informação 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 4.5. A livre expressão de todos os indivíduos 1__ 2__ 3__ 4__ 5__
- 4.6. Partilha de recursos comuns e promoção de ajuda mútua / Existência de redes de solidariedade
1__ 2__ 3__ 4__ 5__

5. Dimensão de Expressão Cultural e Artística

Por favor indique o grau de integração, no dia-a-dia deste projeto, das seguintes práticas. Em que **1** significa **“Sem qualquer integração da prática na comunidade”** e **6** significa **“Prática integrada totalmente na comunidade”**.

- 5.1) Organização de atividades criativas, expressão artística, atividades culturais, rituais e celebrações
1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 5.2) Incentivar a criatividade e a arte como expressões de unidade e de inter-relação com o universo
1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__
- 5.3) Promover espetáculos culturais e exposições para os visitantes e comunidade local 1__ 2__
3__ 4__ 5__ 6__
- 5.4) Celebrar as tradições locais 1__ 2__ 3__ 4__ 5__ 6__

Conhece outras iniciativas similares a esta? *(Tem conhecimento de algum projeto semelhante a este que possa ser útil para o presente estudo?)*

Sim __

Não __

Se sim, indique qual por favor: _____

Pretende receber os resultados deste estudo por email? Se sim, por favor indique os seus contactos. _____

ANEXO B - GUIÃO DE ENTREVISTA: RESIDENTES

Parte I – O Núcleo Familiar

(Vamos começar por falar um pouco de si e da sua família)

Características do agregado	
Número de membros	
Nomes	
Idades	
Género	Feminino- Masculino-
Nacionalidades	
Estado civil dos membros	
Nível educacional / habilitações literárias	

Parte I – Histórias de Vida dos Elementos

(Agora iremos aprofundar um pouco aquilo que foi o vosso percurso de vida individual até à entrada na comunidade, evidenciando aqueles que consideram ser os momentos mais importantes para a construção do vosso modo de vida atual. Nesta fase, a entrevista assume um carácter mais individual)

1. Esta é uma pergunta muito aberta, onde se pede que faça uma pequena viagem reflexiva à sua *história de vida individual*, até ao momento em que entra na comunidade. Pedia que começasse por falar um pouco da sua infância e dos seus familiares, do seu percurso escolar e profissional.

Pontos a abordar:

- ✓ Contexto social e espacial (origem)
- ✓ Onde viveu antes; com quem viveu antes;
- ✓ Experiências de infância que considere determinantes para as decisões atuais;
- ✓ Modos de subsistência das familiares com quem viveu na infância;
- ✓ Habilitações escolares do entrevistado e dos pais
- ✓ Área de formação;
- ✓ Empregado / Desempregado (antes da comunidade);
- ✓ Caso estivesse empregado, qual o tipo de vínculo contratual;
- ✓ Qual o trabalho desenvolvido;
- ✓ Verificar se existe alguma relação entre o trabalho desenvolvido e do vínculo contratual (instabilidade, precariedade) e a mudança de estilo de vida;

- ✓ Perceber se a pertença a esta comunidade dá continuidade a um estilo de vida/ valores pré-existentes... de que forma?
- ✓ Momento em que começa a ponderar mudar o estilo de vida;
- ✓ Perceber quais foram as principais razões que motivaram a ida para a comunidade.
- ✓ Verificar como se desenvolveu a mudança (que fases aconteceram até viver definitivamente cá);
- ✓ Perceber se existem razões para a escolha desta comunidade em específico, e caso existam, quais são?
- ✓ Perceber quais eram as preocupações associadas a esta mudança.

2. A residência nesta comunidade trouxe algum tipo de mudança na sua vida? A que níveis? EM que momento da vida resolveu vir viver para esta comunidade? Quais as expectativas que tinha...

Pontos a abordar:

- ✓ Do que sente mais falta, relativo ao estilo de vida anterior;
- ✓ Encara esta situação como temporária ou definitiva (objetivos a longo prazo);
- ✓ Sente-se completamente realizado?

3. Ia pedir agora que centrássemos a nossa conversa nos laços que unem os membros deste agregado. Qual o tipo de relação (familiar ou não) que mantêm? Relação de conjugalidade ou de namoro?

Pontos a abordar:

- ✓ Verificar se a relação já existia ou se foi construída dentro da comunidade;
- ✓ A vinda para aqui foi uma decisão conjunta e consensual;

4. Gostaria de conversar um pouco acerca das questões da parentalidade. Têm filhos? A) Nomeadamente, acerca da educação que os vossos filhos recebem / tipo de escola que frequentam (caso tenham); B) nomeadamente, se existe uma vontade de ter filhos em conjunto e quais são as implicações que isso vai ter na vossa vivência na comunidade (caso não tenham).

Pontos a abordar:

Caso tenham filhos:

- ✓ Idades;

- ✓ Verificar os graus de parentesco entre o agregado;
- ✓ Verificar se também vivem nesta comunidade;
- ✓ Perceber os sentimentos dos filhos, associados a esta mudança... as crianças já podem ter nascido naquele contexto;
- ✓ Educação das crianças (dentro da comunidade? Em que moldes? Ou fora da comunidade? Educação convencional pública ou outro tipo de percurso educativo?)

Caso não tenham:

- ✓ Verificar se pretende ter;
- ✓ Caso pretenda, verificar se os pretende educar dentro da comunidade

5. Antes de passarmos para a segunda fase da entrevista, pedia que refletissem, em conjunto, acerca dos valores sociais que ambos defendem, e de que forma é que encontram esses valores na comunidade.

Pontos a abordar:

- ✓ Que tipo de práticas coletivas são desenvolvidas;
- ✓ Os valores defendidos;
- ✓ A integração desses valores na comunidade;
- ✓ O que é considerado individual e o que é vivido em “comunhão”.

Categorias:

- Sentimentos de justiça e igualdade;
- Preocupações sociais, ambientais, económicas e políticas;
- Esperança no futuro, nas pessoas e nas instituições/organizações
- (...)

Parte III – A vida na comunidade

(Agora vamos falar essencialmente sobre esta mudança no seu estilo de vida, e no que se traduz a sua vida, o seu dia-a-dia antes da comunidade e no momento atual)

6. Há quanto tempo vive aqui?

7. Como foi a adaptação?

Pontos a abordar:

- ✓ Perceber quais foram os sentimentos associados à mudança;
- ✓ As principais dificuldades sentidas no início;

- ✓ Se essas dificuldades foram ultrapassadas e como;
- ✓ As dificuldades atuais;
- ✓ A relação com o exterior (comunidade aberta ou fechada).

Categorias:

- Sentimentos de justiça e igualdade;
- Preocupações sociais, ambientais, económicas e políticas;
- Esperança no futuro, nas pessoas e nas instituições/organizações
- (...)

8. Gostaria que refletisse um pouco acerca daquilo que eram e são as suas expectativas

Pontos a abordar:

- ✓ Perceber quais eram as expectativas relativamente a este estilo de vida;
- ✓ Verificar se a realidade correspondeu às expectativas iniciais

9. Como vê o seu contributo para a comunidade e o contributo da comunidade para consigo. Qual o seu papel na comunidade?

Pontos a abordar:

- ✓ Verificar a perceção individual do papel e da importância para a comunidade;
- ✓ Tipo de atividades desenvolvidas;
- ✓ Realização individual face às atividades desenvolvidas.
- ✓ Grau de satisfação com a vida na comunidade;
- ✓ Grau de satisfação com as relações interpessoais;
- ✓ Grau de satisfação com o nível de segurança.

10. Gostaria que me explicasse como é o seu dia-a-dia na comunidade. Que tipo de tarefas desenvolve e como ocupa e gere o seu tempo?

Pontos a abordar:

- ✓ As tarefas são partilhadas ou individuais;
- ✓ Existência de tempo livre (sem tarefas programadas) e como este é ocupado?
- ✓ Existência de atividades de lazer praticadas em comum, e quais;

11. Como é que a comunidade se encontra organizada? Existem líderes? Se sim, qual o seu papel? Como se desenvolve o processo de tomada de decisão? E a forma de resolução de conflitos? [colocar uma questão de cada vez]

12. Nesta parte gostava que falássemos um pouco sobre as práticas que são partilhadas pelos membros da comunidade, desde a gestão dos espaços comuns até ao trabalho ou outras práticas que lhe pareçam importantes

Pontos a abordar:

- ✓ Gestão e utilização dos espaços comuns (cozinha, habitação e outros espaços existentes);
- ✓ Gestão e utilização dos recursos financeiros comuns;
- ✓ Outras práticas partilhadas.

13. Pedia-lhe agora que me falasse um pouco sobre as práticas de carácter sustentável que se desenvolvem nesta comunidade, por exemplo, quais são preocupações a nível ambiental? A nível económico? E a nível social? [colocar um questão de cada vez]

Pontos a abordar:

- ✓ Reutilização e reaproveitamento de resíduos e objetos;
- ✓ Tipos de preocupação associada à construção das habitações e outras infraestruturas (utilização de materiais locais/ tradicionais; medidas de eficiência energética etc...);
- ✓ Práticas de consumo sustentável e socialmente responsável;
- ✓ Que tipo de marcas consomem? Onde compram os produtos? Com que preocupações.
- ✓ Existência de moeda alternativa ou não?

14. De um modo geral, gostaria que fizesse uma reflexão sobre as diferenças entre a sua vida fora da comunidade e dentro da comunidade.

Pontos a abordar:

- ✓ Mobilizar as práticas atuais que o entrevistado menciona e confrontá-las com as vivências anteriores (práticas partilhadas, forma de tomada de decisões, preocupações ambientais, sociais e económicas, tipo de tarefas realizadas, tipo de ocupação dos tempos livres...)

Questões finais:

(Para terminarmos, gostaria de saber se...)

1. Gostaria de acrescentar alguma coisa em relação aos assuntos de que estivemos a falar?
2. Gostaria de falar sobre algum assunto que não tenha sido abordado, mas que julga ser importante referir?

ANEXO C - GUIÃO DE ENTREVISTA: FUNDADORES

Parte I – O Entrevistado:

(Vamos começar por falar um pouco de si e do seu modo de vida anterior à fundação do Vale da Sarvinda/Vale da Lama)

Nome	
Idade	
Género	Feminino / Masculino
Nacionalidade	
Estado civil	
Nível educacional / habilitações literárias	

Parte I – Histórias de Vida

(Agora iremos aprofundar um pouco aquilo que foi o seu percurso de vida individual até à fundação da comunidade, evidenciando aqueles que considera ser os momentos mais importantes para a construção do seu modo de vida atual. Nesta fase, a entrevista assume um carácter mais individual)

1. Esta é uma pergunta muito aberta, onde se pede que faça uma pequena viagem reflexiva à sua história de vida individual, até ao momento em que surge a ideia da fundação da comunidade. Pedia que começasse por falar um pouco da sua infância e dos seus familiares, do seu percurso escolar e profissional.

Pontos a abordar:

- ✓ Contexto social e espacial (origem)
- ✓ Onde viveu antes; com quem viveu antes;
- ✓ Experiências de infância que considere determinantes para as decisões atuais;
- ✓ Modos de subsistência dos familiares com quem viveu na infância;
- ✓ Habilitações escolares; do entrevistado e pais Área de formação;
- ✓ Empregado / Desempregado (antes da comunidade);
- ✓ (Caso esteja empregado), Qual o tipo de vínculo contratual;
- ✓ Qual o trabalho desenvolvido: Profissão? Função?
- ✓ Verificar se existe alguma relação entre o trabalho desenvolvido e o vínculo contratual (instabilidade, precariedade) e a mudança de estilo de vida;
- ✓ Perceber se a pertença a esta comunidade dá continuidade a um estilo de vida/ valores pré-existentes... de que forma?
- ✓ Momento em que começa a ponderar mudar o estilo de vida;
- ✓ Perceber quais foram as principais razões que motivaram a ida para a comunidade.

- ✓ Verificar como se desenvolveu a mudança (que fases aconteceram até viver definitivamente cá); [Distinguir aqueles que mudaram, daqueles que não registaram qualquer mudança e que a vida na comunidade dá continuidade]
- ✓ Perceber se existem razões para a escolha desta comunidade em específico, e caso existam, quais são?
- ✓ Perceber quais eram as preocupações associadas a esta mudança. / a este estilo de vida

2.A residência nesta comunidade trouxe algum tipo de mudança na sua vida? A que níveis? EM que momento da vida resolveu vir viver para esta comunidade? Quais as expectativas que tinha?

- ✓ Do que sente mais falta, relativo ao estilo de vida anterior;
- ✓ Encara esta situação como temporária ou definitiva (objetivos a longo prazo);
- ✓ Sente-se completamente realizado? A que níveis

3. Ia pedir agora que centrássemos a nossa conversa nos laços que unem os membros do seu agregado familiar. Qual o tipo de relação (familiar ou não) que mantêm? Relação de conjugalidade ou de namoro?

Pontos a abordar:

- ✓ Verificar se a relação já existia ou se foi construída dentro da comunidade;
- ✓ A vinda para aqui foi uma decisão conjunta e consensual;

4. Gostaria de conversar um pouco acerca das questões da parentalidade. Têm filhos? A) Nomeadamente, acerca da educação que os vossos filhos recebem / tipo de escola que frequentam (caso tenham); B) nomeadamente, se existe uma vontade de ter filhos em conjunto e quais são as implicações que isso vai ter na vossa vivência na comunidade (caso não tenham).

Pontos a abordar:

Caso tenham filhos:

- ✓ Idades
- ✓ Verificar os graus de parentesco entre o agregado;
- ✓ Verificar se também vivem nesta comunidade;
- ✓ Verificar se as crianças nasceram neste contexto
- ✓ Perceber os sentimentos dos filhos, associados a esta mudança... as crianças já podem ter nascido naquele contexto; Educação das crianças (dentro da comunidade?)

Em que moldes? Ou fora da comunidade? Educação convencional pública ou outro tipo de percurso educativo?)

- ✓ Que diferenças ou especificidades em relação ao bem-estar dos filhos se reflete pela vivência na comunidade por comparação com o modelo dominante

Caso não tenham:

- ✓ Verificar se pretende ter;
- ✓ Caso pretenda, verificar se os pretende educar dentro da comunidade, de que forma/ metodologia de ensino

Parte II – A emergência da comunidade

(Agora vamos falar essencialmente sobre o que motivou a fundação deste projeto, como foi conduzido e quais as principais dificuldades que enfrentaram)

5. Gostaria que me falasse um pouco sobre os momentos que antecederam a fundação desta iniciativa. Como surgiu a ideia? Quando surge a iniciativa? Como passou de uma ideia a um projeto? Em que momento da sua vida é que se situava? No fundo, gostaria que fizesse uma breve reflexão sobre a história da comunidade.

Pontos a abordar:

- ✓ Como e quando surge a iniciativa?
- ✓ Quem foram os dinamizadores?
- ✓ Porque razão esta iniciativa se desenvolve?
- ✓ Quais as motivações coletivas dos fundadores que fomentaram a fundação?
- ✓ Como se desenvolveu o processo (etapas até à formalização)?
- ✓ O que se mantém e o que mudou desde a ideia inicial até ao presente momento.

6. Do ponto de vista das visões e dos valores da comunidade, quais é que evidenciaria como os pilares da comunidade? E de que forma foram evoluindo?

Pontos a abordar:

- ✓ A visão da comunidade;
- ✓ A missão da comunidade;
- ✓ Os valores da comunidade;
- ✓ A partilha consensual da visão e dos valores pelos membros da comunidade;
- ✓ As mudanças na visão e nos valores registadas desde a fundação até ao momento atual;

Categorias (valores da comunidade):

- Sentimentos de justiça e igualdade;
- Preocupações sociais, ambientais, económicas e políticas;
- Esperança no futuro, nas pessoas e nas instituições/organizações
- (...)

7. Agora ia pedir que conversássemos um pouco sobre a forma como a comunidade se encontra organizada: A estrutura organizacional, a existência de líderes, o papel dos membros, no fundo, de que forma se encontra estabelecida a *democracia e a governança* da comunidade.

Pontos a abordar:

- ✓ A estrutura organizacional da comunidade;
- ✓ Existência e papel dos líderes;
- ✓ Como são tomadas as decisões relativas ao coletivo;
- ✓ A forma de resolução de conflitos
- ✓ A participação ativa de todos os elementos na vida da comunidade;
- ✓ A livre expressão de todos os indivíduos.

Parte III – As dinâmicas sociais

(A conversa agora será centrada nas dinâmicas sociais da comunidade, relacionadas com a dimensão social da sustentabilidade)

8. Nesta parte gostava que falássemos um pouco sobre as práticas que são partilhadas pelos membros da comunidade, desde a gestão dos espaços comuns até ao trabalho ou outras práticas que lhe pareçam importantes

Pontos a abordar:

- ✓ Gestão e utilização dos espaços comuns (cozinha, habitação e outros espaços existentes);
- ✓ Gestão e características dos trabalhos realizados no dia-a-dia (divisão do trabalho);
- ✓ Gestão e utilização dos recursos financeiros comuns;
- ✓ Existência de práticas desportivas, criativas e artísticas realizadas em conjunto;
- ✓ Promoção da ajuda mútua;
- ✓ Outras práticas partilhadas

9. Que tipo de trocas sociais se praticam na comunidade (as pessoas que recebem na comunidade), e que redes de solidariedade existem?

Pontos a abordar:

- ✓ Existência de redes de solidariedade internas (entre os membros) e externas (com outras comunidades, associações, organizações, comunidade local etc);
- ✓ Objetivo e papel dessas redes;
- ✓ Tipo de pessoas que recebem na comunidade; com que objetivo e como se processa a troca.

Parte IV – Dimensão Ambiental

(O objetivo nesta parte é verificar que tipo de práticas se desenvolvem na comunidade de modo a garantir uma sustentabilidade ambiental)

10. Como é que comunitariamente, gerem a produção de desperdícios?

Pontos a abordar:

- ✓ Reutilizam e reaproveitam diversos tipos de recursos?
- ✓ Que tipo de recursos reutilizam e reaproveitam;
- ✓ Com que frequência;
- ✓ Utilidade dos recursos reutilizados ou reaproveitados.

11. Quais são os tipos de práticas agrícolas que se desenvolvem na comunidade?

Pontos a abordar:

- ✓ Em que se traduzem as práticas agrícolas? (algumas práticas de proteção da biodiversidade:
- ✓ Sementes de variedades tradicionais;
- ✓ Proteção de sementes;
- ✓ Práticas de permacultura (Cultivo de alimentos que respeitem as características do local)
- ✓ Produção de alimentos orgânicos / biológicos;
- ✓ Combate biológico a pragas;
- ✓ A produção garante-lhes a autossuficiência e sustentabilidade?

12. Relativamente às habitações e construções, quais são as preocupações ambientais que balizam os projetos?

Pontos a abordar:

- ✓ Práticas de construção utilizadas no projeto que visem a valorização do ambiente (utilização de materiais locais/ tradicionais; medidas de eficiência energética...);
- ✓ Recursos a práticas de bio-construção;
- ✓ Frequência da utilização destas práticas (em que projetos se utilizaram ou se se utilizam sempre?);
- ✓ Tipo de materiais utilizados.

Parte IV – Sustentabilidade Económica

(O objetivo nesta parte é verificar que tipo de práticas se desenvolvem na comunidade de modo a garantir uma sustentabilidade económica)

13. De que forma é que a comunidade garante a sua resiliência económica?

Pontos a abordar:

- ✓ Que tipo de atividades desenvolve que tenham entrada de recursos financeiros? Que recursos utiliza para o seu autofinanciamento (valências);
- ✓ Existência de outros tipos de financiamento. Quais?
- ✓ Como são utilizados esses recursos

14. Quais são as vossas principais preocupações, enquanto comunidade, para alcançar alguma ética financeira?

Pontos a abordar:

- ✓ Existência de uma lógica não cumulativa e redistributiva;
- ✓ Em que atividades e processos se podem ver evidenciados estes valores;
- ✓ Práticas de consumo sustentável e socialmente responsável;
- ✓ Existe algum tipo de preocupação nos consumos que têm de realizar fora da comunidade? Há preocupação com a aquisição de marcas ou produtos que seguem dados modos de produção específicos, locais de consumo...

15. De que natureza são e como se processam as trocas nesta comunidade?

Pontos a abordar:

- ✓ A criação, utilização e promoção de uma moeda para as trocas necessárias;
- ✓ Utilização da moeda convencional (em que situações e com que frequência);
- ✓ Existência de redes de trocas não monetárias;
- ✓ Existência de poupanças coletivas;

- ✓ Como organizam essas poupanças
- ✓ Caso existam, são auto-gestionadas? Estão seguradas numa instituição financeira? Se sim, de que tipo?

Parte VI – Dinâmicas Culturais

(Agora iremos falar um pouco sobre as práticas de expressão cultural e artística que se praticam na/e em comunidade)

16. Pedia agora que me falasse sobre o tipo de atividades que têm como propósito desenvolver criativamente a comunidade. Primeiro, relativamente às práticas internas:

Pontos a abordar:

- ✓ Organização de atividades de expressão artística e atividades culturais. Quais?
- ✓ Existência de rituais e celebrações específicas. Quais?

17. Externamente:

Pontos a abordar:

- ✓ Promoção de espetáculos culturais e exposições para os visitantes e para a comunidade local?
- ✓ Celebração das tradições locais.

Parte VII – Compromisso Político

(Por fim, iremos refletir um pouco acerca do papel da comunidade e das comunidades no geral, enquanto projetos políticos e na sua relação com as instituições públicas)

18. Como definiria o papel desta comunidade enquanto projeto político, nomeadamente ao nível da intervenção, inclusão e promoção do debate.

Pontos a abordar:

- ✓ O papel da comunidade enquanto grupo de pressão/intervenção social. Que estratégias são utilizadas.
- ✓ O papel da comunidade enquanto mecanismo facilitador da inclusão social. Que estratégias são utilizadas.

- ✓ O papel da comunidade enquanto agente de promoção do debate. De que forma.

19. Relativamente ao conhecimento que é adquirido e produzido dentro das comunidades, como pensa que se processa a sua transferência, não só dentro da própria comunidade como para fora.

Pontos a abordar:

- ✓ O conhecimento gerado na comunidade é partilhado por todos os membros da mesma?
- ✓ Organização e participação em conferências e/ou workshops;
- ✓ A transferência de lições para as sociedades contemporâneas ocidentais (mainstream); de que forma?
- ✓ Trabalham em rede? No que se traduz essa rede?

20. Pedia que falasse agora um pouco sobre a relação que a comunidade mantém com as instituições públicas e sobre as políticas de apoio.

Pontos a abordar:

- ✓ A importância da existência de políticas públicas diretamente relacionadas com este tipo de modo de vida sustentável;
- ✓ Necessidade de políticas interventivas de apoio. Que tipo? Sobre que aspetos deveriam incidir?;
- ✓ O tipo de relação que mantém com as instituições públicas.

21. Para finalizar, gostaria que refletisse um pouco sobre aquilo que foram os principais desafios sentidos no início do projeto e quais são os desafios que ainda continuam a sentir, tanto a nível interno como externo.

Pontos a abordar:

- ✓ Quais foram os principais desafios / barreiras sentidas na fase inicial do projeto? Como foram ultrapassados (que estratégias foram utilizadas)?
- ✓ Quais são os principais desafios que sentem no momento atual (em relação a fatores externos)?
- ✓ Quais são os desafios / limitações que sentem no momento atual (dentro da própria comunidade)?
- ✓ Que tipo de estratégias têm adotado para superá-los?
- ✓ Face às suas expectativas iniciais, como avalia a sua vivência nesta comunidade?

Questões finais:

(Para terminarmos, gostaria de saber se...)

3. Gostaria de acrescentar alguma coisa em relação aos assuntos de que estivemos a falar?
4. Gostaria de falar sobre algum assunto que não tenha sido abordado, mas que julga ser importante referir?

ANEXO D – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: GRELHA DE RESUMO

Categoria 1 - Os Residentes

PERFIL DOS RESIDENTES

Entrevistado	Características Demográficas					Nível Educacional		Áreas de interesse	Percurso Profissionais	Momentos determinantes	Grau de compromisso com o projeto
	Idade	Nacionalidade	Estado Civil	Contexto Origem	Escolaridade/Profissão dos pais	Educação Formal	Outras formações				
Xana (E1)	33	Portuguesa	União Facto	Urbano - Lisboa	Pai – superior (professor) Mãe – 12º (administrativa)	Licenciatura – Psicologia Educacional	Ecoaldeias Gaia Education, Curso de Formadores , PDC	Música alternativa, yoga, teorias da educação	Fundadora de uma empresa de educação holística (Macau); Fundadora de ONG de permacultura (Timor); Vindimas (Suíça); Vale da Lama	Licenciatura em Psicologia; Voluntariado com as vítimas do tsunami; ONG; Viagem 5 meses sozinha na Ásia onde visitou várias comunidades	Elevado (2012): Vínculo contratual; Apoio ao desenvolvimento do projeto desde a fase inicial; apoio à gestão do projeto; papel de liderança; Responsável pela logística e receção de pessoas
Maria (E2)	29	Portuguesa	Solteira	Urbano - Porto	Pai e Mãe – superior (engenheiros)	Licenciatura e Mestrado (Arq. Paisagística)	PDC, Ecoaldeias Gaia Education, Curso de formadores	Capoeira, vegetarianismo, yoga	Trabalhos de Verão em hotelaria; Artista de rua	Entrada na capoeira (saudação, grupos grandes, liberdade do improvisado; movimento); Viagem à América Latina; Voluntariado em ONG no Peru; Voluntariado no Brasil (arq. Ecológica); Viagem à Índia.	Elevado (2011): Vínculo contratual; Apoio ao desenvolvimento do projeto desde a fase inicial; apoio à gestão do projeto; papel de liderança; Responsável pela comunicação; Gestão de projetos.
Ana (E3)	36	Portuguesa	União Facto	Urbano - Portimão	Mãe – 4º ano (costureira) Pai – 4º ano (comerciante)	12º em artes.	Fotografia, cozinha macrobiótica	Vegetarianismo, pintura, yoga, macrobiótica	Fundadora e gerente de um restaurante de macrobiótica durante 6 anos; Pequena produtora agrícola;	Separação dos pais (conflitos religiosos); Tornar-se vegetariana aos 14; Ida para Lisboa – despertar da consciência; Curiosidade pela permacultura; Estar inativa e precisar de rendimento.	Elevado Médio (2013): Vínculo contratual; Cozinha; Gestão de menus; Formação de novos cozinheiros; Ir às compras; pagar as contas; encomendas.
Nita (E4)	52	Portuguesa	Casada	Urbano – Lisboa (com visitas regulares à aldeia)	Mãe e pai – 4º ano	Curso técnico de assistente comunitária	Campos de férias, team building, PDC	Intervenção comunitária, investimento ético	Estagiária com pessoas de rua (Canadá); Coordenadora de campos de férias (Canadá); Fundadora de uma IPSS – Vale da Lama – Novas Descobertas;	Diversos projetos de voluntariado como assistente comunitária, campos de férias para crianças em risco de exclusão, e apoio a comunidades nas Honduras.	Fundadora

André (E5)	27	Portuguesa	Solteiro	Urbano – Lisboa	Mãe e Pai – superior (professores univ.)	Curso técnico agrícola	Design Gráfico, Introdução à permacultura	Cozinha, filosofia	Vários trabalhos temporários: montagem de palcos, cargas e descargas, jardinagem...	Contacto com a filosofia de Nietzsche, trabalhos de jardinagem, interesse pela permacultura, curso de técnico agrícola.	Médio: (2013) Voluntário e neste momento é estagiário do IEFP. Trabalho de campo: Tratar dos animais, tratar da vinha e do engarrafamento do vinho da quinta, colheita de frutos, poda das árvores etc...
Joana (E6)	22	Portuguesa	Solteira	Urbano - Sesimbra	Pai – superior (medicina chinesa) Mãe – doméstica	Curso profissional de turismo	Reiki, Feng shui, shiatsu, PDC	Pedagogia Waldorf, yoga.	Atendimento ao público em 2 cafés.	Contactos pré-existentes com modos de vida holísticos e não dominantes; Voluntariado numa comunidade em Seia; Contacto com uma das pessoas com compromisso elevado do projeto.	Médio Baixo(2014): Voluntário . Funções de polivalência: limpezas, refeições, hortas. Atualmente é uma das responsáveis pelos processados.
Pica (E7)	27	Portuguesa	União Facto	Urbano – Lisboa (com visitas regulares ao meio rural)	Pai – 12º (militar) Mãe – 9º ano (administrativa FCT)	12º em ciências e tecnologias	Não reporta	Agricultura	Fotografia (2/3 anos). Trabalhos temporários de cal-center e operadora de caixa.	Estar desempregada, vida sedentária, pouco motivada, sentimento de necessidade de mudar de vida.	Médio (2015): Apoio nas hortas e na cozinha. Polivalente. Em fase de experimentação
Susana (E8)	25	Portuguesa	Solteira	Urbano – Lisboa	Pai – restaurador de quadros Mãe - administrativa	Licenciatura – Fotografia e Cinema	Não reporta	Vegetarianismo, macrobiótica	Trabalho num videoclube	Contacto com uma quinta quando era criança, farta da rotina da cidade, desmotivada com o modo de vida. Woofing nacional e internacional (Itália)	Elevado Médio (2014, c interrupção): Active Partner. Responsável pela cozinha e alimentação dos membros. Vínculo contratual
José (E9)	29	Portuguesa	Solteiro	Urbano – Porto	Mãe – governanta Pai – serralheiro	Licenciatura - Dietética	Workshops de permacultura	Alimentação, agricultura	Profissional de futebol, colaborações esporádicas com empresas de organização de eventos, colaborador da Pans & Company, centro de logística da Sonae, pequeno produtor agrícola	Estar desempregado, crescente interesse pela agricultura e permacultura	Elevado (2013): Vínculo contratual. Membro da organização e auxílio na gestão do projeto. Participante do trabalho de campo normal a ser desenvolvido diariamente. Gestão de equipas.
Fred (E10)	40	Portuguesa	Solteiro	Urbano – Lisboa	Pai – funcionário público Mãe – superior (assistente social)	12º. Licenciatura não terminada em Eng. Florestal	PDC, Workshops de calendário lunar, biodinâmica e comida macrobiótica	Anarquismo, associativismo, vegetarianismo, macrobiótica.	Merchandising da Mars, gestor de marcas, gestão de produtos para grandes cadeias de supermercados, criação e venda de empresas, Recusou trabalho em multinacionais. Em geral: 5 anos em distribuição, 5 anos em lojas de desporto e aventura, 5 anos como empresário	Não ter terminado o curso, trabalho de criação, compra e venda de empresas, perder o dinheiro todo que tinha juntado o que implicou uma mudança estrutural na sua vida, associativismo no sporting	Fundador

Tiago (E11)	28	Portuguesa	União Facto	Urbano - Lisboa	Pai – publicitário Mãe – (superior) paleografia	Nível IV – Bacharelato em técnico de som	Não reporta	Filosofia, música, leituras alternativas, escritor de poesia, produtor de música	Freelancer como técnico de som - audiovisuais	Iniciou um projeto de permacultura que não correu bem então veio conhecer este projeto	Médio (2015). Em fase de experimentação. Cultura e relações humanas, guia turístico. Polivalente.
Inês (E12)	18	Portuguesa	Solteira	Urbano - Lisboa	Mãe – superior (enfermeira) Pai – superior (advogado)	A frequentar licenciatura em Eng. Agrónoma	Não reporta	Agricultura	Não reporta	Curso superior que a impulsionou a vir fazer voluntariado num projeto agrícola inovador	Baixo – visitante esporádica

PERCEÇÕES INDIVIDUAIS

Entrevistado	A mudança				
	Fases	Expectativas	Continuidade a um modo de vida Mudanças que trouxe	Do que sente mais falta	Situação temporária ou definitiva
Xana (E1)	1 – Frequência de um curso na quinta; 2 – Propor-se como voluntária em troca do curso; 3 – Vínculo contratual para continuar o trabalho desenvolvido	Viver com um número grande de pessoas, processo dinâmico de aprendizagem e de relação humana. As expectativas eram boas e foram correspondidas	Sim A grande dimensão da comunidade, estabilidade a nível salarial, possibilidade de criar raízes	Liberdade para interagir com outros projetos a título individual, viver com um menor grupo de pessoas.	Temporária ao nível da vivência na comunidade; Definitiva ao nível da ligação de trabalho.
Maria (E2)	1 – Imersão de terreno para desenvolver a tese; 2 – Voluntária; 3 – Vínculo contratual para dar cursos de agroflorestais e desenvolver outras atividades	Existência de uma cultura de planeamento, dado a dimensão do espaço e área de especialização da entrevistada. Não existia essa cultura, foi sendo implementada com a chegada da Maria.	Sim Possibilidade de criar raízes, possibilidade de se conectar a um nível mais profundo com as pessoas e com a natureza	Cultura da cidade – diversidade de espaços de lazer e de cultura, sensação cosmopolita que a cidade traz, a família e os amigos.	Definitiva. Esta situação é encarada como uma fase estrutural da vida da entrevistada
Ana (E3)	1 – Trabalhar na quinta em troca de cursos; 2 – Funcionária da quinta mas sem residir; 3 – Vínculo contratual e residente	Trabalho coletivo, trabalho na natureza, entajuda comunitária Expectativas da entrevistada foram correspondidas.	Sim Um novo relacionamento, uma nova estabilidade económica, social e pessoal, uma nova forma de educar os filhos.	Nada	Não consegue responder... Vive o presente.
Nita (E4)	Fundadora – Ainda não reside na comunidade, encontra-se em fase de construção da sua casa na comunidade.				

André (E5)	1 – Estágio não remunerado dentro do curso de técnico agrícola; 2 – Voluntariado; 2 – Estágio IEFP para continuar os trabalhos desenvolvidos.	A necessidade e vontade de mudar de estilo de vida e procurar uma forma de viver mais próxima da natureza e das pessoas não permitiram a construção de expectativas.	Sim A preocupação em perceber como é que é possível sobreviver à margem do sistema, mais saúde.	Divertimento fácil da cidade, diversidade de pessoas e de ideais	Em relação à quinta é temporário; em relação ao modo de vida é definitivo.
Joana (E6)	1 – Voluntária; 2 – Estágio IEFP para poder prolongar a estadia	O encontro de pessoas com os mesmos ideais e objetivos futuros	Sim Perceção da vida, auto conhecimento.	Apenas dos amigos e da família.	Temporário no Vale da Lama. O modo de vida será definitivo noutra qualquer.
Pica (E7)	1 – Visita durante 1 semana; 2- Período de residência de 1 mês para fase de adaptação antes da residência definitiva	Uma comunidade mais pequena em que não houvesse tanto o espírito comunitário, que fosse mais um projeto. A realidade superou as expectativas	Sim Melhoria na qualidade da alimentação, estilo mais saudável, uma maior conexão com a natureza que te permite encontrares-te contigo próprio.	De não ter luz	Definitivo, mesmo que não seja sempre no mesmo projeto
Susana (E8)	1 – Vínculo contratual como cozinheira; 2 – Voluntária; 3 – Volta com o mesmo vínculo contratual	Uma ideia mais romantizada do contexto. Ao nível do contacto com a natureza e da qualidade dos alimentos superou as expectativas. Ao nível das relações humanas ficou aquém	Sim Aumento do conhecimento sobre mim própria, sobre o meu carácter. Nova forma de relação social	Dos meus amigos e de beber coisas frescas no Verão	Definitivo – longo prazo
José (E9)	1 – 1 mês de adaptação; 2 – Vínculo contratual	Conhecer pessoas que o pudessem ajudar e ensinar dentro da área da permacultura e da sustentabilidade	Sim Valorizar o trabalho, capacidade de aprender em grupo	Cerveja fresca	Temporário
Fred (E10)	Fundador.	Criar um projeto holístico com viabilidade económica e social. Criar um Estado dentro do Estado. Em construção.	A partir de determinado momento sim A aplicação no terreno de um sonho teórico. Liberdade	Dançar e muitas outras coisas que não consegue fazer aqui.	Definitivo. Um projeto de vida.
Tiago (E11)	1 – Visita durante 1 semana; 2- Período de residência de 1 mês para fase de adaptação antes da residência definitiva	Aprender com um projeto real mas poder implementar um projeto próprio	Sim Não foi sentida uma mudança, foi percebida uma confirmação relativamente à liberdade de poder simplesmente ser e estar	Outros contextos sociais aos quais se sentia pertencer (movimento rap)	Definitivo no sentido do estilo de vida, no sentido do contexto onde se desenvolve não consegue responder
Inês (E12)	Voluntária	Que fosse mais arcaico, mais pitoresco, mais radical. Que houvesse mais spots de agricultura	Não Capacidade de resiliência, sentimento de abstração em relação à sociedade	Da família e das condições da casa própria e de comer carne.	Temporário

Entrevistado	A vida na comunidade				
	Adaptação	Dificuldades sentidas no início Como foram ultrapassadas	Dificuldades atuais	Relação com o exterior	Práticas Partilhadas
Xana (E1)	Processo complicado inicialmente pois o projeto estava no início: processo conjunto de criação da comunidade de residentes. As pessoas mudavam com facilidade. Adaptação posterior foi fácil	A desorganização Com trabalho, para organizar aquilo que não estava organizado	A quantidade de pessoas que se recebe e a rapidez com que os movimentos migratórios acontecem. Entrega humana muito rápida é cansativa. Intensidade do trabalho	Aberta	Tarefas semanais e diárias (limpeza e gestão dos espaços comuns – cozinha, sala, lavandaria e wc); Momentos de celebração (círculos de partilha, cantar, dançar, fazer fogueiras)
Maria (E2)	Sem dificuldade, já tinha amigos na comunidade: processo conjunto de criação da comunidade de residentes	Não foram reportadas dificuldades	Encontrar equilíbrio entre o dar e o receber. A tentação de perpetuação do ritmo da cidade. Equilíbrio entre o pessoal e o trabalho.	Aberta	Tarefas diárias (almoço, jantar, limpeza, composto e etc) Tarefas associadas à padaria, lavandaria, casa de banho, sistema de saneamento, yurt comunitário, praça e jardins à volta da casa Momentos de celebração e lazer
Ana (E3)	Dificuldades associadas à crítica do outro (citar P7).	A extensão da equipa de trabalho, inexperiência perante o contexto comunitário Comunicação e exposição dos problemas	Equilíbrio entre a vida comunitária e a vida pessoal	Aberta	Recursos financeiros (compras e etc). As tarefas inerentes à gestão dos espaços comuns. Reuniões e celebrações
Nita (E4)	Aos fundadores não foram colocadas estas questões para não aumentar o volume da entrevista				
André (E5)	Fácil.	A falta de privacidade. A necessidade de ter um espaço que não fosse partilhado. Dormir 2 anos numa tenda até conseguir um quarto privado	Dificuldades internas associadas à visão individual e à visão do grupo e do projeto.	Aberta	Uma área exterior, duas salas de convívio, a cozinha e todo o exterior da casa. Momentos de lazer: jogos de futebol, yoga, dança etc
Joana (E6)	Fácil mas com alguma influência da timidez da entrevistada, facilitada por já conhecer um membro	Monetária (perceber de que forma poderia permanecer na comunidade sem pagar). Relações humanas e confiança nas pessoas Falava com o André	A privacidade e a intimidade e a complexidade das relações humanas	Aberta	Tarefas associadas à limpeza e à gestão dos espaços comuns
Pica (E7)	Complicado até perceber qual seria o seu papel e as expectativas associadas ao seu papel	Dificuldades associadas às mesmas questões do início da adaptação Resolvidas internamente através da comunicação interpessoal	O facto de aparecerem constantemente pessoas diferentes e a dinâmica dessas relações	Aberta (porque toda a gente pode vir); Fechada porque não é um sítio de festa	Gestão associada ao espaço comum; Trabalho diário; Um dia por semana há um jantar com a comunidade local

Susana (E8)	Difícil devido à natureza das relações humanas	Competição entre alguns membros ao nível do trabalho. Sentir-se esmagada pela competição Consequente saída da comunidade	Dificuldade em impor autoridade ou assumir a autoridade/opinião que o seu cargo implica. Ser a única mulher residente permanentemente na comunidade	Aberta	Momentos de lazer no final do trabalho. Jantares com a comunidade local. A roda onde se define a estratégia para o dia e onde se apresentam opiniões ou sugestões
José (E9)	Processo muito fácil. Quando chegou era um grupo pequeno e deram-se muito bem.	No início eram as condições que existiam (não havia casas, nem água quente). Receio em não adaptar-se à comida vegetariana As condições melhoraram e adaptou-se bem à comida	Cansaço do trabalho e as temperaturas extrema	Aberta	Gestão associada ao espaço comum; Trabalho diário; Um dia por semana há um jantar com a comunidade local
Fred (E10)	Aos fundadores não foram colocadas estas questões para não aumentar o volume da entrevista.				
Tiago (E11)	A mudança deu-se no Verão e a fase mais difícil da adaptação foi o clima.	O facto de ser proibido o consumo de estupefacientes dentro da área da comunidade e o entrevistado consumir cannabis Diminuição do consumo e consumo no exterior	A saturação da vida dura de trabalho que se vive na comunidade e a falta de apoio social. A ponte (e o desfasamento) que existe entre a vida na comunidade e no exterior à comunidade – o choque.	Aberta	A cozinha, a sala, e alguns quartos partilhados.
Inês (E12)	Rápida e sem problemas também devido ao facto de terem vindo em grupo e encararem a estadia como uma situação temporária	A orientação espacial e as condições existentes (casa de banho seca e falta de luz) Com mente aberta e adaptação	A distância à cidade e a limitação de atuação rápida em caso de emergência	Aberta	Momentos de lazer no final do trabalho. Jantares com a comunidade local. A roda onde se define a estratégia para o dia e onde se apresentam opiniões ou sugestões. A cozinha, a sala, e alguns quartos partilhados.

Entrevistado	A vida na comunidade (continuação)						
	Compromisso			Contributo da comunidade	Grau de satisfação		
	<i>Papel na comunidade</i>	<i>Tipo de atividades desenvolvidas</i>	<i>Realização individual</i>		<i>Com a vida na comunidade</i>	<i>Com as relações interpessoais</i>	<i>Com o nível de segurança</i>
Xana (E1)	Papel impulsionador e facilitador. Liderança natural que advém da experiência. Proporcionar um ambiente familiar	Gestão e organização do projeto. Facilitar reuniões, impulsionar acontecimentos. Inspirar pessoas	Bom	Construção de uma família, alargamento da rede de conhecimentos. Aprendizagem	Bom	Ótimo	Bom
Maria (E2)	Capacidade de ouvir, mensageira, resolução de conflitos	Trabalho de campo e de escritório. Planeamento urbanístico	Ótimo	Liberdade para ser. Respeito pela individualidade. Inexistência de dogmas ou de uma cultura que é imposta.	Ótimo	Ótimo	Ótimo

Ana (E3)	O facto de ser mãe – sentimento maternal da comunidade. Arrumação – Feng shui	Gestão das contas correntes, gestão da cozinha. Formação.	Bom	Um ambiente comunitário para educar os filhos, auxílio da comunidade para com os filhos. Liberdade de ser.	Ótimo	Bom	Ótimo
Nita (E4)	Aos fundadores não foram colocadas estas questões para não aumentar o volume da entrevista						
André (E5)	Receção de pessoas novas e agricultura regenerativa	Agricultura, animais, vinho, hosting.	Médio	A rede de pessoas que permite ao entrevistado conhecer. A diversidade de pessoas e a qualidade e intensidade única das relações interpessoais.	Médio	Ótimo	Bom
Joana (E6)	Limpeza. Impulsionadora da horta dos processados.	Polivalência. Horta dos processados. Decoração	Elevado	Aprendizagem	Médio	Bom	Médio
Pica (E7)	Apoio na agricultura e dinamização da produção animal	Limpezas, cozinha, hortas e animais	Excelente.	A todos os níveis, uma nova forma, mais intensa e real, de relação humana, relação intrapessoal e relação com a natureza	Bom	Bom	Ótimo
Susana (E8)	Estabilização na cozinha. No geral, existe um papel de estabilização, e de energia feminina.	Alimentação dos residentes, voluntários e equipa, gestão de stocks, limpeza e rega das hortas da zona 0.	Elevado	Aumento da capacidade de responsabilidade de trabalho. E melhoria da capacidade de assertividade	Médio	Médio	Bom
José (E9)	Energia positiva em momentos menos fáceis. Organização do trabalho e adaptação aos objetivos	Responsável pelas hortas e pela produção de cogumelos. Responsável pelas compras no exterior e auxílio na gestão dos projetos.	Bom	A aprendizagem. O gosto pelo processo	Médio	Bom	Bom
Fred (E10)	Aos fundadores não foram colocadas estas questões para não aumentar o volume da entrevista.						
Tiago (E11)	Cultura. Receção aos visitantes e voluntários	Polivalência de atividades de trabalho nas áreas que requerem mais atenção num determinado momento. Dinamização da área cultural	Médio	A polivalência do projeto e a aprendizagem em diferentes áreas.	Bom	Ótimo	Bom
Inês (E12)	Uma ajuda para dinamizar as áreas agrícolas	Polivalência de atividades de trabalho nas áreas que requerem mais atenção num determinado momento	Média	O ambiente intrínseco a este projeto, a organização. A paisagem.	Bom	Ótimo	Bom

PARENTALIDADE / EDUCAÇÃO

Entrevistado	Parentalidade / Educação					
	Agregado		Filhos		Educação	
	<i>Sim / Não</i>	<i>Relação construída dentro da comunidade</i>	<i>Tem / Não tem</i>	<i>Pretende ter / Não pretende</i>	<i>Convencional (pública ou privada) / Razões</i>	<i>Alternativa / Razões</i>
Xana (E1)	Sim – Com a Ana e os três filhos da Ana (14, 7 e 5)	Dentro da comunidade	Tem	x	Pública / Questão de logística. No próximo ano letivo pretendem que as crianças sejam educadas de forma mais informalmente dentro da comunidade	
Maria (E2)	Não	x	Não tem	Sim		Alternativa / Escola comunitária em que as crianças aprendem de forma informal e também umas com as outras e com as diferentes gerações e com o contexto (Escola da Ponte)
Ana (E3)	Sim – com a Xana e os três filhos	Dentro da comunidade	Tem	x	Pública / Questões de logística. Vontade de tirar as crianças da escola convencional pública e inseri-los numa pedagogia alternativa ou home schooling	
Nita (E4)	Sim – casada com 2 filhos (18 e 12)	Fora da comunidade (pré-existente)	Tem	x	Pública / Experimentar diversos modelos de educação e aprendizagem	Alternativa / Pedagogia Waldorf até à primária
André (E5)	Sim – com a Joana	Dentro da comunidade	Não tem	Não num futuro próximo	Pública / As pedagogias não convencionais tornam-se muito fundamentalistas	Alternativa / Para tentar misturar o melhor dos dois campos educativos
Joana (E6)	Sim – com o André	Dentro da comunidade	Não tem	Sim		Alternativa / A escola convencional pública ou privada é redutora e apenas explora uma dimensão da educação
Pica (E7)	Sim – com o Tiago	Fora da comunidade (pré-existente)	Não tem	Não num futuro próximo		Alternativa / Dentro da comunidade
Susana (E8)	Sim – com o José	Dentro da comunidade	Não tem	Não num futuro próximo (as opiniões do casal diverge)		Alternativa / Dentro da comunidade caso estivesse inserida numa comunidade ou numa escola com pedagogias alternativas
José (E9)	Sim – com a Susana	Dentro da comunidade	Não tem	Não		
Fred (E10)	Não	x	Não tem	Sim		Alternativa / Dentro da comunidade com participação ativa dos pais.
Tiago (E11)	Sim – com a Pica	Fora da comunidade (pré-existente)	Não tem	Não num futuro próximo		Alternativa / Dentro do sistema comunitário
Inês (E12)	Não	x	Não tem	Sim	Pública / O mesmo tipo de percurso que a entrevistada teve	

Categoria – A Comunidade

Emergência da Comunidade	
Projeto	<i>História da Comunidade (como, quando, porquê; motivações; processo; os valores; as alterações registadas desde o início)</i>
Vale da Lama	<p>Começou com a vontade de criar um campo de férias (ONG), há 21 anos, para por em prática, em Portugal, todos os conhecimentos adquiridos pela entrevistada enquanto vivia no Canadá. Aos campos de férias começou a associar-se a ministrar cursos de permacultura no terreno. Com os cursos de permacultura começou a receber-se pessoas e voluntários e a desenvolver-se a dinamização do terreno. Com o aumento do volume de pessoas surgiu a necessidade de se construir alojamento e de contratar staff permanente. O staff permanente começou a formar a comunidade de residentes, e a viver sobre um estilo de vida comunitário e a organizar e a dinamizar o projeto de permacultura. Há 6 anos foi construído um eco-resort que funciona como uma valência do projeto de permacultura (empresa privada). Os valores encontram-se fundamentados nos princípios e nas éticas da permacultura: ecológica, social e económica. O que se mantém é a visão e os valores da fundação, o que mudou foi a aposta num maior foco no turismo sustentável de modo a minimizar a necessidade de investimento dos fundadores para o desenvolvimento e crescimento do projeto.</p>
Vale da Sarvinda	<p>A ideia surge em 2005 com o intuito de criar algo ligado ao turismo. Os dinamizadores foram as pessoas que participaram do projeto de associativismo num clube futebolístico com o fundador. Rapidamente se transformou num projeto agrícola e de turismo por uma questão de viabilidade e sustentabilidade. O processo encontra-se constantemente em construção mas obedeceu a 3 fases principais: a compra do terreno, a divisão do terreno em partes e a criação de um projeto PRODER para cada parte e foi assim que se conseguiu os materiais iniciais ao desenvolvimento do projeto. Cada projeto adquiriu uma determinada quantidade de material que seria utilizado no projeto como um todo. A Sarvinda é então um todo que resulta da soma das partes. Cada jovem agricultor tem um projeto PRODER: Existem 20 projetos de jovem agricultor e um de turismo rural, e o Vale da Sarvinda detém uma percentagem de todos os projetos (agrupamento complementar de empresas). O valor principal é fixar pessoas na terra com um paradigma diferente, criar sistemas sustentáveis e resilientes, não criar negócio que envolva a morte de animais, seguir os princípios da permacultura, agricultura biológica, agricultura biodinâmica, seguir o calendário lunar, proibição ao consumo de drogas, não cobrar dinheiro pela estadia. A filosofia mantém-se mas do ponto de vista prático houve pequenos ajustes: a empresa de construção era para ser de uma maneira e foi de outra, o alvará era para ter classe 1, teve classe 2 foram pequenas desvirtuações mas o modelo inicial mantém-se.</p>
Estrutura Organizacional	
Projeto	<i>Estrutura organizacional (existência e papel dos líderes, tomada de decisão, resolução de conflito, participação dos elementos da comunidade)</i>
Vale da Lama	<p>A comunidade encontra-se em contexto de organização em que uma parte é um IPSS e outra é uma empresa, pelo que têm que obedecer a diferentes modelos de gestão. É necessário a definição de papéis de liderança e representação. Há certas decisões que são tomadas pela organização (fundadores), como por exemplo a política financeira da empresa, e há outras decisões que são feitas pela organização e pelo grupo comunitário que cá está há mais tempo. Existência de um grupo de pessoas, que têm um maior nível de compromisso com a organização e que assumem um papel de liderança, e aos quais cabe a tomada de decisões da organização. Os processos de tomada de decisão dependem da esfera e do círculo de trabalho; só depois as decisões são trazidas ao grupo total e discutidas. Neste momento encontram-se a aplicar um sistema que é a sociocracia e que tem a ver com sistemas de círculos de trabalho em que existe uma ligação dupla entre os círculos, ou seja, existe um responsável que funciona como uma voz de liderança de um círculo para outro e há uma voz de representação do círculo maior para o círculo menor. Os diferentes círculos tomam decisões em espetros diferentes, do mais abstrato ao mais concreto, ou seja, todos têm o mesmo poder de decisão. Neste caso, existem 4 círculos concretos: a educação, o turismo, a agricultura e a comunidade. Às pessoas que chegam há menos tempo não lhes é dada voz de decisão, embora exista liberdade para apresentar propostas. O objetivo é que o processo de tomada de decisão seja baseado no consentimento e não no consenso. Os conflitos seguem a mesma lógica, embora exista um incentivo à resolução espontânea de conflitos entre os membros envolvidos. Só caso isso não seja possível, o grupo com maior nível de compromisso com a organização, facilita o processo.</p>
Vale da Sarvinda	<p>As pessoas que se mostraram mais responsáveis têm um ordenado um bocadinho maior, assumem algumas responsabilidades mas aqui a porta está sempre aberta para haver contributos, para pegarem num projeto e, toda a gente é altamente encorajada a fazer isso. Ou seja, é um modelo baseado na meritocracia. A tomada de decisões é feita coletivamente, uma espécie de roda coletiva, um voto um homem e, se existirem membros na roda nesse dia, que tenham chegado no dia anterior (por exemplo) votam como todos os outros. As decisões mais estruturais não são tomadas na roda. O nível de responsabilidade não está equitativamente distribuída mas porque deixamos a parte mais chata para quem está cá há mais tempo mas deixamos às pessoas que aqui vivem o mesmo nível de participação e, o mesmo direito em termos</p>

de escolha. A forma de resolução de conflitos já foi gerida de várias formas: inicialmente era marcada uma reunião semanal para falar destes assuntos. No entanto, a reunião semanal tornou-se uma coisa inconsequente, depois as pessoas não falavam, tinham vergonha e tal e, acabou por não ser uma coisa tão sistematizada. No fundo, as pessoas que estão cá há mais tempo e sempre podem orientar os que estão cá há menos, quase como uma forma patriarcal, como nas aldeias mais primitivas. Existe uma sensibilidade por parte dos membros efetivos em avaliar se os novos membros se conseguem adaptar às visões, aos valores e à cultura do trabalho que a comunidade defende. Quando é notório que os membros não estão a trabalhar para os objetivos comuns a tolerância decresce e aumenta a intervenção dos membros mais antigos de modo a resolver o conflito. Segundo o fundador, “já houve aqui momentos de rutura, grandes conflitos, mas mesmo para quem está cá há mais tempo, tornou o grupo mais resiliente e mais unido”.

Dimensão Social									
Projeto	Práticas partilhadas					Redes de solidariedade			
	<i>Espaços Comuns</i>	<i>Divisão do trabalho</i>	<i>Recursos financeiros</i>	<i>Lazer</i>	<i>Promoção ajuda mútua</i>	<i>Internas</i>	<i>Externas</i>	<i>Objetivo e papel das redes</i>	<i>Tipo de pessoas que a comunidade recebe</i>
Vale da Lama	Cozinha, Lavandaria, Sala, Hortas (zona 0), padaria, wc, espaço exterior à casa, quartos partilhados	Círculos de trabalho, cada área tem um grupo afeto (rotativo)	Contribuição mensal de todos os residentes. A gestão cabe a um dos membros permanentes	Rituais, celebrações, práticas desportivas, espontâneas e/ou combinadas	Sim	Sim, entre os membros	Sim, parcerias formais e informais	Que os parceiros usufruam das atividades do projeto e que o projeto dinamize com os parceiros outras atividades.	Woofers, alunos para os cursos, voluntários residenciais (3 meses), voluntários sazonais e as mingas
Vale da Sarvinda	Cozinha, sala, wc, duches, arrecadação e quartos partilhados	Membros efetivos são responsáveis por uma área de trabalho; outros membros são polivalentes	Recursos financeiros partilhados são os do Proder – gestão coletiva entre os membros residentes	Celebrações dos solstícios, jantar semanal com a comunidade local. Outros momentos espontâneos	Sim	Sim, entre os membros	Sim, informais (1 dia por lua ajudam outros projetos de permacultura)	Aumentar a cooperação, partilhar conhecimento	Woofers, outros voluntários, pessoas em risco de exclusão social

Dimensão Ambiental			
Projeto	Gestão do desperdício (<i>reutilização e reaproveitamento de recursos, tipo de recursos, frequência e utilidade</i>)	Práticas agrícolas (<i>proteção da biodiversidade, combate a pragas, proteção de sementes, permacultura, agricultura biológica, autossuficiência</i>)	Construção Natural (<i>bioconstrução, materiais utilizados, frequência da utilização, medidas de eficiência energética</i>)
Vale da Lama	Nível elevado de reutilização e reaproveitamento – reutilização de embalagens, vidros e papel; reciclagem do material que não é possível reutilizar de onde se faz posteriormente papel; compostagem feita com os resíduos orgânicos; águas cinzentas; fossas sépticas locais; tratamento de águas residuais com plantas, casas de banho secas; Frequência diária ao nível da compostagem e das águas cinzentas; Quando necessário para os restantes resíduos.	Preocupação elevado com a diversidade de espécies plantadas de modo a garantir um aumento da biodiversidade e a criação de novos sistemas; Apenas agricultura biológica; combate a pragas biológico com a utilização de animais (galinhas, ovelhas, caracóis, sapo) e com recurso à mistura de espécies agrícolas (de modo a maximizar a eficiência do sistema e eficácia no combate a pragas); Existência de um banco de sementes Fertilização biológica (compostagem e animais)	Nível geral médio de construção natural Alguma construção é feita com recurso a materiais de baixo impacto ambiental e eficiência energética (argila, palha, madeira e areia são os materiais mais utilizados). Existe construção feita com cimento e outros materiais não naturais. Este é um ponto que os residentes da comunidade vêm como aspeto a melhorar.

	<p>Novos recursos resultantes e utilidade – champôs, detergentes, sabonetes, composto fertilizante, papel, material de decoração, camas de permacultura, bugigangas para venda, venda de excedentes de sabonetes, champôs e detergentes.</p>	<p>Maximização da importância da sazonalidade e do local (plantam espécies sazonais e sempre que possível autóctones) e consumo das mesmas. Produção e consumo de processados próprios (compotas, chucruts, kimchis, chás e etc)</p> <p>Autossuficiência agrícola (frescos) de quase 100%, com alguma exceção na fruta.</p>	<p>Recurso a energia solar, mas ainda existe a necessidade de utilização de luz da corrente elétrica e de gás para aquecer a água dos banhos e cozinhar.</p> <p>Aquecimento apenas feito com recurso a lenha.</p>
Vale da Sarvinda	<p>Nível elevado de reutilização e reaproveitamento – reutilização de embalagens, vidros e papel; reciclagem do material que não é possível reutilizar de onde se faz posteriormente papel; compostagem feita com os resíduos orgânicos; águas cinzentas; sistema geral de reutilização das águas; casas de banho secas;</p> <p>Proibição da utilização de materiais não biológicos.</p> <p>Frequência diária ao nível da compostagem e das águas cinzentas; Quando necessário para os restantes resíduos.</p> <p>Novos recursos resultantes e utilidade – champôs, detergentes, sabonetes, desodorizantes, pasta de dentes, composto fertilizante, material de decoração, camas de permacultura.</p>	<p>Preocupação elevado com a diversidade de espécies plantadas de modo a garantir um aumento da biodiversidade e a criação de novos sistemas; Apenas agricultura biológica; combate a pragas biológico já decomposto com recurso à mistura de espécies agrícolas (de modo a maximizar a eficiência do sistema e eficácia no combate a pragas);</p> <p>Redes de partilha de sementes Fertilização biológica</p> <p>Regeneração do sistema agrícola: 25 mil pés de árvores dos quais 1500 são fruteiras de variedades rústicas, não híbridas; 6 hectares de ervas aromáticas, 20 hectares de amoras; 10 hectares de romãs; 10 hectares de amêndoas; 5 mil metros de produção de cogumelos, todo o espaço entre as árvores, 15 hectares de olival (em construção)</p> <p>Esta produção pretende garantir alguma resiliência económica.</p> <p>Não conseguem ainda ter autossuficiência</p>	<p>Nível extremamente elevado de construção natural Todas as habitações incluindo espaços comuns e quartos privados foram reabilitados com recurso a materiais naturais.</p> <p>A construção de novos edifícios, nomeadamente toda a área do parque de campismo que está a ser construída é edificada com recurso a palha, sacas de batatas, argila, madeira, areia e cal.</p> <p>Não existe luz elétrica proveniente de corrente. Existe um campo extenso de painéis solares que entrará brevemente em funcionamento. No momento, existe um gerador que apenas é ligado 1x por dia, quando necessário, para carregar os materiais informáticos. A iluminação noturna é feita com base em lanternas ou velas.</p> <p>Os duches de Verão são feitos com água à temperatura ambiente. De Inverno são aquecidos através de uma caldeira a lenha.</p>

Dimensão Económica			
Projeto	Resiliência económica (<i>atividades desenvolvidas para a entrada de recursos económicos, utilização de recursos financeiros</i>)	Ética financeira (<i>lógica não cumulativa e redistributiva, práticas de consumo sustentável e socialmente responsável, preocupações associadas ao consumo de bens e serviços externos à comunidade</i>)	Processamento das trocas (<i>utilização de moeda própria, frequência da utilização da moeda convencional, trocas não monetárias, poupanças coletivas – auto gestionadas, seguradas em instituições financeiras?</i>)
Vale da Lama	<p>Principal injetor financeiro são os fundadores (capital próprio); Eco resort tem o objetivo de sustentar financeiramente o resto do projeto; Cursos promovidos; Voluntários e o valor pago pelos mesmos; Dias abertos – visitas guiadas; Noite de pizzas; Campos de férias; aluguer de bicicletas.</p> <p>O projeto não é economicamente sustentável nem resiliente. Dependente ainda, do investimento dos fundadores. Irá candidatar-se a fundos.</p> <p>Os recursos financeiros são reinvestidos no projeto.</p>	<p>Existência de uma lógica de reinvestimento e de não acumulação dos recursos.</p> <p>Eventos por donativo consciente;</p> <p>Boicote a determinadas marcas.</p> <p>Compras biológicas e sempre que possível locais. Preferência por empresas éticas de comércio justo. Compra direta ao produtor. Relação de continuidade com produtores ou distribuidores locais.</p>	<p>Não existe moeda própria.</p> <p>Trocas, sempre que possível, por serviços ou outros bens (mercantis) e não em moeda (monetárias). No entanto, ainda existe uma utilização elevada da moeda convencional.</p> <p>Trocas por trabalho.</p> <p>Os recursos financeiros não são auto gestionados e estão segurados numa instituição financeira.</p>

<p>Vale da Sarvinda</p>	<p>Principal injetor financeiro são os fundos do PRODER e é única valência que garante resiliência económica ao projeto.</p> <p>O objetivo é que quando a agricultura começar a dar frutos seja possível vender em grandes quantidades para garantir alguma resiliência e continuidade económica ao projeto.</p> <p>Fazer uma cadeia de distribuição própria, biológica e de comércio justo e, fazer chegar às grandes cidades produtos a preços competitivos e de grande qualidade.</p> <p>Cosméticos naturais e consultoria para ajudar outras pessoas a montar os seus projetos.</p> <p>O parque de campismo (donativo consciente).</p> <p>Os dias abertos, os eventos e os voluntariados não são pagos por uma questão de ética.</p> <p>Os recursos financeiros são reinvestidos no projeto.</p>	<p>Existência de uma lógica de reinvestimento constante (Sarvinda 2), redistribuição (a empresa de construção será uma cooperativa que pertencerá também aos trabalhadores locais).</p> <p>Boicote a determinadas empresas e marcas (Nestlé, Monsanto, empresas grandes, Repsol, Galp, coca-cola e etc). Proibição de consumo destas marcas na Sarvinda.</p> <p><i>“Tudo o que podemos comprar aqui na zona, compramos, o que não conseguimos, compramos em Castelo Branco, o que não se consegue comprar em Castelo Branco compra-se em Lisboa, numa lógica de dentro pra fora, em tudo...”</i></p>	<p>Ainda não existe moeda própria mas existe o objetivo, a curto prazo, de criar uma instituição financeira dentro da Sarvinda (Um Estado dentro do Estado).</p> <p>Trocas de bens e serviços constantes (ovos por madeira, comida e dormida por trabalho entre outros).</p> <p>Eventos por donativos consciente</p> <p>Parque de campismo por donativo consciente.</p> <p>Ainda existe uma necessidade grande de utilizar a moeda convencional, embora exista uma preocupação em fechar ciclos económicos e deixar o dinheiro circular no local.</p> <p><i>“Não dissocio o desenvolvimento económico do desenvolvimento social. Para mim ter um desenvolvimento económico é conseguir olhar para o lado e ver, temos a Sarvinda 2, temos outros projetos com um modelo um bocado diferente mas que funciona tudo em rede e, para mim, isso é que é o desenvolvimento económico e, isso já não é nada desprezível e, aí é o princípio das moedas locais... Qual é o princípio das moedas locais? O dinheiro circula aqui, eu compro-te a ti, o outro compra-me a mim e, fechamos assim um bocado um ciclo... Eu não quero ser rico, quero olhar para o lado e não ver miséria... Quero que as pessoas consigam viver numa base onde possam ter um modo de vida sustentável... E, somos um bocado ideólogos nesse sentido, numa lógica de intervenção.”</i></p>
--------------------------------	--	--	--

Dimensão Cultural e Artística		
Projeto	Práticas internas (<i>Organização de atividades de expressão artística e atividades culturais; Existência de rituais e celebrações específicas</i>)	Práticas externas (<i>Promoção de espetáculos culturais e exposições para os visitantes e para a comunidade local, celebração das tradições locais</i>)
Vale da Lama	<p>Celebração dos solstícios e ciclos de mulheres.</p> <p>Dança, cantares, yoga, entre outras manifestações artísticas espontâneas</p>	<p>Aulas abertas à comunidade de yoga e meditação.</p> <p>Promoção de espetáculos do grupo de folclore local.</p>
Vale da Sarvinda	<p>Esta é uma dimensão no geral que ainda não se encontra muito desenvolvida no projeto. No entanto, é um dos objetivos a longo prazo.</p> <p>Encontram-se a cumprir os calendários celtas, sem grande foco... Fazem as festas solares dos equinócios e dos solstícios e, depois, gostariam de focar um bocado aquela cultura pagã, mais celta, que tem mais a ver com os ritmos naturais.</p>	<p>Já se encontra em fase de construção um anfiteatro onde se devem realizar todas as semanas música ao vivo, ou uma peça de teatro, ou um recital de poema, ou uma discussão aberta, ou falarmos sobre os transgênicos</p> <p>Participação numa festa local que é o santuário da senhora dos remédios, é uma festa cristã, mas pronto, é local, fazemos um evento que é as migas de peixe. Jantam todos juntos 1x por semana na associação recreativa local.</p>

Compromisso Político			
Projeto	Projeto político (<i>papel da comunidade enquanto: grupo de pressão/intervenção social, facilitador da inclusão social, agente de promoção de debate</i>)	Transferência de conhecimento (<i>partilha interna e externa do conhecimento, conferências e workshops</i>)	Políticas Públicas (<i>Necessidade de políticas interventivas de apoio, relação com as instituições públicas</i>)
Vale da Lama	<p>Não é o objetivo do projeto. O projeto situa o seu papel de intervenção política ao nível da educação e da aprendizagem, da formação de pessoas mais conscientes e informadas que possam servir elas como agentes de pressão política.</p> <p>Tentam incluir uma diversidade de culturas, classes e gerações nas suas práticas e nos seus eventos. “Puxam” diferentes tipos de público.</p> <p>A promoção do debate não é o foco principal do projeto. Surge mais em contexto interno e informal.</p>	<p>Ainda não existe uma cultura efetiva e sistematizada de transferência de conhecimento. Decorre de forma informal, mas com o modelo de gestão que se encontram a implementar prevê-se que a partilha do conhecimento seja facilitada.</p>	<p>A relação com as instituições públicas é boa. Existe uma parceria com a camara de Vila do Bispo, com a câmara de Lagos e com o IPJ.</p> <p>Seria bom que existisse políticas de apoio que permitissem o desenvolvimento de técnicas e tecnologia mais sustentável, porque o contexto dos projetos é o contexto ideal para se desenvolver esse conhecimento, mas por vezes, financeiramente não é possível.</p>
Vale da Sarvinda	<p>Forte vontade de funcionar como um projeto político de intervenção e grupo de pressão, através da criação de um Estado dentro do Estado. “O nosso objetivo político e, não dissociando a política da estrutura social, é ter um grande nível de empregabilidade, ter uma aproximação muito grande ao nível do maior ou menor pagamento ainda que, não sendo iguais há uma coerência no que são as duas dinâmicas, sempre uma coerência ou não tão grande discrepância em termos económicos. Do ponto vista político, temos a ambição de participar ativamente em tudo o que vejamos como injustiças sociais, económicas ou ambientais”</p> <p>Grupo facilitador da inclusão social. Um dos residentes atuais foi resgatado de um acampamento cigano onde era explorado e mal tratado. Uma outra residente era vítima de violência doméstica e encontrou na Sarvinda um meio de inclusão e defesa. Neste momento, a Sarvinda prepara-se para receber 2 refugiados do médio oriente.</p> <p>Pretendem dar resposta, dentro das suas possibilidades, quando a sociedade democrática não consegue.</p> <p>“Temos que arranjar formas de nos organizarmos e de garantir que isso é facultado a toda a gente e, é esta redistribuição social e económica que tem de permitir a criação de uma estrutura que dê, efetivamente, resposta prática. Realmente, a nossa vontade em termos políticos é dar respostas (...) Não queremos ser políticos mas queremos ser interventivos a nível social, cultural e económico”</p>	<p>Internamente todo o conhecimento adquirido é partilhado, tanto entre os membros residentes como entre os visitantes e voluntários.</p> <p>Externamente o Vale da Sarvinda participa sempre que pode, em conferências e workshops, em Universidades, fóruns, e etc.</p> <p>Atualmente existem 2 protocolos com universidades. Um com a Escola Superior Agrária de Castelo Branco, outro com a Escola Superior de Artes.</p> <p>Na Escola Agrária fazem o acompanhamento de vários projetos numa perspetiva de ganhar conhecimento científico, fazer estudos a nível dos solos, da matéria orgânica, uma série de coisas.</p> <p>Na Escola de Artes, fazer a recuperação de linhos de Castelo de Branco, ir fazer os processos todos, seja a nível dos materiais e estimular os alunos a fazer equipamentos para o nosso parque de campismo, dar a oportunidade de lhes dar um espaço onde eles possam fazer uma oficina e abrirem um micro negócio</p>	<p>Reconhecem a necessidade de políticas interventivas de apoio mas a posição da Sarvinda é que as coisas devem coexistir e que deve existir um maior esforço por parte dos projetos de se fazerem ouvir e funcionar como grupo de pressão.</p> <p>A relação com as instituições públicas é boa porque são transparentes no que fazem e porque evitam ser encarados como o grupo de “freaks” que vive no meio do mato, mas sim como um coletivo de cidadãos que constrói ativa e comunitariamente um outro paradigma de desenvolvimento.</p>
Desafios			
Projeto	Os principais desafios sentidos na concretização do projeto e os desafios presentes		
Vale da Lama	A nível externo foi e é a burocracia; e a nível interno é ainda não estar organizado, e a complexidade das relações humanas e das estratégias eficazes de comunicação.		

Vale da Sarvinda

As pessoas. Gerir as pessoas, mantê-las numa linha benéfica para o projeto e motivadas para ultrapassar dificuldades. A formatação para o individualismo que ainda existe.

“O mais maravilhoso da vida são as pessoas! Tu podes ter aqui a melhor energia renovadora, produtiva e criadora como poder ser a maior energia destruidora, contaminadora... É tão mais fácil destruir do que construir, é tão difícil encontrares as pessoas certas, é tão difícil manteres-te naquelas linhas que te falei, é tão difícil gerir pessoas, dar responsabilidades às pessoas, criar-lhes uma consciência individual e uma consciência coletiva, é tão difícil fazer isso porque as pessoas não foram preparadas para isso e, as pessoas muitas vezes não querem fazer isso. Agora que vivemos numa altura muito virada para o “self”, que eu não estou a criticar enquanto conceito mas crítico, enquanto, tornar-nos egocêntricos demais, tornar-nos pouco humildes e, percebermos que é muito mais importante a consciência ser coletivas do que individual”